

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E TREZE:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano dois mil e treze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos no Salão Paroquial da Freguesia de Macieira de Sarnes, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização dos eventos “Carnaval de Verão” e “Marchas descem à Cidade” – Autorização;* =====

===== **Ponto três:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-salette” – Autorização/ Ratificação;* ==

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração financeira a celebrar com a Área Metropolitana do Porto no âmbito do Programa de Emergência Social - Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro – Departamento de Geociências – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1, 2, 3 de Loureiro, para requalificação das casas de banho e espaço de recreio coberto da escola – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Município de S. João da Madeira, de forma a assegurar a ligação à rede e tratamento das águas residuais geradas naquele município – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Garantias bancárias – Ratificação e convalidação de todos os atos praticados;* =====

===== **Ponto nove:** *Parecer Prévio – Prestação de Serviços de Transportes Escolares em Carreiras Públicas para o ano letivo 2013-2014 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto dez:** *Inaplicabilidade de taxas por força do Licenciamento Zero – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *PI/7372/2011 – MULTIMOTO – Veículos e Acessórios, Lda. – Isenção do cumprimento dos lugares de estacionamento exigíveis;* =====

===== **Ponto doze:** *Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos – Isenção de pagamento de taxas, tarifas e outras receitas municipais;* =====

===== **Ponto treze:** *Retificação do art.º 39º do Regulamento de Ocupação do Espaço de Domínio Público do Município de Oliveira de Azeméis;* =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de postura de trânsito na freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Alberto Fernandes Coelho e Alto da Fábrica – Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/ S. Tiago de Riba-Ul – Aprovação;*

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de postura de trânsito na Travessa Comendador Seabra da Silva, Rua Professor António Costeira, Rua Tomás Costa e Rua Artur Sousa Pinto Basto – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Correção material da planta de condicionantes do PDM 2013 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais de Oliveira de Azeméis – Minuta;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Relatório da Inspeção Tributária – Conhecimento e Apreciação.*

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Carlos Manuel Costa Gomes, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Ana*

Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, José da Silva Santos, André Lourenço Pereira Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Pedro Luís Paiva Dias, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Rui Filipe Fernandes Nunes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, do Partido Social Democrata (PSD); Ana Raquel Simões Teixeira, Rui Jorge da Silva Cabral, do Partido Socialista (PS); Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela do Partido Popular (CDS/PP) e Rodrigo Moreira da Silva Presidente da Junta de Freguesia de Cesar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Carlos Manuel Costa Gomes, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António Manuel da Costa Alves Rosa; Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Marco António Guimarães de Castro Azevedo que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Rui Filipe Fernandes Nunes; Pedro Luís Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Raquel Simões Teixeira e António Alberto Vieira Dias, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====*

===== *Senhor Presidente da Câmara, Elenco camarário, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Senhor Padre Fernando hoje é um dia muito especial porque, desde que existe democracia, é a primeira vez que uma Assembleia Municipal se realiza na freguesia de Macieira de Sarnes. Quero portanto, relevar esta iniciativa e congratular-me também e dar os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia que amavelmente nos cedeu este salão para efetivarmos esta Assembleia. E, começando como é normal nestas Assembleias que fomos fazendo ao longo do mandato pelas diversas freguesias, eu vou dar em primeiro lugar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, André Ribeiro. =====*

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro e sua Vereação, caros colegas Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Pároco da freguesia, Padre Fernando, Macieirenses, comunicação social, a todos os presentes, boa tarde. Antes de mais queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, pela descentralização das Assembleias Municipais que tem vindo a efetuar, no decorrer deste seu mandato o que permitiu a realização desta Assembleia Municipal em Macieira de Sarnes e na sua pessoa quero dar as boas-vindas a todos os presentes. Quero agradecer igualmente ao Conselho Paroquial na pessoa do seu Presidente Senhor Padre Fernando Gonçalves pela amável cedência deste espaço para a realização desta Assembleia. Agora vou fazer um balanço dos meus 5 anos. Analisados que foram estes 5 anos, em que presido a esta freguesia, podemos afirmar que o balanço é extremamente positivo, já que conseguimos, com o esforço e dedicação de todos, a concretização de várias realizações e que merecem algum destaque e reconhecimento, tais como: - Saldar o passivo existente em 2008 (temos faturas que vinham algumas de 2003); - Colocação da caixa multibanco; - Pugar pela abertura da farmácia. Em termos de obras estruturantes destacam-se: - Cobertura do estaleiro da Junta de Freguesia; - Alargamento, construção de muros e passeios na EN 327; - Construção de passeios no lugar da Devesa, na Rua Nova do Rio; - Construção da Travessa das Picarotas com a ajuda dos proprietários dos terrenos, que para além de cederem o terreno, contribuíram com 75% do custo da obra; - Alargamento e alcatroamento da Rua da Aldeia Nova; - Alcatroamento da Travessa dos Reis; - Requalificação do Largo da Capela, com a colocação de bancos; - Colocação de água pública no Lugar das Barreiras Altas em colaboração com a Junta de Freguesia de S. Roque e a Câmara Municipal (aqui houve uma partilha entre mim e o senhor Amaro, presidente da Junta de S. Roque, onde nós fornecemos o material e a Câmara Municipal forneceu a mão-de-obra); - Colaboração e acompanhamento na construção do parque de estacionamento paroquial; - Conclusão do projeto de sinalização faltando a sua execução; - Realização de abertura de 52 covais num canteiro no cemitério e fazendo requalificação nos canteiros existentes e respetivo*

alinhamento. No que se refere à educação destaca-se: - Oferta de manuais escolares desde 2009 a todos os alunos da escola básica; - Contribuição para a cobertura na escola para abrigo e passagem de crianças; - Contribuição na requalificação do parque infantil, bem como na requalificação total dos passeios envolventes à escola. Quero relembrar que esta freguesia foi assolada por um mini tornado que destruiu a cobertura de um edifício pertença da Câmara Municipal que serve de sede à Associação de Reformados e Idosos e à Associação das Amiguinhas do Artesanato. Contava eu que este assunto já seria um ponto proposto na ordem de trabalhos desta Assembleia, uma vez que a cobertura está a ser protegida por uns toldos. A nível social: - Implementou-se e realiza-se o passeio anual do idoso, desde 2008; - Promovemos juntamente com as associações o desfile de Carnaval na freguesia que era inexistente; - Promovemos a decoração natalícia na freguesia com a colaboração das associações; - Promovemos cursos de revalidação de competências com equivalência ao 9º e ao 12º ano; - Promovemos cursos modulares de informática. Muitas destas ações desenvolvidas, só se tornaram possíveis através da excelente comunicação e relação que tenho com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio Loureiro, uma vez que só o interpelo por motivos objetivos, concretos e importantes e tenho tido sempre a melhor compreensão e colaboração da sua parte. Eu quero dizer com isto que, eu por aquilo que eu vejo em muitas Assembleias muitos colegas meus queixam-se que estão sempre à porta da Câmara Municipal, eu não faço esse jeito e esse feitio, eu só quando necessito e que vou abordar as pessoas não gosto de andar a massacrar as pessoas. Por outro motivo tenho por exemplo: na construção da A32 que houve uma rua que ficou intransitável e eles ao moverem as terras não se conseguia passar e eu liguei ao Presidente e ele, prontamente, em dez minutos se apresentou aqui e resolvemos o problema. O caso era tão grave que eles andavam com motoniveladoras a arrumar a terra que os próprios camiões não conseguiam passar, que só arrumando a terra para o lado é que conseguiam passar e conseguiam resolver esse problema. A questão do mini tornado também, foi há cerca três semanas em que o presidente da Associação ligou-me eram cerca de três horas ou três e quê, estava um dia como hoje e eu não me acreditava, aliás eu estava na empresa e até vim atender a chamada e estava cá fora e ele a dizer que o vento estava a levar o telhado todo e eu disse: - Estás a brincar comigo, ou quê? É certo que, quando eu liguei ao Presidente da Câmara também pensava que eu estava no gozo e queria era que ele viesse aqui. Mas não, foi o real. E o Presidente prontificou-se e cá esteve. Outro fator que contribuiu para a concretização destas ações fica a dever-se à celebração de protocolos de delegação de competências com a Câmara Municipal. Aliado a esta dinâmica não posso deixar de referir o empenho, dedicação e entrega que tenho dado a este povo e a esta freguesia, por vezes em detrimento do bem-estar pessoal, familiar e profissional. Esta é uma Assembleia Municipal que ficará para a história, uma vez que não me lembro que alguma tenha sido realizada cá, pelo menos nos últimos 40 anos. A todos os presentes quero agradecer o tempo que disponibilizaram, bem como a vossa presença. A todos, obrigado e bem-vindos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor. Pedro Paiva, do PS.* =====

===== *Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, um cumprimento muito especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes que nos recebe e aos Macieirenses, imprensa presente, minhas Senhoras e meus Senhores. Espero que, hoje, os ventos sopram mais calmos. Em fase final do presente mandato, importa sobretudo avaliar nesta Assembleia o trabalho que foi desenvolvido pelo Executivo. Tivemos em campanha eleitoral promessas, que agora verificamos que não passaram disso mesmo. Quem ficou a perder foi Oliveira de Azeméis e os oliveirenses que continuam à espera da qualidade de vida que tanto merecem. A rede viária municipal é o exemplo claro de uma área onde a Câmara andou durante o presente mandato de costas viradas para os oliveirenses. Foram feitas algumas intervenções, reconhecamos, mas o que foi feito é manifestamente pouco para combater a degradação generalizada das estradas e arruamentos situação que tem contribuído para a deterioração da nossa imagem enquanto concelho moderno e competitivo e não menos importante para o aumento generalizado dos acidentes e danos em viaturas que certamente muitos oliveirenses confirmam. Senhor Presidente, para além da deficiente requalificação da rede viária existente, a conclusão de vias repetidamente prometidas também não foram contemplados neste mandato: A conclusão da via do Nordeste, das Vias Estruturantes, a criação de estradas condignas que sirvam a Universidade de Oliveira de Azeméis são meros exemplos de promessas que o presente Executivo, por si liderado, não conseguiu sequer esboçar cumprir. E quais são as consequências deste falhanço? Logicamente que as empresas e cidadãos procuram concelhos que assegurem qualidade e segurança ao nível da rede viária e da mobilidade. Senhor Presidente da Câmara, a rede viária concelhia, por comparação com a dos concelhos nossos vizinhos, não aproxima as nossas freguesias, pelo contrário, afasta-as, os nossos munícipes ao serem sujeitos a verdadeiras torturas nas vias municipais procuram nos seus tempos de lazer os concelhos vizinhos, a vida dos nossos empresários torna-se complicada, a segurança dos condutores e dos peões é permanentemente colocada em risco, os forasteiros que nos visitam levam na sua memória o registo negativo de um concelho todo esburacado. Estamos próximos de eleições e naturalmente de promessas, umas novas, outras renovadas, é expectável a manutenção do registo popularucho que caracterizou este mandato de Vossa Excelência e que se traduzirá provavelmente nesta altura numa concentração de intervenções na rede viária que deviam ter surgido ao longo do mandato. Intervenções que terão grandes honras publicitárias, seja. Mas, mesmo que seja uma receita do estilo corta fitas, venham elas, venham essas obras, mesmo que surjam um dia antes das eleições, o que importa é que se minimiza um pouco o martírio que os Oliveirenses sofreram durante quatro anos. Senhor Presidente, deixe que finalize com um reparo: Os Oliveirenses estão cansados de serem enganados.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:* =====

===== *É sempre com agrado que eu vou dar a palavra, agora, que para além de amigo de longa data é colega de profissão, Dr. Vieira Dias é sempre com agrado que a gente o vê por aqui, faça favor.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da mesma, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Macieira de Sarnes, meu caro amigo André, Senhor Padre, meus caros Colegas e Gente da minha Gente. A verdade é que eu vir aqui e estar em Macieira de Sarnes, eu me rejubilo, estou contente, foi uma magnífica iniciativa que precisa de ser e que vai ser com certeza continuada, estamos de parabéns. Mas também temos queixas de muitas coisas que nos sucedem, moro perto de uma casa chamada a - Casa do Comendador, mais conhecida pela - Casa de Manuel Brandão. Comendador, sim, porque aquando da inauguração do monumento aos Mortos da Grande Guerra, Sua Excelência o Presidente da República António Óscar Fragoso Carmona, pernoitou nessa mesma casa. Conhecia-a. Conhecia os seus tetos magníficos. Admirava o seu soalho. Mas agora, da casa, porque moro perto, eu vejo: vidros caídos; portas e janelas que são quase portas, partidas, onde a chuva entra, neste ano ultra chuvoso que tivemos, já há uns meses largos. É necessário portanto saber de quem é a casa? Se é do Ministério da Segurança Social? Se o é. É imperioso que conheça novo dono, mas não basta um novo dono para ocupar mais uma casa vazia que é o que temos na Rua António Alegria e na Rua Bento Carqueja. Não interessa ter casas porque, não dizem nada, podem ser casas para ratos e para outros, não é isso que interessa. Interessa ter as casas como aquela que era da Mercantil, mas que as casas dêem vida e possibilitem vida. Construiu-se e muito bem uma Escola Superior de Enfermagem em Oliveira de Azeméis, podemos dizer com honra que temos um magnífico estabelecimento de Ensino como aquele que é a Universidade de Aveiro, essa casa teve uma determinada finalidade que não foi a daqui do prédio da Mercantil que não foi aproveitada. Há que ter as casas mas é aproveitá-las, dar vida, o nosso comércio teria lucros com isso. Casas que estão quase como o pirilampo, abrem como voltam a fechar, dão luz como deixam de dar, precisam de ser reativadas dando vigor a essa mesma rua. É que a história ,não fica só com as ruínas, fica com a vivência e essa vivência Senhor Presidente da Câmara que é necessário que volte. Senhor Dr. Jorge, meu caro colega, muito obrigado pelas palavras que me dirigiu. Oxalá, se eu voltar cá, que eu continue a ser digno de vós. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Costa Gomes, do PSD.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Jorge, ilustres Membros, Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Vereação, Senhor Presidente da Junta de Macieira*

de Sarnes, André, Senhor Padre Fernando, também aqui presente, obrigado, a todos os Deputados da Assembleia aqui neste tarde em que se está a discutir, como já foi aqui referido, questões importantes, nomeadamente até porque estamos numa das últimas sessões do mandato. Eu gostava só de salientar, contrariamente aquilo que foi dito nomeadamente pelo Deputado Pedro Palha, que Cesar em termos de rodovias, devo dizer que o cenário não é assim tão negro, pelo menos no que toca à freguesia onde vivo, até porque as estradas estão bem conservadas e portanto muitas das coisas são feitas a partir da própria iniciativa das localidades certamente sempre com o apoio da Câmara. Mas a minha intervenção centra-se mais na questão da educação, também já muito abordada aqui pelo Senhor Presidente de Junta de Macieira. E para fazer referência, a três situações: Primeiro - Gostava de salientar a questão da “Semana da Criança” que foi desenvolvida no concelho de Oliveira de Azeméis, durante os dias de 1 a 7 de junho e esta deve ser uma referência especial que eu creio, que, devemos aqui elencar no que diz respeito do plano da educação e desta vez para a criança. Creio eu e creio que todos aqui presentes consideramos ser uma iniciativa importante e que deve ser destacada, não só pela sua dimensão, porque o universo escolar de Oliveira de Azeméis é intenso, é numeroso, é grande, quer em número de escolas, quer em número de alunos e por isso esta apreciação deve ser concreta mas sobretudo perceber a raiz deste projeto. O Município de Oliveira de Azeméis, através da sua secção e do seu pelouro da Educação, creio que mais do que olhar para as crianças, vê as crianças e isso tem sido uma tônica ao longo deste mandato. E por aquilo que eu tenho oportunidade de ver, nomeadamente mais afeto à educação, vejo que esta Câmara Municipal, liderada pelo Senhor Hermínio Loureiro, tem tido uma atenção especial nesta matéria porque para além de olhar para esta problemática que é a educação, vê. E entre ver e olhar é muito diferente. Quantas vezes, nós vamos a passar pela rua: - Olha aquilo. E a pessoa diz: - Eu não vi nada. Porque olhar, não é a mesma coisa que ver. E quando vemos, temos aqui uma substância muito importante. E portanto, eu aqui queria deixar a minha felicitação e cumprir o dever de felicitar a edilidade por em tempos de crise e que também já foram aqui notados e todos nós sabemos a preocupação que a Câmara tem feito ao nível da educação no nosso concelho. Gostaria também de chamar aqui à atenção outro projeto Senhor Presidente e que deve ter conhecimento, em julho do ano passado, abordei o Senhor Vereador da Educação o Dr. Isidro Figueiredo no sentido de apoiar a Universidade Católica num projeto pioneiro em Portugal que tem como estratégia a Bioética no ensino secundário. A porta foi aberta pela Câmara Municipal e foi-me apresentado os diretores dos Agrupamentos das Escolas Soares de Basto e Ferreira de Castro e que eu aqui quero sublinhar a participação muito ativa das escolas neste particular e devo referir tanto a Escola Soares de Basto como a Escola Ferreira de Castro, ao nível nacional, no encontro nacional de escolas, tiveram a participação para não dizer muito boa mas excelente quer ao nível dos alunos que estiveram nesta temática. Este é o programa que está a correr ao nível nacional e que Oliveira de Azeméis tem o privilégio de ter as duas escolas de maior dimensão do concelho. Uma palavra também deve ser dita aos professores que abraçaram este projeto, quer ao nível da Soares de Basto, a professora Carla

Gouveia e na Ferreira de Castro, ao professor Manuel Alberto, que, apanharam o projeto, dinamizaram o projeto nas suas escolas, é um projeto pioneiro que trata de assuntos das ciências humanas mas também das ciências da vida ligadas às questões da bioética tantas questões que serão temas no futuro e que são temas de futuro e que amanhã são discutidos até ao nível da legislatura, ao nível da Assembleia da República, nomeadamente questões que tem a ver com a vida e portanto quero dizer Senhor Presidente pela coragem que teve, e uma palavra de apreço também para o Dr. Isidro Figueiredo em aceitar este projeto e colaborar com a Universidade Católica nesta matéria. Portanto fica aqui também este apreço. Outro momento que penso que é importante referir, poderão pensar se há coisas boas, há coisas boas certamente em todo lado como há coisas más, é o aniversário das comemorações do 107º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. E há aqui uma coisa que deve referir, que me chamou à atenção e porque vou lendo os jornais e o Senhor Presidente da Câmara diz: “ só mesmo no limite, os Bombeiros sofrerão cortes”. É bom saber isto Senhor Presidente, registamos com agrado as suas palavras, não só pela disponibilidade de estar ao lado de quem precisa e ao lado do seu Município. Aliás, esta responsabilidade, é de todos, é também nossa e de cada um em particular e aqui mostra muito bem como cada um de nós deve-se preocupar-se com a questão fundamental da segurança e acima de tudo da vida. E este exemplo, também gostaria de salientar aqui a família do Senhor Comendador António Rodrigues, ilustre benemérito oliveirense e que Oliveira de Azeméis muito deve e deve reconhecer, deve enaltecer agora também pela mão do seu filho a oferta de duas ambulâncias e uma delas, única no país, uma unidade de cuidados intensivos. Gostaria de deixar também esta nota Senhor Presidente pelo trabalho que tem feito ao nível dos bombeiros, primeiro responsável na proteção civil e também pela escola de cadetes com 8 anos que no ano letivo que agora termina com mais 50 infantes e cadetes a serem formados. Por fim e para terminar esta intervenção que também não queria que seja muito longa, manifestar o meu apreço pelos “Políticos de Palmo e Meio”. Uma iniciativa que muitos de nós estiveram presentes, eu não tive a possibilidade de estar desde o início até porque à partida achei que não seria uma iniciativa assim tão interessante quanto isso, devo dizer. Mas, depois de ter estado presente e vivenciado com aquelas crianças do 4º ano do ciclo, as propostas que apresentaram com uma maturidade que a gente conhece e que foi demonstrada pelos próprios participantes, as propostas concretas que levaram aquela Assembleia, deixai-me dizer que, de facto, só perdeu quem não esteve presente. Porque foram propostas interessantes que mostra a preocupação das crianças, claramente apoiadas pelos seus professores, mas que mostrou uma preocupação latente que a política também e faz de participação ativa e aqui, a Câmara, sem medo e sem receios daquilo que poderia eventualmente acontecer e ouvir, abriu-se, com espírito aberto e soube capitalizar estes recursos a nível de concelho. E saíram de lá propostas muito interessantes para a modernização, para a requalificação, para desenvolver Oliveira de Azeméis, lembro apenas o edifício da Biblioteca Ferreira de Castro que foi proposta naquela Assembleia, a Casa Sequeira Monterroso também de Oliveira de Azeméis que foi proposta

também naquela Assembleia, a Ponte dos Cavaleiros tudo isto propostas que as crianças de 4 anos acompanhadas pelos seus professores apresentaram. Foi de facto uma iniciativa que devo aqui realçar e não só eu mas como todos aqui reunidos nesta Assembleia devem realçar. Ficou ainda aprovado e para verem esta decisão foi puramente uma decisão das crianças do 4º ano, quando colocaram a questão sobre qual era a temática que haviam de discutir no próximo ano e é tão simples quanto isto, tomaram a decisão de discutir, sem qualquer influência neste caso dos professores, - a Indústria na minha freguesia. Certamente é um problema que todos eles sentem, também já de alguma forma vivenciado em casa. E portanto o tema para o ano será “ A Indústria na minha freguesia, que futuro?” Deixe-me dizer a minha satisfação e julgo que, todos nós aqui presentes, devemos estar satisfeitos com isto, porque claramente que há muitas coisas para fazer. Mas acima de tudo eu queria deixar aqui uma palavra de apreço e gratidão com o trabalho que tem sido feito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, caros Colegas, público e comunicação social. Numa altura em que estamos a terminar este mandato de 4 anos, que se iniciou com muita pompa e ambicionando novos horizontes, trago aqui a esta Assembleia um conjunto de situações que, apesar de muitas vezes mencionadas e objeto de promessas, não passaram disso mesmo. Uma delas é o Mercado Municipal, que necessita de alguns arranjos interiores e exteriores por forma a dignificar o trabalho de todos quantos usufruem do espaço, a que acresce as lojas exteriores do mesmo que importa dinamizar com o objetivo de dar vida ao edifício. Neste caso, foi muito pouco ou quase nada o que se fez em termos de melhoramentos e dinamização do Mercado Municipal. Chamo aqui à atenção também para as casas de banho públicas, que são únicas na cidade, com condições de terceiro mundo, sem chuveiro, sem acesso a deficientes quando se fala tanto de mobilidade. Na mesma zona, temos a Praça José da Costa que necessita de requalificação urbana no sentido de devolver este espaço a centralidade de outrora, articulando a mesma com a Zona Pedonal e a Praça da Cidade, possibilitando uma vivência cidadina e moderna algo que em quatro anos não aconteceu. Permanecendo a Praça José da Costa praticamente inalterada não fosse o infeliz roubo da estátua, de bronze, do Menino. A umas escassas dezenas de metros temos a designada - Central de Camionagem, espaço privado, mas que apresenta uma degradação profunda e é uma imagem que marca de forma extremamente negativa a paisagem da cidade. A sua manutenção em plena área da cidade é revelador da inercia deste e de anteriores executivos, ao não terem sido capazes de dotar o concelho com um Centro de Coordenador de Transportes, digno, que possibilitasse a deslocalização deste espaço para uma nova e moderna infraestrutura. Em suma, nestes três

casos concretos como em muitos outros que podia elencar, podemos afirmar que, nestes quatro anos, este concelho, não aconteceu. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Excelentíssimo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas, estimado público, comunicação social, uma boa tarde a todos vós. Um obrigado especial ao Presidente da Junta de Macieira de Sarnes, André Ribeiro, pela receção. Estamos em período pré-eleitoral, a cerca de três meses das eleições autárquicas. O País atravessa mais um momento difícil na sua longa história. Encontramo-nos não só perante uma crise económica/financeira, mas também uma crise de valores, de princípios básicos de uma sã convivência social e política, que não raras vezes roça a mediocridade e a indecência. São nestes momentos que precisamente todos nós temos o dever de promover e proteger os bens mais valiosos de uma sociedade moderna, designadamente, o valor da Liberdade (em todos os seus sentidos), da respeitabilidade, da palavra dada e da responsabilidade. Porque fui eleito pelos cidadãos do concelho de Oliveira de Azeméis, é a eles que quero dirigir-me: - Foi com orgulho poder representá-los, tendo feito tudo que estive ao meu alcance para não defraudar as expectativas que depositaram em mim; - Estive nesta Assembleia Municipal com um simples e único objetivo: servir e defender, em cada momento, os superiores interesses do concelho de Oliveira de Azeméis. Foi sempre e somente esta a atitude que me moveu nesta Assembleia. Aqui, o meu partido foi sempre Oliveira de Azeméis. - Muitas vezes o trabalho realizado não é visível, mas o que é verdadeiramente importante é contribuir, congregando esforços e chegar a consensos relativamente aos interesses de Oliveira de Azeméis. E, nessa medida fiz parte, com agrado, na atualização do regimento interno de funcionamento desta Assembleia, com o propósito de o melhorar, sabendo sempre que é um documento aberto e susceptível de introduzir alterações no sentido de aperfeiçoá-lo; - Participei na comissão alargada da Comissão Proteção Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, cujo trabalho bem conheço há 11 anos a esta parte; - Integrei a comissão de toponímia, que neste mandato e até ao momento realizaram-se 15 reuniões, permitindo-me realçar deliberações que considero históricas: - Refiro-me às deliberações relacionadas com as situações pendentes das Ruas meiras da Freguesia de Cesar e Fajões, bem como ao acordo relativamente à delimitação administrativa, tendo, para isso que referir o enorme contributo e a postura cooperante dadas pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Cesar e Fajões, Rodrigo Silva e José Santos, respectivamente. Foi um trabalho de formiguinha e paciente. Considero que foi, de facto, um acordo histórico. Atribuição de vários topónimos a personalidades distintas de Oliveira de Azeméis que foram merecedoras de tal menção, fazendo-se assim, jus à sua memória e à sua contribuição e participação na vida coletiva pública de Oliveira de Azeméis;- Mas não

gostaria de terminar este mandato, sem que, em sede de comissão toponímia, fosse atribuído uma artéria da cidade a esse vulto Oliveirense que foi o Senhor António Cesar Guedes. De facto, foi um Oliveirense até à medula. Um homem que marcou, indelevelmente, Oliveira de Azeméis na segunda metade do século XX, cujas referências biográficas são abundantes e notáveis: Devo dizer, em boa verdade, que na última reunião da Comissão Toponímia, realizada em 18 de junho, não fazendo parte da ordem de trabalhos este tema, apresentei esta proposta, a qual foi acolhida por unanimidade, ficando apenas, para uma ulterior reunião a localização do topónimo a atribuir. Por fim, e já em tempo de antecipação, congratular-me Senhor Presidente da Assembleia Municipal com a forma respeitadora e cordial como decorreram as Assembleias Municipais em que estive presente, e desejo, sinceramente, que sejam quem forem os seus membros, que o mesmo espírito se mantenha em prol do muito que ainda há a fazer por Oliveira de Azeméis e pela sua população. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Em relação a esse desafio, cabe-me dizer, que: Os Senhores Deputados, sem exceção, é que contribuíram, é que merecem realmente os parabéns pela forma como as Assembleias Municipais têm decorrido. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Excelentíssimos colegas Membros da Assembleia, Presidente de Junta de Macieira de Sarnes, aqui presente, Excelentíssimos Presidentes de Juntas, Macieirenses e comunicação em geral. Esta, costumo eu pensar, que é a melhor parte do trabalho político, são os momentos em que deveremos, sem ordem de trabalhos pensarmos o que de bom ou que eventualmente menos bom se possa fazer nas nossas terras, nos nossos municípios. Felizmente que, nestes quatro anos que agora estão a terminar, muitas e tantas são as atividades benéficas positivas que este Município os Oliveirenses e as suas Associações tanto fazem. Não querendo demorar mas, naturalmente cabe agora uma palavra de apreço especial, o projeto promovido pelo Rotary Club de Azeméis, há um ano a esta parte, denominado - “Casa da Mónica” está, a terminar, a culminar o seu termo de construção e naturalmente o Club e a minha pessoa e aqui na Assembleia, além de ser um bom projeto de solidariedade de Oliveira de Azeméis, teremos que agradecer à pessoa do Senhor Presidente, por ter dado o pontapé, (literalmente) de saída, há um ano atrás, por ter lançado o desafio e agora estar a terminar. Não obstante esse pontapé de saída o Senhor Presidente esteve sempre presente, esteve sempre atuante e culminou também recentemente com a caminhada solidária com a presença da ilustre Rosa Mota. Naturalmente que não se pretende mudar a vida de todos, mas se todos e cada um

de nós mudar a vida de alguém – o mundo pula e avança. Senhor Presidente, muito obrigado. Felicito igualmente também, e registo, o Clube da minha terra, Associação Cultural e Desportiva de Azagães, o Futsal de Azagães ter vencido com grande suor e muitas lágrimas também, ter vencido o distrital e ter subido aos nacionais. É um Club de parques recursos, mas que este ano teve fartos resultados. Continuando na senda da minha terra, Carregosa, também felicito a presença de mais um Secretário de Estado, no nosso município, neste caso o Secretário de Estado da Energia e Ambiente, o Engº Artur Trindade, que, ele, veio conhecer, certamente é conhecedor mas veio ver ao terreno mais este projeto que agora caminha calmo e serenamente de energias renováveis, mais um dos muitos, mas este particularmente da biomassa é também além da energia renovável também é uma energia amiga do emprego, amiga do crescimento económico e também amiga da diminuição dos riscos de incendio que agora com este calor as áreas florestais estão sujeitas. Igualmente também é um agrado ver que, ano após ano, no nosso Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, passam tantas crianças das instituições, das misericórdias, passam, brincam e aprendem, é um espaço que já milhares de crianças por lá passam, não só as crianças, também os pais que as acompanham. Porque quantos mais espaços tivermos para fomentar, o núcleo familiar que é uma célula fundamental do presente e para salvaguardar o futuro e para que as crianças se mantenham constantemente no Município de Oliveira de Azeméis e que nunca percam as ligações à sua terra. E nessa situação do núcleo, a família como núcleo principal da sociedade, também será de recordar que mais uma vez e que continue sempre com essa atividade, não devemos esquecer quem 50 anos fazem, (bodas de ouro), como casados. E portanto, foram 37, os casais que foram recordados. 50 Anos, não digo a aturarem-se um ao outro, mas a crescerem e a namorarem permanentemente uns com os outros. E é dessa forma que valorizando o elemento fundamental e nuclear desta sociedade, podemos criar condições para que as famílias se mantenham fortes e unidas nas dificuldades para alcançar bons objetivos, neste caso, para a educação dos seus filhos. Muito obrigado. ===

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Permita-me em primeiro lugar que também me congratule e cumprimente especialmente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e os Membros da Junta de Freguesia, o Senhor Padre Fernando que já se ausentou com certeza por compromissos ligados com a sua atividade, Macieirenses, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, a comunicação social e os funcionários da Câmara Municipal presentes, sempre presentes nestas Assembleias Municipais. Como congratulo-me também por estarmos a fazer história ao estarmos aqui a realizar pela primeira vez uma Assembleia Municipal na Freguesia de Macieira de Sarnes, e portanto, se mais não for, ficaremos todos ligados a esse facto histórico e ainda por cima neste salão

gentilmente cedido pelo Senhor Padre Fernando. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, permitam-me dar-lhes a seguinte nota: Não vou naturalmente comentar o conjunto vasto, significativo, de obra feita que o Senhor Presidente André Ribeiro aqui elencou, mas julgo que até a sua intervenção inicial de alguma forma serve de resposta às intervenções subseqüentes que hoje decidiram vir cá dizer que nada se fez e portanto já percebemos a cartilha de hoje é que – nada se fez durante os últimos quatro anos e portanto muito obrigado André Ribeiro, pelo menos julgo que tudo o que disse está feito tirando aquela situação da ARI e as consequências do mini tornado. Como sabe, essa é uma matéria que nós logo tomámos conhecimento, no mesmo dia, passado poucos minutos de ter acontecido esse fenómeno natural, conforme o Senhor Presidente contou e bem que nos deixou a todos um bocadinho estupefactos, pensávamos estavam todos a brincar uns com os outros, o Presidente a pensar que a Associação estava a brincar consigo e eu a pensar que o Senhor estava a brincar comigo, mas mesmo assim todos cá estivemos e naturalmente que vimos e verificamos a situação, importa agora encontrar solução para o problema que infelizmente ficou que foi a Associação com os tetos destruídos. Associação essa que tem feito um trabalho extraordinário e permita-me também que aproveite esta oportunidade para saudar a Associação de Reformados, porque tem feito um trabalho excelente na ocupação do tempo destas pessoas que estão reformadas e que precisam e merecem ter qualidade de vida e condições para poderem ter essa mesma qualidade de vida e esta Associação tem feito um trabalho extraordinário sendo um parceiro ativo também em todas as iniciativas em que é solicitada do ponto de vista social. E portanto, dizer-lhe que, logo que estejam avaliados todos os prejuízos, a intenção da Câmara é estabelecer um protocolo com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes para a Junta de Freguesia depois fazer essa intervenção em conjunto como disse com as necessidades que forem elencadas, do ponto de vista técnico, depois de estarem devidamente orçamentadas para depois então passar à fase da contratualização. E portanto faremos, num espaço de tempo muito curto, um protocolo onde a Junta de Freguesia terá depois condições para resolver esse problema. Quanto à intervenção, do Senhor Deputado Pedro Paiva, relativamente à rede viária. Eu faço uma constatação inequívoca. Eu nunca escondi, em nenhuma circunstância, nem nenhum momento, que nós temos efetivamente um problema com a nossa rede viária. Mas é um problema de extensão. A nossa rede viária tem 700 quilómetros, o nosso Concelho tem 700 quilómetros, eu acho que não estou aqui a dar novidade nenhuma, mas não falho muito se imaginarmos em linha reta o que é que são 700 quilómetros, é o que temos de estradas no nosso Concelho e naturalmente é um problema e temos que o resolver e temos de procurar fazer a manutenção da nossa rede viária. Mas, Senhor Deputado Pedro Paiva, há uma coisa que eu lhe posso garantir e confirmo que há locais do nosso concelho que estão com elevados estados de degradação. É verdade. Mas há outros locais onde as coisas não estão assim tão mal como o Senhor diz. Eu até vou ter também esse trabalho, já que falou nos últimos quatro anos. Até se tem a suprema ironia de dizer que não aconteceu nada nestes últimos quatro anos, quando noutras Assembleias Municipais até se vinha aqui criticar que se fazia era muita

coisa. E portanto, mas, hoje não se faz nada. E deixe-me dizer Senhor Deputado Pedro Paiva que, o Senhor se calhar com a sua fortíssima atividade profissional e com a sua falta de tempo, o senhor não tem saído de Oliveira de Azeméis, do concelho, o Senhor passa a vida em Oliveira de Azeméis e não vai a mais nenhum concelho, nem vizinho, nem longe que Oliveira de Azeméis e nem tem tempo para ler jornais porque se for vendo aquilo que se vai dizendo por este Distrito, por esta Região, por esta Área Metropolitana parece que os buracos é só em Oliveira de Azeméis e não há em mais sítio nenhum buracos nas estradas. E parece até que este inverno não foi o inverno mais rigoroso dos últimos anos e portanto, também não sou eu que o digo, está comprovado pelo volume de chuva que tivemos. Senhor Deputado, eu ouço-os com uma tranquilidade brutal, não faço nenhum comentário e os Senhores Deputados estão permanentemente a comentar aquilo que eu estou aqui a fazer é extraordinariamente desagradável para além de ser uma falta de educação. Se os Senhores não querem ouvir, não façam perguntas. Isto é muito bonito, chegar aqui fazer perguntas, dizer o que lhes apetece. Mas agora ouvir, isso é que era bom. Se calhar está a dizer, não, não choveu nada. Se calhar em Portugal não choveu tanto como ele está a dizer. Habituem-se a ouvir também, se faz favor, um bocadinho, acho que vos fica bem, mas, se quiserem, se não quiserem também não ouçam. E portanto, isto só para dizer Senhor Deputado Pedro Paiva, eu aconselho-o também a dar uma volta, não é que isto me deixe satisfeito, mas a dar uma volta pelos outros locais da nossa região para perceber realmente que esta não é situação de Oliveira de Azeméis. Eu era Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara era o Senhor Ápio, mas lembro-me bem que as Assembleias Municipais tinham sempre aquelas intervenções mais maledicentes e que vinham sempre dizer que nada estava feito e que tudo estava mal e o Senhor Ápio era sempre criticado porque andava ao sábado a fazer pequenas inaugurações, fazia um bocadinho de tapete fazia uma inauguração e os Senhores vinham aqui criticar e sempre a dizer: - Mas o que isso, essa obra não tem dimensão. E o Senhor Ápio dizia: - São pequenas obras, mas enorme relevância e portanto é muito importante. Nós mudamos isso, não fazemos essas inaugurações. Mas, o Senhor ainda vem aqui dizer que nós temos essa coisa do corta-fitas. Não sei onde, sinceramente. Nós, participamos nas inaugurações que as juntas de freguesia fazem com muita honra, colaboramos com as juntas de freguesia é isso que temos feito, estivemos ainda recentemente na vila de S. Roque na inauguração de um extraordinário Parque Intergeracional, - Não sei se o Senhor Deputado conhece? Mas, como não aconteceu nada nestes últimos quatro anos, também aconselho-o a passar lá, o Senhor Amaro seguramente que o convidará e o receberá bem para o Senhor ver. Mas pode depois passar por muitos outros sítios e perceber como o concelho está diferente e está para melhor. E o Senhor terminou a sua intervenção a dizer que - os oliveirenses estão cansados de ser enganados. E eu acrescento, estão cansados de ser enganados pela oposição que têm tido ao longo dos últimos anos. Quanto ao Senhor Deputado Vieira Dias falou de um assunto muito sério, muito sério e muito preocupante no exercício da função e da atividade que lhe é confiada de Deputado Municipal. E dizer-lhe que essa é uma preocupação, a da reabilitação urbana, é uma preocupação sua, é uma preocupação

de todos. E portanto, nós temos que trabalhar e estamos a ultimar um programa estratégico de reabilitação urbana. E isto até vem a propósito destas últimas questões que têm sido levantadas pelo Senhor Presidente da Câmara do Porto, pela Sociedade de Reabilitação Urbana, a forma como o Governo olha para estas sociedades. E há também hoje porque temos um novo PDM, não aconteceu nada mas temos um novo PDM, há situações que hoje estão definidas no PDM relativamente à questão da reabilitação urbana quer regras e outras metodologias e regulamentos. E dizer-lhe que nós temos esse plano em curso, queremos naturalmente ultimá-lo, mas mais do que o plano em curso aquilo que importa também é encontrarmos soluções de financiamento. Porque nós podemos ter excelentes planos, excelentes ideias mas se não tivermos formas de as financiar a situação é muito complicada. O senhor Doutor Vieira Dias falou também do edifício, que é um edifício que está numa zona nobre da cidade, temos vários e portanto, que não é nosso, não é da Câmara Municipal e naturalmente que nós procuramos sensibilizar os proprietários no sentido da sua recuperação. Mas os proprietários também se queixam um bocadinho da falta de incentivos e também da falta de financiamento para essas situações, têm vontade e não querem realmente deixar essas casas abandonadas e querem fazer a sua reabilitação e nós naturalmente que estamos a procurar encontrar os instrumentos financeiros que permitam que isso aconteça. Quanto à intervenção do senhor Professor Costa Gomes, o Senhor Deputado Costa Gomes. Deixe-me dar-lhe nota naquilo que diz respeito à comemoração do centésimo sétimo aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, onde várias pessoas que estão aqui hoje estiveram presentes, foi um momento importante de afirmação de um concelho que é um concelho pujante por muito que isto custe, não é? Porque um concelho que tem as instituições que tem, que mergulhados que estamos numa crise económico-financeira mundial, essa instituição consegue nesta conjuntura, esta instituição consegue construir um novo quartel, consegue melhorar a sua frota na prestação de socorro e nestes 107 anos conseguiu atrair, através de responsabilidade social, empresas e empresários que colaboraram para melhorar o parque automóvel e melhorar qualitativamente, ou seja, nós temos hoje em Oliveira de Azeméis uma ambulância que é a melhor ambulância que há no país, não sou eu que o digo e portanto é um orgulho seguramente para todos nós mas muito em particular para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e por isso é um bom sinal do nosso concelho, é sinal que o concelho vai resistindo e vai resistindo às adversidades e não se resigna e vai contrariando o pessimismo reinante. E dizer-lhe que, a questão dos Bombeiros, é verdade que eu disse: - que seria seguramente a última coisa se tivesse que cortar, onde, enquanto Presidente da Câmara cortava -, é no apoio e no financiamento aos Bombeiros Voluntários, neste caso concreto de Oliveira de Azeméis e de Fajões. O papel que os Bombeiros têm hoje na sociedade é um papel absolutamente insubstituível e imprescindível e isso, nós continuaremos a fazer e eu não me cansarei de repetir. Quanto às iniciativas do ponto de vista da educação, quer da bioética que falou, quer dos políticos de palmo e meio. Nós continuamos naturalmente a investir na área da educação, por um lado na construção de novas escolas, novos centros escolares e por outro lado na

requalificação de muitos outros, mas acima de tudo também nos instrumentos que possibilitamos à comunidade escolar para o exercício da sua função. Ainda também recentemente tivemos a visita do Senhor Vice-ministro da Educação de Moçambique, que ficou surpreendido com o trabalho que era feito, não só pela qualidade das instalações, esteve no Centro Escolar de S. Roque, visitou o Parque do Cercal, mas também com políticas que eram implementadas no nosso município. O Senhor Deputado José Ramos falou na questão do melhoramento do Mercado Municipal. Eu reconheço que há necessidade de efetuar esses melhoramentos, tem razão, é preciso dar a volta ao Mercado Municipal, é preciso investir na sua requalificação, temos naturalmente que o fazer. Relativamente à Praça José da Costa, o Senhor não passa lá há algum tempo, o Senhor disse: - “praticamente inalterada”. Se eu sei bem interpretar, o “praticamente inalterada” está igual como estava. E não está. Se Senhor só vem pela parte de cima e portanto depois não vai pela parte de baixo. Mas se o Senhor passar em frente à Cidalina, à padaria Oliveirense e à farmácia Falcão e se olhar para o seu lado direito vai perceber que tem canteiros novos, foi tudo tratado, tinha uns pedregulhos enormes, pelo menos até os taxistas dizem que aquilo está mais airoso e portanto eu aconselho a dar uma volta pelo Jardim por esse lado. E também dizer-lhe já, para depois não dizer que é por causa da sua intervenção, para dizer-lhe que depois aquilo vai ter umas flores da época, vai ter uns canteirozinhos, vai ficar bonito, também requalificamos toda a iluminação. Portanto, ouça, dizer que aquilo está na mesma, não é bem verdade. Agora, foi feito lá um investimento grande, foi colocado sistema de rega, por acaso aquela relva até pegou bem, eu sei que há gente que reza para a relva não nascer, mas aquela até pegou bem, até ficou toda bonita, está toda certinha e portanto, aquilo até está bonito, passe lá que até vai gostar, tenho a certeza absoluta que vai gostar do que vai ver. E relativamente aos quatro anos deste concelho. Eu não vinha naturalmente preparado para fazer o balanço do mandato, tenho quase a certeza que vai haver mais Assembleias Municipais até ao final do mandato, até porque nós temos um conjunto significativo de decisões que precisamos de tomar e têm de ser aprovadas e ratificadas em Assembleia Municipal e portanto não será hoje que se fará esse balanço do mandato. Relativamente aquela questão do - não aconteceu. Senhor Deputado José Ramos, só não vê quem não quer ver. Portanto, isso aí não vale a pena, aí a análise será feita por cada um. E portanto nem eu o vou convencer a si agora, mas também seguramente que o Senhor não me vai convencer a mim também da sua visão pessimista e catastrófica do nosso concelho. Quanto ao Senhor Deputado João Osório. Como sabe, nós também já em sede de executivo, naquela que é uma referência ao cidadão António César Guedes, que infelizmente nos deixou, já tomamos também essa deliberação. Recomendamos à Comissão de Toponímia, mas naturalmente que convém ter algum cuidado tendo em conta todo o prestígio, o valor histórico, do Senhor António César Guedes e o trabalho que ele desenvolveu, foi Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis e portanto merecerá seguramente um local condigno. Temos algumas ideias, faremos chegá-las à Comissão de Toponímia, para alguns lugares concretos, até para algumas requalificações que também temos em curso e que ainda vamos fazer, portanto não vale a pena

estar fazer balanço hoje porque depois eles ficam ultrapassados e portanto dizer-lhe claramente que isso está dentro das nossas perspectivas. E também dizer que, a questão que falou do trabalho sério da Comissão Toponímia, eu também tenho de reconhecer que ao longo destes últimos anos foi feito um trabalho extraordinário e portanto também aproveito para felicitar todos os Membros que estiveram e que trabalharam na Comissão de Toponímia e seguramente que ainda haverá outras reuniões e oportunidades para completarem esse trabalho extraordinário que têm vindo a fazer. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Marco Azevedo, falou das questões sociais, desportivas e lúdicas. Dizer-lhe que, falou do 4º Aniversário do Centro Lúdico. O Centro Lúdico e eu só faço essa referência, hoje, também porque isso aconteceu, o Centro Lúdico hoje funciona com menos funcionários do que funcionava antigamente. E portanto, houve uma redução do número de funcionários, tendo em conta a legislação que está em vigor e que leva a que não se possam renovar os contratos. E portanto, nós podemos dizer que, com o esforço enorme dos funcionários que lá estão, dizer-lhe que Centro Lúdico neste 4º aniversário foi mais uma oportunidade extraordinária para fazer e mostrar o trabalho que vem sendo desenvolvido por aquela instituição que é coordenada pela Senhora Vereadora Gracinda Leal. Importa também fazer uma referência, o Senhor Secretário de Estado da Energia, o Senhor Eng^a Artur Trindade na visita que fez à Central de Biomassa ficou bem impressionado com o que viu. Como sabem a biomassa tem aqui um défice do ponto de vista financeiro em termos energéticos, em detrimento daquela fobia que houve aqui há uns anos atrás sobre a energia eólica e portanto a biomassa foi deixada um bocadinho para trás. Aliás, o preço que é pago nos pontos de energia é mais baixo o da biomassa, o Senhor Secretário de Estado anunciou que iam fazer essa compensação do tarifário. Porque a biomassa tem essa vantagem de ajudar a limpar as florestas e portanto ter essa atitude preventiva e é importante também que isso possa acontecer. Realçar o feito histórico também do Futsal de Azagães, é verdade, subiu à 3ª Divisão Nacional em Futsal, está cheio de vontade, está cheio de projetos. E portanto também aqui a Câmara Municipal já mostrou a disponibilidade de em conjunto com a instituição procurar encontrar soluções, bem como com a Junta de Freguesia, tem a ver com as instalações desportivas, para poder participar no campeonato nacional da 3ª Divisão, as exigências são superiores a participar nos campeonatos distritais. Mas seguramente que ainda temos tempo de encontrar uma solução que permita ao Futsal de Azagães de melhorar e continuar a fazer este trabalho de crescimento extraordinário, também assumiram o compromisso de passarem a apostarem na formação desportiva e por isso mesmo aqui ficam os meus parabéns pelo trabalho que tem vindo a ser feito. Muito obrigado, Senhor Presidente. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Pedro Paiva, para defesa da honra. =====

===== Só tenho aqui dois pontos a fazer relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Ora muito bem, aqui em nenhum um ponto eu não disse que nada se fez.

Antes pelo contrário, o que dissemos é que foram feitas algumas obras, correto. Agora em questão, estão as obras estruturantes. As obras estruturantes essenciais ao desenvolvimento do concelho, o que é que foi feito em sede dessa área? É isso que nós colocamos em questão. E quais são as consequências? As consequências são lógicas, os Macieirenses, os Nogueirenses, os de Carregosa, ou seja, os de Fajões, Cesar, ou seja, grande parte dos habitantes de todas as freguesias de parte do concelho não fazem vida em Oliveira de Azeméis. A primeira crítica que todos fazem e temos que ser honestos é: ir para Oliveira de Azeméis é um terror, é horrível não há vias de acesso. E nós temos de reconhecer isso. E reconhecemos não só quem esteja no poder, mas quem também está na oposição. O erro, não erra só quem está no poder, erra também quem está na oposição, se calhar por não debater este tema todas as vezes que existe Assembleia, correto. Ou seja, erramos por ação, mas também erramos por omissão. Em relação ao facto de que o Senhor Presidente da Câmara disse que: - Este é um concelho extenso. É verdade. - Tem várias estradas. É verdade. Mas também tem vários municípios, também tem uma recolha de impostos se calhar em comparação com outros municípios de Bragança, ou outros municípios de extensão maior, se calhar uma receita maior. Por isso, não será por aí que será aí desculpa. Por outro lado, só para responder, o facto de eu não ser de Oliveira. Senhor Presidente da Câmara, eu, pessoalmente, às vezes, não vou a Oliveira de Azeméis por causa e exclusivamente das vias. É quase proibitivo ir a Oliveira de Azeméis por causa das vias, é quase impossível ir, é terrível, é horrível. É assim, é terrível. Relativamente se eu sair de Oliveira de Azeméis? Por isso é que eu saio de Oliveira de Azeméis. Eu já nem vou falar de S. João da Madeira, mas posso falar de Vale de Cambra, posso falar de Arouca, posso falar de Albergaria, se quiser até posso ir lá consigo e desafio a vir passear comigo e apresento-lhe as ruas e apresento-lhe os concelhos que conheço minimamente. Em relação depois, só por último, Senhor Deputado Costa Gomes, eu reconheço, ou seja, desconheço se tem problemas de audição, ou se a confusão se deve ao natural nervosismo, ou eventual fraqueza, mas o sobrenome que muito honrosamente ostento e faço questão de ostentar e que farei por honrar é – Paiva. Por isso, agradeço respeito por esse facto. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à defesa da honra. =====

===== Muito obrigado. Naturalmente que eu vou só usar da palavra porque o Senhor Deputado Pedro Paiva usou a figura Regimental de defesa da honra e facilmente percebemos que a sua honra não foi seguramente ofendida. Mas, na defesa da honra, o Senhor Deputado, perguntou, disse: - eu não disse que não se fez nada, fez-se algumas coisas mas não se fez obras estruturantes. Então, eu vou responder ao Senhor Deputado Pedro Paiva. Neste momento, estão aqui empresários, na sala, estão distintos advogados, são pessoas que estão atentas aquilo que se passa na Europa e no Mundo, o principal problema que o nosso país tem neste momento é de empregabilidade. Para criar emprego, é preciso ter empresas. Para ter empresas, é preciso

fazer obras para atrair essas empresas e condições para que essas empresas se instalem e se fixem no nosso município. Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro, não fica muito longe, está convidado para lá ir: A estrada até ao momento não é a melhor, mas vai ter uma via de acesso e até, hoje já se vê lá no terreno o desenho da via de acesso; Três fábricas construídas, outras a iniciar a sua construção; Um investimento de 11 milhões de euros: 1ª fase de obra 2,5 milhões está quase a terminar. Estruturante. Se isto não é estruturante, criar condições para atrair empresas, criar emprego, criar riqueza. Mas tenho outra, Senhor Deputado, porque nós precisamos, o concelho é competitivo e precisa de ser ainda mais competitivo. Então, nada melhor do que arranjar bons parceiros para melhor e aumentar a competitividade: Melhor parceiro - Universidade de Aveiro. O ranking não foi estabelecido por mim. A Universidade de Aveiro foi considerada das mais jovens universidades, aquela que em Portugal tinha o melhor ranking. Posição 66, em 100 universidades. Esse nosso parceiro Universidade de Aveiro vai ter a oportunidade de em Oliveira de Azeméis, também aí inovar e cria condições para aumentar a nossa competitividade a qualificação da nossa população. Um fator de atratividade, um fator de competitividade, Parque do Cercal Campus de Inovação Senhor Deputada, não custa nada lá ir visitar e ver o que é uma obra estruturante e uma obra estruturante com estratégia, porque se por um lado há aposta na educação, no ensino superior, na atração de jovens que os senhores dizem que eles fogem para outros lados, por outro lado há depois a possibilidade de as empresas terem condições extraordinárias para se fixarem. São dois pequenos exemplos, que o Senhor Deputado me desafiou a dar, do ponto de vista das obras estruturantes. Sendo certo que há outro tipo de obras estruturantes e o seu conceito pode ser outro, pode ser o conceito do betão, pode ser o conceito das estradas. Mas olhe que esse já foi também um bocadinho ultrapassado e deixado até pelos dirigentes máximos do seu Partido, que eles agora dizem: Agora, é as pessoas. Agora, temos é que olhar para as pessoas. E portanto, nós cá estamos a fazer. E portanto, aqui, é também uma daquelas coisas que se diz, não aconteceu nada, não se fez nada. Está à vista. Está à vista, pode-se ir visitar, pode-se ir ver, não se paga bilhete e portanto estão também convidados a visitarem e perceberem também um bocadinho aquilo que tem vindo a ser feito ao longo destes últimos anos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dr.ª Helena Santos, do PS. =====

===== Considerem-se todos cumprimentados, em nome do Senhor Presidente da Assembleia. Para já devo dizer que estou um bocadinho desconfortável com a posição deste palanque, porque estamos a falar assim de costas a dirigirmo-nos para as pessoas. Por mim até virava isto assim um bocadinho. Mas admitamos que é um bocadinho desconfortável, a gente gosta de olhar para as pessoas, mas eu vou então abstrair-me da posição do palanque e começar a então a dizer aquilo que me aqui trazia. Queria deixar um cumprimento também

especial ao Senhor Presidente da Junta de Macieira de Sarnes, que nos simpaticamente aqui recebeu hoje. Efetivamente, esta intervenção de falar e eu vou voltar a falar, do fim do mandato isto é normal porque os oliveirenses já começam a olhar para Oliveira de Azeméis e a perspectivar o fim do mandato desta governação camarária. Efetivamente, quando olham e vão falando sobre isso por Oliveira de Azeméis, procuram e discutem a sua atual imagem e procuram aquela prometida referência a nível nacional e internacional, deparam-se e nós deparamo-nos com uma cidade que parece que está parada no tempo. Não há condições para a mobilidade, já aqui foi referido. Não se vê beleza ambiental, as coisas não evoluíram nesse sentido. Sem espaços culturais condignos e atrativos. Sem a tão prometida rede de águas e saneamento e outras iniciativas que são promotoras de saúde e que são aspetos importantes. E parece-nos realmente, porque é isto que nos chega, é o eco que nos chega e que nós próprios também vimos, que afinal estamos cada vez mais distantes das cidades e dos concelhos vizinhos. O Senhor Presidente já aqui refutou isso, mas efetivamente este é o sentido das coisas, nós sentimos isto e é isso que queremos vir aqui conversar. Procurando as publicações que são acessíveis, aliás a todos e quem quiser as pode rever e é isso que as pessoas vão fazendo, alguns momentos que noticiaram estes quase quatro anos de governação camarária vamos encontrar muitas promessas. E Senhor Presidente efetivamente no conjunto das coisas, é evidente que já aqui falamos de muitas coisas que foram feitas, mas quando olhamos no global parece que este concelho realmente não aconteceu. Olhe, vamos ver alguns documentos: - Oliveira de Azeméis Novos Horizontes -. Alguns dos itens: Saúde com responsabilidade, 08 de outubro de 2009, lê-se: “É prioritário para a Câmara Municipal acabar as obras no novo Centro de Saúde localizado em Lações”, muito bem, “a candidatura Social-democrata já tem projetos para o atual edifício, que deverá servir de berço ao Fórum da Juventude, um espaço inteiramente dedicado aos nossos jovens”. Pois bem, o novo Centro de Saúde aí está. Por sua vez, o espaço do antigo Centro de Saúde está ali parado, os jovens olham para ele e nós perguntamos se ele está destinado a berço mas ainda não sabemos muito bem de quê. Continuando: Turismo é essencial a um concelho que quer tudo (é do mesmo documento), diz-se: - “O turismo é essencial a um concelho que quer tudo, como Oliveira de Azeméis quer.” Uma atenção especial ao Parque da La-Salette. O candidato à Câmara quer: Ver a Estalagem de S. Miguel como espaço turístico de referência; Realizar uma ligação pedonal e uma ciclovia que ligue o coração da cidade ao pulmão de Azeméis; A criação de uma Companhia Municipal das Artes e dos Espetáculos e transformar o Caracas numa grande casa de cultura - foram os projetos adiantados por Herminio Loureiro. São boas palavras, Senhor Presidente. Os oliveirenses até gostaram de ouvir e votaram – sim, mas que frustração que sentem, posso mesmo dizer que desgosto. Passamos nas mesmas ruas esburacadas e temos que admitir que elas estão assim, mesmo que também estejam noutros concelhos mas este está muito mal é toda a gente que diz até quem visita, menos arborizadas, se calhar vamos a pé em direção ao dito pulmão da cidade observar a velha Estalagem que está ali triste e abandonada à espera de ser útil e dignificada e com algum cuidado podemos mirar lá do alto a cidade que parece pouco ter mudado

imaginando um espetáculo, que acho que nunca aconteceu, numa imaginária grande casa de cultura. Noutra documento ainda podemos ler: “Bairro de Lações requalificação prometida por Vereadora Gracinda e Hermínio Loureiro”. Autarquia reabilita Urbanização Quinta de Lações, lê-se no documento que: “A Câmara de Oliveira vai investir 180 mil euros na requalificação de dois blocos habitacionais da urbanização corrigindo anomalias de construção e garantindo melhores condições. A requalificação daquela zona era um compromisso social que vamos agora começar a concretizar melhorando a qualidade de vida de dezenas de pessoas”, também afirma, “a importância disto, dado as famílias e a caracterização, as melhorias respondem aosasseios dos moradores e à necessidade de recuperação do património municipal”. Muito bem Senhor Presidente, aquele é realmente um espaço de urgente intervenção, reconhecemos. Eu conheço bem o Bairro, tenho lá muitos utentes, mas afinal onde é que está a reabilitação importante que se anunciava? E note-se que, numa visita recente aquele Bairro, o PS deparou-se com esgotos a céu aberto, para além do cheiro nauseabundo que muitos cidadãos já têm denunciado. Esta é que era aliás uma intervenção que realmente iria elevar a autoestima dos oliveirenses. Autoestima essa que muitas vezes é confundida com diversão. Eu ainda convidava os oliveirenses a relerem a conferência de imprensa que o PSD deu para análise do primeiro ano de mandato autárquico, um balanço que dizia que fazia o balanço do mandato de 2009/2010, eu própria o fui reler. Senhor Presidente parece que o documento está quase atual e que no essencial mais parece que ter sido escrito, olhe, ontem. Preste também atenção à quantidade de propostas, promessas e propostas que foram ali elencadas, algumas propostas feitas pelo PS, algumas até foram aprovadas pelo Executivo Camarário e afinal não se chegaram a realizar. Então Senhor Presidente, realmente, o concelho não aconteceu. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dr.ª Ana Neves, do PSD. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, comunicação social e público aqui presente. O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional esteve em Oliveira de Azeméis no âmbito das comemorações do “Dia da Europa”, que decorreu no pretérito dia 9 de Maio. Pedro Lomba defendeu, durante o fórum municipal, que “ toda a gente age para fazer da Europa aquilo que ela é hoje”. Referiu ainda que a Europa está inevitavelmente radicada nas nossas vidas. Tais comemorações foram uma iniciativa inserida no programa do ano Europeu dos cidadãos, que este ano tem como tema central a “cidadania”. Trata-se um programa que privilegia o envolvimento de toda a comunidade. É de salientar que o Município de Oliveira de Azeméis tem uma relação real e forte com a Europa fruto da sua exuberância empresarial. O Dia da Europa constitui uma oportunidade para desenvolver atividades e festejos que aproximam a Europa dos seus cidadãos e os povos da União entre si. Um outro acontecimento importante que surgiu foi o projeto

Entr'artes. A Câmara de Oliveira de Azeméis, promoveu, no dia 19 de maio, a terceira edição do projeto "Entr'artes". O evento contou com a participação de vários artistas plásticos, tendo como objetivo promover as artes e dar uma imagem colorida e movimentada a diversas ruas da cidade. Com esta iniciativa retratou-se, através da caricatura e da pintura e em tela, monumentos, paisagens e pormenores do núcleo histórico da cidade de Oliveira de Azeméis. Os trabalhos elaborados irão estar em exposição na galeria Tomás Costa entre os dias 6 a 27 de julho. Oliveira de Azeméis acolheu nos dias 25 e 26 de maio o décimo sétimo Mercado à Moda Antiga, em que 1500 figurantes de 50 coletividades trajaram a rigor e recriando hábitos da feira local de finais do século XIX. Este evento realiza-se desde 1997 e revive o mercado que se realizava no final do século XIX início do século XX. Neste evento são privilegiados os produtos característicos de cada freguesia do concelho, sem esquecer as danças, os cantares, os usos e os costumes de outrora. Ao longo dos últimos anos o Mercado à Moda Antiga cresceu e afirmou-se no panorama regional e nacional, atraindo milhares de visitantes, vindos de todo o país, inclusive de Espanha. Através da música, gastronomia e diversas outras artes, Oliveira de Azeméis fez uma viagem de 20 dias ao século XIX início do século XX, vestindo-se e vivendo a época. Um evento que contou com atividades, entretenimento e caracterização alusivos à época, promovendo a criação de espaços de exposição, venda ao público entre outros, contudo um evento único, por ser aplicado à história local, possuindo assim, uma dimensão pedagógica própria. O Mercado à Moda Antiga é já um cartão-de-visita de Oliveira de Azeméis. Neste período de globalização com tendências de uniformização cultural, existe simultaneamente, uma forte necessidade das comunidades se identificarem através da revivescência das suas tradições. A ligação à tradição é lendária em Portugal. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, apresentou o Plano Municipal da Cultura, o qual pretende melhorar a eficácia da ação do Município indo ao encontro das necessidades dos Municípios. O Plano Municipal da Cultura será um suporte precioso na futura atuação municipal, conferindo coerência, transversalidade e eficácia à sua ação concreta e física no território. Presentemente, o contexto socioeconómico é desfavorável, todavia, a cultura continua a ser e indubitavelmente será um pilar de desenvolvimento da pessoa humana, concedendo-lhe uma identidade. Sem cultura, nenhuma comunidade poderá ultrapassar as suas dificuldades, assim referiu a Vereadora Gracinda Leal quando apresentou o Plano Municipal da Cultura. Por último importa referir também uma tarde por excelência, a Tarde de Talentos mais de 65 ocupou o espaço do cine teatro Caracas no passado dia 17 de junho, uma iniciativa que teve como objetivo valorizar as artes e saberes da população idosa do concelho de Oliveira de Azeméis. Tal iniciativa promoveu momentos de convívio, alegria e bem-estar, assim como estimular o papel do idoso na sociedade e fomentar o reconhecimento cultural e social desta população. As diversas artes subiram ao palco pela mão de aproximadamente 30 talentos seniores provenientes de 12 freguesias do concelho. Um bem-haja a todos eles. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Boa tarde Senhor Presidente e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Macieira de Sarnes e respetivos Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Macieirenses, comunicação social. Boa tarde. Agora que estamos a 3 meses de um novo ato eleitoral autárquico em Oliveira de Azeméis e decorridos mais de 30 anos sobre 25 de abril de 1974, convém fazer um balanço do que aconteceu a este concelho durante este período. No panorama do distrito de Aveiro, temos um concelho de Oliveira de Azeméis que parou no tempo em que não aconteceu neste concelho. Irei enumerar um conjunto de problemas criados pelo PSD, que vão passando de mão em mão, sem resolução, sem solução e mesmo sem qualquer sonho. Falo da emblemática Praça da Cidade que inaugurada com pompa e circunstância, ainda o edifício lá construído passou metade deste mandato fechado e com indemnizações leoninas pagas pelo município a preço de ouro. Relembro, o pagamento já efetuado pela Câmara Municipal de 52 mil euros ao seu anterior concessionário, só para sair de espaço. Depois disso, nada se passou, continua fechado a degradar-se por dentro e por fora. Parece que na próxima semana, Vossa Excelência vai tirar um coelho da cartola. É pena que apresente agora e em vésperas de campanha eleitoral apresente um contrato de arrendamento para aquele espaço. É mais um tapa-olhos. Outra das obras e edifícios que quero fazer referência é a Casa Sequeira Monterroso. Foi comprada também com pompa e circunstância quando o atual Presidente da Câmara era à data dos factos, nada mais, nada menos, Secretário do Estado da Juventude. Por deliberação da Assembleia Municipal de 30-07-2004, o Município adquiriu pelo preço de 424.980,00€ o edifício designado por “Solar Sequeiro Monterroso”, na altura tendo sido anunciado pelo então Presidente da Câmara que e passo a citar: - “que o mesmo seria para instalar a equipa que vais ser responsável pela revisão do PDM, instalar o SIG e instalar a Cartografia. Uma oportunidade de adquirir aquele edifício, um edifício que precisa de ser preservado, um edifício de interesse de património municipal”. Volvidos seis meses, em dezembro de 2004, surgiu uma nova estratégia, pois o destino do imóvel passava para a instalação de uma Pousada da Juventude, tendo na altura o então Presidente da Câmara afirmado que: “queremos que venha cá uma inspeção da Secretária de Estado da Juventude para ver se temos condições ou não para recuperar e restaurar aquele edifício para este fim.” Em finais de 2007 foi deliberado constituir uma sociedade comercial que contemplava a recuperação do edifício, tendo também esta situação saído gorada. Em 2008, numa entrevista ao jornal “A Voz de Azeméis”, o então Presidente da Câmara referiu que pretendia recuperação do edifício Sequeira Monterroso para criar ali um hotel ou uma estrutura de qualidade que melhore a zona pedonal. Em meados de 2013, temos nada. O edifício está-se a degradar a olhos vistos, exceção feita para a frontaria e a parte do Brasão, de resto o telhado está a abater e o seu interior deve ser de autêntico caos. Depois de passados quase 10 anos sobre a aquisição do edifício, não há solução à vista, mas o dinheiro foi*

gasto pelo município, ficando mais um sonho, projeto, ou pesadelo nas mãos do município. O erário público voltou a empobrecer ao contrário daquilo que diziam, que o iriam valorizar. Pergunto, ao Senhor Presidente, que solução para este primeiro elefante? Mais edifícios em degradação pertença do Município: Antigas Finanças, junto à Igreja Matriz: é facto público e notório que o mesmo está em adiantado estado de degradação e a cair aos pedaços, para salvaguarda das pessoas que por ali passam foi colocada uma barreira de proteção, porém não vislumbram obras de reparação. Porque é que chegamos a esta altura e ainda não há destino a dar a este edifício? Novamente temos o património municipal a desvalorizar e o executivo camarário não sabe o que lhe há-de dar ou que destino a dar. Que pobreza, Senhor Presidente. Salão Nobre. O Salão Nobre, que nesta altura de nobre nada tem, está em perfeito abandono e degradação. Aquele que durante muitos anos foi o palco das Assembleias Municipais e de outros eventos de relevos para o município, está em completamente degradado. Recentemente estive no Salão Nobre e constatei que o mesmo sobre de graves infiltrações, cheio de humidade e sem qualquer vestígio de obras de reparação, com a tinta a descascar, tela desbotada e a cair da parede e as janelas já nem todas abrem. Quem lá entrasse diria que aquele espaço estava abandonado e desleixado há muito. Senhor Presidente, porque chegámos a esta situação de desleixo e de abandono dos nossos edifícios do nosso património? Ora, se Vossa Excelência não consegue conservar e valorizar o que é nosso, do município, como é que alguma vez poderá conservar e valorizar o dos outros? Que estranho, Senhor Presidente? Café Arcádia. Desci do Salão Nobre, para o café Arcádia, para tomar um café, eis que o encontrei novamente fechado. Perguntei se alguém sabia quando reabriria. Mas ninguém conseguiu responder. Disseram, o Senhor Presidente da Câmara é que sabia. Pergunto-lhe, Senhor Presidente, agora que está a terminar mais um mandato, para quando a abertura ou resolução daquele espaço que tão emblemático foi? Parando um pouco para pensar, e eu sou mais velho que Vossa Excelência, quase já não me lembro de ver o café Arcádia a funcionar. O Lusitano já fechou e o Arcádia jamais reabrirá. Triste história dos locais de referência do nosso passado e da nossa história. Senhor Presidente, para quando uma resolução para este segundo elefante? Escola Bento Carqueja e Cine-teatro Caracas são mais dois edifícios que têm vindo a ser deficientemente aproveitados quando têm potencialidades e capacidades para serem mais usados e abusados. A comunidade aproveitaria certamente se passassem a ter mais ocupação e pudessem ser realizadas mais iniciativas nesses edifícios, em prol da comunidade oliveirense. É pena, que se tenha os meios e que o município não os implemente devidamente. Contudo, lamenta-se que as obras que foram realizadas no Cine-teatro Caracas não o tenham transformado na verdadeira “Casa da Criatividade”. Tendo-se gasto dinheiro do erário público na sua reconversão, mas com pouca ocupação. É pena, que o dinheiro gasto pelo município no Cine-teatro Caracas, não o tenha convertido numa verdadeira “Casa da Criatividade”, como o nosso concelho vizinho efetuou em S. João da Madeira e que inaugurou recentemente, essa sim uma verdadeira casa da cultura. Porquê, esta gestão tão tacanha? Porquê, continuar a ter esta gestão tão desgovernada? Não venha dizer Senhor Presidente, que não tem culpa, que nada disto que

anteriormente se referiu, porque não é do seu tempo. Convém não esquecer que, o comboio do PSD está instalado no concelho de Oliveira de Azeméis e é ele que tem trilhado os destinos dos oliveirenses nestes mais de 30 anos de democracia e que os tem levado ao abismo. A única diferença é que o maquinista tem levado, mas o comboio é o mesmo e continua tudo na mesma. Daí se concluir que, desde que este comboio do PSD que entrou em Oliveira de Azeméis, não aconteceu nada em Oliveira de Azeméis nem aos oliveirenses. Senhor Presidente, que resposta nos pode dar, sobre estas preocupações do Partido Socialista? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng. Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Macieirenses sintam-se cumprimentados na pessoa do nosso amigo André. Como Oliveira de Azeméis é um concelho sem vida, sem política de juventude e sem desporto, segundo apregoam alguns. Não sei o que diriam se não existem-se as inúmeras iniciativas de cariz desportivo, cultura e social e os prémios que os nossos atletas, artistas e associações vão recebendo por este país. Senão vejamos alguns exemplos, recentes: No passado dia 01 e 02 de junho mais uma vez realizou-se em Oliveira de Azeméis, a terceira edição do XCO Cup, prova que integra o calendário da União Ciclista Internacional e conta para a Taça de Portugal 2013 e contou com a presença de 300 atletas, onde se verificou a vitória do Português, David Rosa, e da Estónia, Maaris Meier. Esta prova organizada pela escola de ciclismo Bruno Neves, em colaboração com a Câmara Municipal, mais uma vez projetou o nome de Oliveira de Azeméis pela Europa fora e contou ainda com o reconhecimento da excelente organização pelo comissário internacional e do selecionador nacional. Feito inédito, foi a vitória dos alunos da Escola Bento Carqueja que venceram a primeira edição da Moche Cup, torneio de futebol de 5, com equipas mistas realizado no Estádio Nacional. Este torneio contou com a participação de cerca de 4000 alunos, de 124 escolas do nosso país, tendo na final cerca de 350 alunos. A nossa escola venceu o torneio nos dois escalões A e B e de referir que dos 15 atletas 12 fazem parte das escolas de formação do Oliveirense, a todos eles o nosso bem-haja. Mas continuando sem vida decorreu em Oliveira de Azeméis a primeira edição das Jornadas de Medicina Desportiva, que reuniu dezenas de médicos, paramédicos, fisioterapeutas, treinadores e outras entidades ligadas ao desporto, que discutiram a utilização da medicina de alta competição para prevenir lesões e no seu respetivo tratamento. Esta forte aposta da Câmara Municipal, na organização de grandes eventos, tem dado uma notoriedade de Oliveira de Azeméis reconhecida por todos, pelo menos pelos que têm orgulho em Oliveira de Azeméis. Também na vertente desportiva, realizou-se o décimo segundo Congresso Nacional de Treinadores, que teve como lema “Valorizar a voz do treinador”, evento que trouxe até Oliveira de Azeméis treinadores de reconhecido mérito tal como, Victor Oliveira, Jaime Pacheco e Carlos Carvalhal. Para terminar, no dia 10 de junho, Oliveira de Azeméis

acolheu a festa final do minibasquete da Associação de Basquete de Aveiro onde participaram cerca de 500 atletas. Oliveira de Azeméis é Vida, é Desporto e tem Vida. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer:=====

===== Para encerrarmos este ciclo de intervenções de “Antes da Ordem do Dia”, eu quero lembrar que o período Regimental do “Antes da Ordem do Dia” já foi altamente ultrapassado, mas de qualquer maneira ouvimos sempre com agrado a intervenção do, último deputado, Deputado Bruno Aragão. =====

===== Muito boa tarde a todos. Obrigado Senhor Presidente pela sua paciência Regimental. Naturalmente cumprimentar na pessoa do Senhor Presidente de Junta, esta freguesia que agora visitamos e que tanta confusão tem dado o nome. E naturalmente agradecer mais uma vez, a oportunidade de também visitarmos as freguesias do concelho, porque a democracia também se faz assim, descentralizando. Senhor Presidente, o Senhor confunde muitas vezes e muitas das pessoas que o apoiam, uma iniciativa privada pujante com uma gestão pública que nunca acompanhou essa pujança. Chamam a vós iniciativas que são feitas por muitos oliveirenses, muitas vezes a expensas próprias, fazendo passar a impressão de que isto é tudo resultado de uma gestão pública. Não é. Não é o facto de aparecer, em colaboração com, que torna o ónus da Câmara Municipal e para isso, sem muitas delongas, basta ver a necessidade que tivemos de fazer, ainda há poucos anos, um plano para pagar às associações, o tempo que estivemos sem lhes dar mais financiamento para além desse que já estava comprometido e que fomos dificilmente pagando. Agora há uma coisa Senhor Presidente que não pode dizer, que é: “que os oliveirenses estão enganados”, e estou a citá-lo, “estão cansados de serem enganados, pela oposição ao longo dos anos”. O senhor terá muita dificuldade em dizer, onde é que a oposição enganou os oliveirenses. Mas desculpe que lhe diga, não terei dificuldade nenhuma em elencar um conjunto de coisas onde o senhor enganou os oliveirenses e onde muitas vezes fomos defraudados. E posso dizer-lhe, as tais vias estruturantes que o Senhor ainda não entendeu o que são. Eu posso-lhe fazer um desenho, Senhor Presidente, a dizer onde é que estão as vias estruturantes que o senhor no início deste mandato disse: “eu nem durmo senhor deputado” (exatamente neste tom – eu nem durmo senhor deputado), quando eu lhe questionei exatamente sobre as vias estruturantes que estão no mesmo ponto. O que nós estamos a dizer é que são milhões que estão ali enterrados e que não tiveram consequência nenhuma no dinamismo deste concelho, basta passar pelos retalhos ali à volta da cidade. Mas digo-lhe mais, Senhor Presidente, já para não falar na área saneamento porque essa temos um ponto próprio como o senhor bem sabe. Posso-lhe falar no cine-teatro Caracas, nessa casa de excelência que o Senhor prometeu, exatamente assim, disse até: “de excelência internacional”, zero. Posso-lhe falar do mercado, zero. Posso-lhe falar do pulmão da cidade, zero. Posso-lhe falar do shopping, onde até, enfim, o próprio negócio foi nublado, zero. O património que já aqui foi falado, zero.

Isto, Senhor Presidente, foi o que não aconteceu durante estas quatro anos. Isto sim, é que foi prometer coisas que nós não poderíamos cumprir. Mas podemos dizer mais do que isto: Já falamos no Fórum da Juventude, nada, é sempre para amanhã; Setecentos quilómetros de estradas, os outros concelhos não têm? Nós somos um concelho de média dimensão no país, média dimensão quer dizer isso mesmo, que há muitos que tem muito mais, há muitos que têm igual. Mas, nós, como já disse o senhor deputado e eu já disse aqui uma vez, a expensas próprias, com todo gosto, eu levo-o a visitar concelhos vizinhos com redes viárias muito mais bem preparadas. Mas podemos continuar a elencar um conjunto de coisas que foram prometidas e que não tiveram consequência real. E quando falamos num concelho que parou não venham com a iniciativa privada, felizmente, essa é que tem salvo Oliveira de Azeméis de um presente muito mais difícil do que aquele que temos. O que tem custado aqui em Oliveira de Azeméis é uma gestão autárquica que não tem acompanhado, que nunca acompanhou e que muitas vezes colocou entraves a essa própria iniciativa privada. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente às questões que foram colocadas pela Senhora Deputada Dr.ª Helena Santos, dar-lhe nota, não está cá e também não quero ser desagradável, o Senhor Deputado Miguel Portela tem responsabilidades na área da saúde do nosso município, mas por acaso até antecipadamente tinha anunciado que era impossível vir a esta Assembleia Municipal porque não estava cá, mas para lhe dizer que se ele cá estivesse ele também lhe poderia rapidamente explicar porque é que o Fórum da Juventude não está resolvido. E portanto eu acho que, se os senhores querem cobrar relativamente a essa matéria, têm que começar a cobra a partir do dia em que a Câmara Municipal receber as chaves do Ministério da Saúde. Tem havido várias reuniões. Isto são assuntos que não se resolvem nos jornais. Tem havido várias reuniões de trabalho com a ARS do Norte, no sentido de resolver definitivamente este problema e este problema é importante para todos nós porque nos permite fazer a tal poupança, a tal gestão de deixar os espaços dos quais estamos a pagar rende e poder utilizar esses mesmos espaços e valorizar esses mesmos espaços. Como é o caso deste que está numa zona nobre, está ali encostado à zona escolar, uma zona bastante movimentada pela própria juventude. E portanto, como disse, eu não sei se a Senhora Doutora sabe, mas sabe seguramente que há o episódio do Centro de Saúde, eu já o disse e não me canso de repetir, se alguém um dia quiser publicar um livro sobre uma obra pública e dizer o que não se deve fazer, é escrever a história sobre o centro de saúde. E portanto, Oliveira de Azeméis pertenceu durante alguns anos à Administração Regional de Saúde do Centro, tinha sede em Coimbra e portanto todos os assuntos relacionados com essa matéria eram tratados em Coimbra. Depois por uma reorganização administrativa na área da saúde passou a pertencer ao

norte e eu acrescento ainda bem, foi a forma e a alavanca fundamental para resolver o problema das instalações, há outros problemas para resolver, mas as instalações e que deu o empurrão definitivo para acabar as instalações e ele estar hoje ao serviço dos oliveirenses. E como sabe também a Câmara Municipal sempre colaborou no sentido de ser facilitador naqueles que foram os investimentos na parte externa e do compromisso que temos agora com a Administração Regional de Saúde para internamente fazermos um conjunto significativo de benfeitorias e melhorias, que o edifício, quem lá trabalha, quem lá exerce a função de médico, de enfermeiro, de auxiliar e para quem lá vai, estão todas elas identificadas e precisam de ser as tais pequenas retificações para melhorar a funcionalidade daquele edifício a própria mobilidade dentro do mesmo edifício. E portanto sem estar aqui a querer naturalmente aligeirar responsabilidades, mas eu não posso pegar numa marreta rebentar a porta do centro de saúde e começar lá dentro a mexer, se eu fizer isso vem lá a policia no mesmo dia e eu não estou a cumprir com a minha missão e por isso naturalmente que temos de pressionar a Administração de Saúde do Norte para que definitivamente resolva o problema. Há muita vontade, posso-lhes dizer o Dr. Miguel Portela tem sido impecável nesse trabalho e portanto nós estamos a trabalhar no sentido de isso acontecer e a partir desse momento então o contador começa e aí podem começar a cobrar. Posso vos dizer que, naquilo que é a área de arquitetura e engenharia ligada às obras da Câmara Municipal, nós pedimos autorização ao ACES que nos emprestou a chave, temos um levantamento daquilo que é o edifício e temos neste momento já uma equipa da Câmara Municipal a trabalhar na reformulação e na implementação de alteração daquele espaço. Ou seja, não estamos a perder tempo, estamos a ganhar tempo, a partir do momento que tenhamos a chave, já não vamos: Agora, vamos começar o projeto. Não. O projeto já está a ser desenvolvido e é isso que estamos naturalmente a fazer. Quanto às questões, quando falou do turismo eu pensei que se ia referir ao Hotel do Vale do Rio em Palmaz, que é uma nova unidade hoteleira que é privada, repito, é privada, não é da Câmara Municipal, mas que naturalmente que tem uma mais-valia ao lado do hotel que foi um investimento que foi feito pelo Município na recuperação das margens do Caima e portanto que veio dar uma mais-valia aquele espaço. Nova oferta hoteleira. A Senhora Deputada Helena Santos falou da Estalagem e eu volto-lhe a dizer: Eu acho que aquele espaço tem todas as condições para estar ligado ao turismo e à hotelaria, sem perder qualidade; Temos tido um conjunto significativo de agentes da sociedade que nos têm vindo fazer propostas para a utilizar daquele espaço, mas alguns não é para o espaço relacionado com o turismo e portanto eu acho que nós, às vezes vale a pena esperar mais um bocadinho e termos uma boa solução do que nos precipitarmos numa noutra solução. Até porque, como sabe, o Parque de La-salette está neste momento com uma frente de obra grande e vai ter mais, porque vão iniciar-se outras obras sempre respeitando e procurando compatibilizar com os festejos em honra de Nossa Senhora de La-Salette, mas é uma preocupação enorme da nossa parte resolver esse problema. Agora, eu posso estar enganado, mas a Câmara Municipal, nos tempos que correm, nos dias de hoje, não tem vocação para gerir um espaço daqueles e portanto temos de procurar encontrar um parceiro privado que possa

resolver esse problema. Mas deixe-me dar-lhe nota, até porque julgo que não surpresa para si também, o espaço não está morto, não está fechado, o espaço tem tido vida e tem sido utilizado quase todos os fins de semana com o movimento associativo, não na área do turismo, não na área da hotelaria, mas na área cultural, a juventude tem procurado aquele espaço e nós temos naturalmente, com o movimento associativo, colocado à disposição compatibilizando as datas. Quando a Senhora Deputada falou no Bairro de Lações, deixe-me dizer-lhe: O projeto, que a senhora falou, está aprovado. Foi aprovado pelo IRU. Agora já não se chama IRU, agora já mudou de nome. Mas há uma coisa que lhe quero garantir: Não entrou um cêntimo na Câmara. E nós temos insistido para resolver esse problema. Eu não tenho a força, reconheço, eu não tenho a força do Dr. Rui Rio, nem o Senhor Professor Cavaco Silva me recebe para eu me queixar do Bairro de Lações. Mas há uma coisa que eu lhe posso dizer: O processo de Oliveira de Azeméis está lá e está aprovado. Sabe o que é que falta? É dinheiro. Sabe, falta dinheiro. E portanto, sem dinheiro, a gente não pode resolver os problemas. Agora, tudo o que a senhora disse é verdade. É uma necessidade? É. Há projeto? Há. Foi feita uma candidatura? Foi. Foi aprovada? Foi. Não veio foi dinheiro e portanto sem dinheiro é uma chatice. Porque a Senhora Deputada na sua intervenção que fez sobre – o não aconteceu, já percebi que hoje foi a frase escolhida pela Bancada do Partido Socialista e portanto já percebi que estão a trabalhar, estão aí os “spin doctors” todos a darem-lhe e fervilham de ideias sobre essa matéria. Deixem-me dizer-lhes o seguinte, sobre o não aconteceu. Até porque hoje as intervenções: isto até parece combinado, mas não é, porque a pessoa que falou a seguir à Dr^a Helena Santos descreveu um conjunto de - aconteceu. Mas deixe-mos os oliveirenses decidir o que não aconteceu e sobre o que aconteceu. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, na sua intervenção, até estava uma intervenção engraçada e bem preparada, deixe-me lhe dizer, mas faltou também dizer uma coisa - no aconteceu, que entretanto também aconteceu nestes últimos quatro anos e a Senhora como é uma mulher atenta deve ter visto a entrevista do Dr. Teixeira dos Santos à TVI, esta semana, e também faltou dizer que entretanto entrou a Troika em Portugal e que o Governo do Partido Socialista pediu resgate e pediu ajuda internacional. Isto também mudou tudo um bocadinho e portanto, olhe, também, aconteceu, para mal de todos nós. Senhor Deputado Bruno Aragão, aconteceu, estamos a ser factuais, isso aconteceu, não é? E depois veio o Pedro Passos Coelho, veio a austeridade e agora anda outra vez a bonança. Agora, vem uma varinha, tonga, resolve-se tudo, volta a ser tudo às mil maravilhas, faltou também dizer isso. Porque isso mexeu com todos nós e como estamos aqui a falar estas coisas: - isto não aconteceu, - isto não aconteceu, - isto não aconteceu. Também já agora podia ter dito: - por acaso, também aconteceu este pedido de ajuda externa. Deixe-me só dar uma nota, que acho que aí a Senhora Doutora não foi justa e a Senhora procura ser justa na sua vida, no exercício da sua profissão e na sua atividade de cidadania. Mas, a Senhora Deputada, falou que Oliveira de Azeméis estava menos arborizada. Senhora Deputada, eu não sei se a Senhora se estava a referir a Oliveira de Azeméis cidade, ou a algum lugar específico, ou se estava-se a referir ao concelho? É que se estava a referir ao Município de Oliveira de Azeméis, a Senhora deputada cometeu uma imprudência porque não é

verdade. Porque o Senhor Amaro pode-lhe mostrar o Parque Intergeracional, em S. Roque e há lá árvores onde havia aterro. O Senhor Rodrigo Silva, em Cesar, pode-lhe mostrar duas requalificações, no centro da freguesia em Cesar, onde havia lixo e hoje há obra feita e há espaços requalificados e há árvores. Em Carregosa, o Senhor Diamantino de Melo podia lhe mostra, temos que ir aos sítios, temos que andar, em Carregosa junto ao rio, a seguir ao estádio de futebol tem uma zona verde fabulosa com um potencial enorme que esta a ser trabalhada e tem centenas de árvores que foram plantadas. Em S. Martinho da Gândara, a Senhora Deputada também pode lá passar, está uma zona de lazer quase pronta a inaugurar, mas como nós não andamos aqui para cortar fitas a coisa vai-se fazendo, mas também com muitas árvores plantadas e relva, requalificação também de uma zona extraordinária e bonita. Em Ossela, na zona do Pedregulhal, finalmente vai avançar a requalificação de toda aquela zona também relacionada com as Margens do Caima. Já há pouco falei das Margens do Caima, em Palmaz. No Parque da La-Salette, a nova Mata. Agora, é evidente que as árvores, como a Senhora sabe e a Senhora até tem conhecimentos científicos que permite avaliar isto que eu estou a dizer, as árvores não é plantar e aquilo cresce, tem que esperar, mas elas estão lá, pode lá ir vê-las e até pode conta-las. E depois não vai dizer que há menos, porque não há. O Parque Temático Molinológico, todo o investimento que tem vindo a ser feito ali. E podia estar aqui e em algumas freguesias até podia dizer isto e mais aquilo, mas não vale a pena porque já ficou no ar a ideia. Portanto, Senhora Deputada Helena Santos, relativamente ao não aconteceu, logo de seguida, a Senhora Deputada Ana Neves falou: do “Entr`artes”, aconteceu; falou do “Mercado à Moda Antiga”, aconteceu. O Senhor Deputado Bruno Aragão não concretizou, mas eu percebi a sua intervenção. Ninguém aqui quer ocupar o lugar de ninguém, nem a Câmara Municipal quer usurpar o lugar de ninguém. Há uma coisa que eu lhe posso dizer, até porque é transparente, é aprovado em sede de Assembleia Municipal e o Senhor Deputado sabe, para o “Mercado à Moda Antiga” a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis atribuiu um subsídio nesta Assembleia Municipal de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros). Isso foi o subsídio, mas depois, posso também lhe trazer, não venho preparado para isso, mas posso-lhe dizer que os funcionários da Câmara, materiais e serviços, estiveram mais de uma semana no pré-evento e no pós-evento e também se pode contabilizar. Isto só para lhe dizer o “Mercado à Moda Antiga”, é feito com a colaboração da Câmara Municipal e deixe-me dizer-lhe – é bem feito e atrai à cidade milhares de pessoas que não são de cá. Quando se está dizer: - não se faz nada; - não há vida; - não aconteceu; - não aconteceu. A seguir, aconteceu. E foi a Senhora Deputada Ana Neves que o disse. Como aconteceu a “Tarde de Talentos”, no Cine-teatro Caracas. O Cine-teatro Caracas tinha lá 400 pessoas, de Oliveira de Azeméis. A Senhora diz-me assim: mas eu estou a exercer medicina no Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, eu não posso ir ver. Mas aquilo que nós esperamos da comunicação social é que eles possam fazer esse trabalho, fazer essa cobertura e depois a Senhora poder ver. Lá estavam 400 pessoas e estavam as instituições particulares de solidariedade do município, todas elas, todas elas a participar, num momento fabuloso para quem assistiu, há aqui presidentes de Junta da sua Bancada que

estiveram e podiam-lhe ter dito: - Oh Dr^a Helena Santos, eu fui hoje ver os velhinhos da minha freguesia, - espetacular. Está a ver e não custava nada a Senhora vir aqui dizer, olhe: - não aconteceu, - não aconteceu, - mas depois, olhe também aconteceu. Mas a Senhora isso esquece. Como a questão do Plano Municipal de Cultura, também. Isto só para dar algumas notas. O Senhor Deputado Carlos Afonso quis hoje fazer aqui um balanço, há pessoas que são mais papista que o papa, ou seja, houve quem quisesse aqui fazer um balanço de quatro anos, o Senhor Deputado Carlos Afonso fez de trinta. E portanto, Senhor Deputado, eu percebo a sua capacidade de síntese, mas veja lá as injustiças que o senhor fez ao querer aqui em cinco minutos fazer o balanço de trinta anos. Até se esqueceu do tempo em que o Senhor foi Presidente de Junta, em que deve ter feito uma obra notável em Ul que Ul ficou completamente diferente. Mas o Senhor nestes trinta anos é só o PPD, o PPD, o PPD, o Senhor nem dorme por causa do PPD. Isso é uma coisa que realmente o atormenta. E Deixe-me dizer-lhe que, em traços largos, sem ser muito concreto e muito objetivo, mas a sua intervenção custou ao Município sete milhões e meio de euros (7.500.000,00€). E portanto o Senhor disse: - é preciso fazer isto; - é preciso fazer aquilo: - é preciso fazer isto; - é preciso fazer aquilo. Mas, eu também vos ouço, quando estamos a analisar as contas. Porque é isto, é isto, é isto. Agora, oh Senhor Deputado Carlos Afonso, nós não podemos ter sol na eira e chuva no naval, isso é impossível, isso é impossível. E portanto, o que está acontecer é que, o Senhor o que disse significa investir sete milhões e meio de euros (7.500.000,00€). E o Senhor até falou, porque os senhores têm essa síndrome, que eu não tenho felizmente. Até falou da Casa da Criatividade, falou primeiro na criatividade, ou seja, estava a criar lastro para depois falar na Casa da Criatividade. O atual Presidente da Câmara de S. João da Madeira, sabe o que é que ele disse? Eu não sei se o senhor leu tudo, ou se só viu as fotografias? Ele disse que aquilo demorou onze anos a concluir aquela obra. É uma obra bonita. Onze anos. E portanto se o Senhor já falou do Caracas, já falou disto, daquilo, daquilo, daquilo. Ouça, tenha calma. Há uma coisa que o Senhor pode ter a certeza e o Senhor falou da Casa Sequeira Monterroso e falou disto e falou daquilo. Eu responsabilizo-me e assumo aqui a total responsabilidade pelo meu mandato. E neste mandato, sabe qual foi a única casa que eu comprei, eu não, o executivo camarário comprou? Foi em Bustelo, a casa onde era o antigo sindicato dos vidreiros. Sabe quantas casas nos oferecem por dia, em Oliveira de Azeméis, para comprar, na zona pedonal, mais acima, mais abaixo, mais ao lado, mais à esquerda? Dezenas delas. Agora comprar a casa e depois não ter dinheiro para a recuperar, não contem comigo, não contem comigo. Começar obra sem ter dinheiro para a pagar, não contem comigo. Se eu tiver o financiamento para o Cine-teatro Caracas? Garanto-lhe que a obra começa amanhã. Agora, começar as obras e depois não ter dinheiro para as pagar. É que depois, oh Senhor Deputado não se esqueça daquela Assembleia Municipal das contas, a gente vem cá prestar contas devido ao endividamento. E o Senhor também fará justiça à redução da dívida do município, só o ano passado a dívida total do município reduziu oito milhões de euros e os senhores dizem:- mas os senhores são obrigados. Reduzimos ou não reduzimos? Já se reconheceu que se reduziu. É evidente que todos nós temos

muitos planos, muitos projetos, mas depois temos que ter condições para os aplicar e para os implementar. Porque quando se fazia tudo e decidia fazer tudo sem fazer contas, disseram um governo que eu não vou aqui citar, que deu no que deu no nosso país, aí é que se fazia tudo, até autoestradas que ninguém queria, hospitais que não eram precisos, isso fazia-se tudo e agora estamos todos a pagar isso. Eu não defendo isso e sei que o Senhor Deputado também não defende. E gostei do seu sentido de humor quando disse que desceu do Salão Nobre e que ia tomar café ao Arcádia e que chegou ao Arcádia e o Arcádia estava fechado. E que é que quer que eu faça? A Câmara Municipal perdeu todas as ações sobre o Café Arcádia até ao Supremo. O Café Arcádia, é de um particular. Quer que dê um tiro ao particular? Quer que eu vá lá com uma pistola e diga: -oh amigo ou abre o Arcádia, ou eu dou-lhe um tiro? Explique-me. O Senhor até é advogado pode-me dizer. Eu agradeço que me diga o que é que eu posso fazer. A Câmara Municipal, para tomar posse daquele espaço, perdeu no Supremo. Segundo me dizem os advogados, eu não sou advogado, já não tem outra hipótese de recurso. Teremos que apelar ao bom senso do proprietário para abrir o espaço. E isso, eu já o fiz dezenas de vezes e ele diz-me: - Senhor Presidente, com esta crise? - Então eu vou abrir com esta crise? - Então os bancos não me emprestam dinheiro é agora que eu vou abrir? Se os senhores me puderem ajudar, eu agradeço, sinceramente. Agora, que aquilo está fechado. Está. Que é triste? É triste. Que eu gostava de ter aquilo aberto? Gostava, naturalmente, eu e todos nós. Agora, o Senhor está a acusar-me, a mim, de o Arcádia estar fechado. Eu ainda me lembro de lá ir comer gelados, tinha lá uns bons gelados e tinha o Senhor Rui Araújo que estava lá e que servia esses mesmos gelados, ainda me lembro dessa situação. Quanto ao Senhor Deputado Filipe Carvalho, relativamente também ao aconteceu. É verdade. É factual, ou seja, aquilo que o Senhor Deputado acabou de dizer, aconteceu. Portanto, quando se diz: não acontece nada. Nem de propósito, depois vem as explicações daquilo que aconteceu e aconteceu muita coisa, mesmo muita coisa e portanto acho que aquilo que nós devemos é continuar a trabalhar para que Oliveira de Azeméis continue a ser uma referência e continue a acontecer. Muito obrigado.===

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== O Período de “Antes da Ordem do Dia” chegou ao fim. Como habitualmente eu vou dizer os tempos gastos: pelo PSD foi 21 m e 45 s, tem direito segundo o Regimento a 36 m e 30 s; O PS gastou 23 m e 24 s, tem direito a 19 m e 30 s; O CDS 7 m e 20 s e tem direito a 3 m. Chegaram aqui à Mesa alguns votos de louvor das bancadas aqui presentes, que eu vou passar a ler: =====

===== “Para além dos vários títulos individuais, o núcleo de atletismo de Cucujães também consagrou-se campeão distrital na categoria de juvenis. O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao NAC, pelo feito alcançado.” =====

=====
 “O Atlético Clube de Cucujães participou, com todo o mérito, na Final da taça de Aveiro em futebol 11, e, está de parabéns pela prestação da equipa que muito orgulha o concelho. Apesar de não ter conseguido a almejada taça, o PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao Atlético Clube de Cucujães, pelo feito alcançado.” =====

=====
 “O Futebol Clube Cesarense na categoria futebol 11 em femininos participou, com todo o mérito, na Final da taça de Aveiro, e, está de parabéns pela prestação da equipa que muito orgulha o concelho. Apesar de não ter conseguido a almejada taça, o PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao Futebol Clube Cesarense, pelo feito alcançado.” =====

=====
 “ O atleta Abílio Valente que na cidade de Guimarães, arrecadou duas medalhas de prata no campeonato Europeu de Boccia que decorreu na cidade capital do desporto nos dias 16 a 22 de Junho. O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao atleta Abílio Valente, pelo feito alcançado.” =====

=====
 “ Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, propõem a aprovação de um voto de louvor, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, que no âmbito da comemoração do seu 107º Aniversário, colocou ao dispor de toda a sociedade 3 novas viaturas, fruto do empenho dos seus órgãos dirigentes e do apoio da sociedade civil, em particular o Comendador António da Silva Rodrigues e Rui Paulo Rodrigues.” =====

=====
 Colocados à votação os votos de louvor apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade. =====

=====
 “ Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, propõem a aprovação de um voto de louvor, ao cidadão Fernando Ricardo Bastos, pelo evento “Corridas Solidárias”, numa prova de dedicação e solidariedade para com as diversas instituições sociais do concelho.” =====

=====
 Colocado à votação o voto de louvor apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Não participou na votação deste voto de louvor, o Senhor Fernando Ricardo Bastos, por se considerar impedido. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou: =====

=====
 Temos também aqui uns votos de pesar e tinha aqui também, antes dos votos de pesar, penso que ninguém se vai opor. “ O Basquetebol da UDO venceu o campeonato nacional da Proliga pelo que se propõem um voto de congratulação por este feito.” =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de congratulação apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou:* =====

===== *“Tendo falecido recentemente, no passado dia 13 de Junho, A Senhora Rosa Martins Pinho, Mãe de Gisela Pinho Rodrigues colaboradora desta autarquia onde desempenha também a função de apoio administrativo às Assembleias Municipais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de pesar pelo seu falecimento, bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória. Mais se requer que após a sua aprovação seja comunicada esta deliberação aos seus familiares mais próximos.”* =====

===== *“Tendo falecido recentemente, no passado dia 15 de maio, Guilherme Antero Luís da Conceição. Zeca como era mais conhecido, figura incontornável do desporto de Oliveira de Azeméis, destacando-se na modalidade do Hóquei em Patins onde represento a UDO e também a seleção nacional, o Grupo Parlamentar do PSD e do PS propõem um voto de pesar pelo seu falecimento, bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória. Mais se requer que após a sua aprovação seja comunicada esta deliberação aos seus familiares mais próximos.”* =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar e o minuto de silêncio, pelo falecimento da Senhora Rosa Martins Pinho e do Senhor Guilherme Antero Luís da Conceição (Zeca), foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção:* =====

===== *Como o tempo já vai adiantado e eu estou a olhar para vocês e vocês estão com um aspeto muito cansado, o Presidente da Junta resolveu ou vai tentar resolver esse problema, portanto eu sugiro vinte minutos de descanso antes de entrarmos na ordem de trabalhos e vamos ali tentar recuperar forças.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, como é habitual neste ponto da ordem de trabalhos, a informação foi distribuída ela é exaustiva, descritiva e portanto se alguém tiver alguma questão a colocar eu agradeço que o façam e se pudermos ou soubermos responder assim o faremos.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.*=====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização dos eventos “Carnaval de Verão” e “Marchas descem à Cidade” – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sócio-cultural, desportiva e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º 1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional para a concretização dos eventos, ‘Carnaval de Verão’ e ‘Marchas descem à Cidade’. Se submete à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar da aprovação de um protocolo com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis para a organização de dois eventos, que são eventos importantes do ponto de vista da estratégia de afirmação cultural do Município: Um que é o “Carnaval de Verão” e o outro que é as “Marchas descem à Cidade”. Este das “Marchas descem à Cidade” é já no próximo dia 6 de julho, portanto será uma oportunidade também para todos nos podermos divertir um bocadinho e ver um conjunto significativo de associações a participar neste evento. E depois, temos também, o “Carnaval de Verão”. Portanto a nossa proposta e a aprovação é de um subsídio de quatro mil euros (4.000,00€) para as “Marchas” e de sete mil euros (7.000,00€) para o Carnaval de Verão”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Lourenço.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS.* =====

===== *Excelentíssima Mesa, caríssimos, considerem-se todos cumprimentados. Não queremos refutar a pertinência da atribuição destes subsídios, obviamente que são bem empregues e bem-haja também à organização que toma conta deles. Gostaria era aqui de alertar para um ponto e nós verificamos que de facto estes subsídios atempadamente estão a ser protocolados e atempadamente também está a ser garantido o seu pagamento. A única chamada de atenção que gostaria de fazer, como digo não quero refutar a pertinência de nada, é simplesmente o timing e a equidade em relação a outros protocolos. Aquilo que vemos ou que temos visto são outros protocolos distendidos no tempo para janeiro de 2014 e temos este atempadamente e muito bem. Aquilo que se pediria de futuro e julgo que o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, estará se calhar consciente disso, é que de facto todos estes eventos, todos estes protocolos que sejam feitos sejam protocolados em que a sua forma de pagamento e os timings de pagamentos sejam feitos como este, atempadamente. Era isso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização dos eventos “Carnaval de Verão” e “Marchas descem à Cidade”. Não participou na votação deste ponto Senhor António Luís da Fonseca e Grifo - Segundo Secretário por se considerar impedido.* =====

===== **Ponto três:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-salette” – Autorização/ Ratificação; ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que em 25 de março de 2013, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a FAMOA, para concretização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La Salette”. -Para concretização do seu objetivo há necessidade de proceder à alteração das cláusulas terceira e quinta, do referido protocolo; - Que o encargo resultante da Adenda ao protocolo n.º11/2013, se encontra assegurado com compromisso de fundo disponível n.º 2273/2013, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao referido Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a FAMOA; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar do Concurso de Instrumentos de Sopro, que todos os anos nos congratulamos pelo sucesso organizativo e também pela qualidade dos intervenientes desde júri a músicos, que já foi falado aqui bastante na Assembleia Municipal e como sabem, nós tínhamos feito uma aprovação de vinte e cinco mil euros (25.000,00€) que era a nossa participação para este evento com a FAMOA. Acontece que, este ano, para além de ter mais instrumentos e para além de haver mais premiados, tem a ver com a qualidade, e eu já me informei junto do Senhor Grifo, não tem a ver com a menor exigência do júri, antes pelo contrário, tem a ver é claramente com o aumento da qualidade dos músicos presentes e portanto chegamos à conclusão, feitas as contas, que faltavam seis mil setecentos e vinte e sete euros e quarenta e nove cêntimos (6.727.49€) que estão devidamente comprovados e certificados e há a necessidade de efetuar esta adenda ao protocolo acrescentando esses seis mil euros aos vinte e cinco que já tínhamos aprovado anteriormente. =

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-

Salette”. Não participou na votação deste ponto Senhor António Luís da Fonseca e Grifo - Segundo Secretário por se considerar impedido. =====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de colaboração financeira a celebrar com a Área Metropolitana do Porto no âmbito do Programa de Emergência Social - Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que Portugal atravessa uma crise económica e social marcada pelo desemprego e pela redução, por vezes súbita, dos rendimentos dos agregados familiares; - Que o Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana destina-se a disponibilizar um apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave, nomeadamente no âmbito da habitação, carência alimentar, cuidados de saúde e de apoio educação que residam num dos municípios que integram a AMP; - Que em concretização da atribuição das Áreas Metropolitanas de promover o planeamento e a gestão estratégica de desenvolvimento económico, social, e ambiental do território abrangido (Lei n.º 46/2008, de 27/08); foi deliberado aprovar a celebração entre a AMP e os Municípios que a integram de Protocolos de Colaboração Financeira, conforme minuta documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A Divisão Municipal de Ação Social fica responsável pelos procedimentos Internos de operacionalização do Regulamento do Programa Metropolitano de Emergência Social, tendo em conta as etapas, fases, e prazos legais fixados; - Que o Presidente da Câmara é coadjuvado pelos Vereadores no exercício da sua competência e no da própria Câmara, podendo incumbi-los de tarefas específicas (art.º 69º n.º 1 da Lei 169/99); - Que o município está ao serviço do cidadão, devendo orientar a sua ação de acordo com os princípios da qualidade, da comunicação eficaz e transparente e da simplicidade, tendo em vista privilegiar a opção pelos procedimentos mais, simples, cómodos, expeditos e económicos (art.º 2.º alínea d) do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, referente às medidas de modernização administrativa); Propõe-se: a) Ao abrigo da alínea b) e c) n.º 4 do artigo 64º, 67º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a adesão ao Programa e minuta do Protocolo de Colaboração Financeira a celebrar com a Área Metropolitana do Porto, e respetivo Regulamento de funcionamento, conforme se anexam; b) Que se confira poderes e delegue competências à Sr.ª Vereadora Dra. Gracinda Rosa Moreira Pinho Leal, para decidir sobre os pedidos, devendo ser submetidas a ratificação da Câmara Municipal a lista mensal dos apoios concedidos. – Que a mesma proposta de deliberação seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos (art.º 53º, n.º 1, q)).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito bem, Senhor Presidente. Este é um protocolo e vem aqui à Assembleia Municipal, que resulta de uma iniciativa da Junta Metropolitana do Porto que decidiu alocar ou disponibilizar dois milhões de euros (2.000.000,00€), a distribuir pelos Municípios da área Metropolitana do Porto, para fazer face a questões emergentes do ponto de vista social. Ou seja, não estamos a falar de um programa que reforce os apoios que já existem do ponto de vista social, estamos a falar de um programa que faça face e que resolva situações de emergência que possam surgir e estão devidamente tipificadas. Dizer-vos também, quando estamos a discutir critérios de distribuição, há sempre diversas opiniões, naturalmente, há distribuições mais simples, há outras mais complexas, há equações mais complexas, a matriz encontrada e aprovada por unanimidade na Direção da Junta, já não aconteceu a mesma unanimidade na Assembleia Metropolitana porque o PCP e o Bloco de Esquerda abstiveram-se, mas em sede de Direção da Junta foi aprovado por unanimidade. Isto foi preparado e trabalhado por todos os Vereadores da Ação Social e portanto há três critérios e é na conjugação desses três critérios que apontamos para a distribuição e é que se encontra o valor total a afetar a cada Município. O primeiro critério é o valor das quotas, portanto o valor das quotas que cada município paga, nós aqui também aprovamos em sede de Assembleia Municipal; O segundo critério é o número desempregados, a população e portanto a percentagem de desempregados por concelho, depois a harmonização do índice de desemprego para 100 e o valor dos desempregados; O terceiro critério aponta para o número de famílias que estão a receber o rendimento social de inserção. E portanto na conjugação destes fatores, distribuídos por todos os municípios, com dados do Instituto Nacional de Estatísticas, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e dos Centros Distritais de Segurança Social do Porto e de Aveiro, destes dois milhões de euros ao Município de Oliveira de Azeméis cabem setenta e sete mil e quinhentos e seis euros (77.506,00€). Portanto é um programa interessante que estamos neste momento já a desenvolver na Divisão da Ação Social e também em colaboração com todas as instituições particulares de solidariedade social, porque a implementação do mesmo tem que ser já, ou seja, não pode demorar, nem ficar à espera. Portanto, há aqui um critério que foi definido, não era o caso de Oliveira de Azeméis, mas há aqui um critério que foi definido que era o pagamento das quotas à Área Metropolitana do Porto, haviam alguns municípios que se tinham atrasado ainda não tinham pago nem metade, nem a totalidade e portanto esse princípio também está definido, quem tiver quotas em atraso não pode receber nada. Deste município e portanto, o dinheiro remanescente é reafectado pelos restantes que tenham as quotas em dia. Mas eu acredito que toda a gente vá pagar as quotas. Porque é um programa interessante e portanto ele tem que ser também aqui aprovado em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração financeira com a Área Metropolitana do Porto no âmbito do Programa de Emergência Social. =

===== **Ponto cinco:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro – Departamento de Geociências – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Município de Oliveira de Azeméis necessita de apoio para a realização de trabalhos na área das Geociências e no levantamento dos sítios arqueológicos e espaços envolventes, a Prospeção Geofísica a par da Geologia Urbana revelam-se ferramentas fundamentais face às necessidades atuais de intervenções não destrutivas; - Que os dados resultantes destes trabalhos de caracterização do solo permitem uma preparação melhor fundamentada de futuras intervenções arqueológicas, de escavação; - a Universidade de Aveiro: a) possuiu no seu Departamento de Geociências um corpo docente e de investigadores, vocacionado para a aplicação de métodos de prospeção geofísica aplicada a sítios arqueológicos e à análise dos resultados obtidos; b) atribui elevada importância à cooperação com a sociedade, estatutariamente assumida como uma das suas missões; - a referida cooperação deverá ter sempre por objeto a valorização dos docentes, investigadores e técnicos desta universidade; - a participação de docentes, investigadores e técnicos nas atividades de cooperação, por se integrar na função universitária, deverá ser compatível com o regime de dedicação exclusiva; Proponho que a Câmara Municipal delibere: - Aprovar a minuta de protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Universidade de Aveiro – Departamento de Geociências, o qual estabelece os termos da colaboração institucional com vista ao aconselhamento, apoio técnico e execução de trabalhos de caracterização geofísica, aplicada à arqueologia; - Remetê-lo à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Já falamos muitas vezes sobre estas matérias da prospeção geofísica nos espaços que temos no Município de Oliveira de Azeméis e felizmente que são vários, já tivemos até discussões no “Período do Público”, relativamente a esta matéria e portanto isto também é mais um passo do Município de Oliveira de Azeméis para trabalhar nesta área, com a atenção que temos vindo a dar evitando seguramente problemas, mas acima de tudo, proporcionarmos condições e termos ferramentas e instrumentos que permitam melhorar a nossa atenção, porque a sensibilidade já está naturalmente muito mais apurada para estas matérias. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Universidade de Aveiro – Departamento de Geociências, o qual estabelece os termos da colaboração institucional com vista ao aconselhamento, apoio técnico e execução de trabalhos de caracterização geofísica aplicada à arqueologia. =====

===== **Ponto seis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1, 2, 3 de Loureiro, para requalificação das casas de banho e espaço de recreio coberto da escola – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d) e f) do n.º1 do art.º 13º, art.19º e art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento e gestão de equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art.º 19.º do citado diploma; - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - O disposto na alínea l) do n.º 1 e f) nº 2 do art.º 64º e art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação de Pais da e Encarregados de Educação da EB1, 2 3 de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; com o compromisso de fundo disponível número 2142/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de uma comparticipação de cinco mil euros (5.000,00€), à Associação de Pais, para a requalificação do espaço. Como o Senhor Presidente da Assembleia acabou de dizer: a requalificação das casas de banho e o espaço de recreio das escolas. Isto é mais um trabalho desenvolvido pelas Associações de Pais, por acaso estamos em Macieira de Sarnes e não foi aqui em Macieira de Sarnes, julgo que foi

em Nogueira que fizemos uma referência ao trabalho que tinha sido feito pela Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes também tinha sido extraordinário na colocação do parque infantil o mais recente, mas num conjunto significativo de obras que têm vindo por todo o concelho e portanto uma vez mais enalteço o papel importante que as Associações de Pais têm no mundo escolar e na comunidade escolar. E portanto aqui é mais um contributo também do Município para esta requalificação, em Loureiro, na escola. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1, 2, 3 de Loureiro, para a requalificação das casas de banho e espaço de recreio coberto da escola. =====

*===== **Ponto sete:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Município de S. João da Madeira, de forma a assegurar a ligação à rede e tratamento das águas residuais geradas naquele município – Autorização; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação pelo Município de S. João da Madeira do Projeto denominado “Intercetor de Fundões”; - O pedido de ligação da rede de drenagem de águas residuais urbanas, a construir no perímetro territorial de S. João da Madeira, à rede de águas residuais domésticas existente na Rua Dom Egas Moniz “O Gascão”, freguesia de Cucujães; - Que a rede existente no local tem capacidade para receção dos caudais estimados provenientes da rede de São João da Madeira, estando ligada através do Emissário Nascente e Final, à ETAR do Salgueiro; - Que as Autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria, para melhor prossecução do interesse público, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de S. João da Madeira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que visa a colaboração institucional de forma a assegurar a ligação à rede e tratamento das águas residuais geradas naquele município; - Se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea q) nº 1 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem, o funcionamento das ETAR`s, nomeadamente a ETAR do Salgueiro e a ETAR de Ossela são sistemas intermunicipais e portanto havia necessidade de formalizar também aqui um pequeno troço de S. João da Madeira para poder fazer a descarga na ETAR do

Salgueiro. E portanto, havia necessidade de aprovar em sede de Câmara e Assembleia Municipal, para normalizar e regular esta situação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Município de S. João da Madeira, de forma a assegurar a ligação à rede e tratamento das águas residuais geradas naquele município. =====

===== **Ponto oito:** *Garantias bancárias – Ratificação e convalidação de todos os atos praticados;* =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A construção da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro; - Que para a construção da referida Área de Acolhimento Empresarial foi necessário recorrer a processo de expropriação de diversas parcelas de terrenos; - No âmbito do processo expropriativo é necessário apresentar garantias bancárias, nos moldes da minuta em anexo I, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que de acordo com o aprovado em Assembleia Municipal datada de 28/12/2012, constante nas Grandes Opções do Plano, Código da Classificação Económica - 030306, o compromisso plurianual está devidamente autorizado, para efeitos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA conforme o art.º 12º, do Decreto de Lei 129/2012 de 21 de junho; - O meu despacho de 01 de maio de 2013 de abertura de procedimento de consulta e proposta de garantia bancária, em anexo II, documento este que fica igualmente anexo ao livro de atas; - A resposta da CGD, com as condições para a emissão das garantias bancárias, em anexo III, documento que também fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que a presente contratualização de garantias bancárias e de acordo com a proposta da CGD, poderão gerar encargos financeiros previsíveis para o MOA de valor aproximado de 6.574,50€ em 2013 e de 2.191,50€ em 2014, face ao montante em apreço; - A assunção de compromissos está assegurada através do CFD n.º 2211/2013. Face ao exposto, propõe-se: 1. A Adjudicação de contratação das garantias bancárias à CGD, nos termos e moldes da proposta da CGD, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2. Aprovação da minuta de contrato em anexo IV, documento este que fica igualmente anexo ao livro de atas; 3. Que se ratifique e convalide todos os atos entretanto praticados; 4. Que se autorize a produção de efeitos e contratualização desde já, devendo a presente proposta ser submetida à próxima Assembleia Municipal a fim da respetiva ratificação e convalidação de todos os atos e autorizações praticadas e necessárias, bem como, quanto às autorizações da plurianualidade da despesa, e repartição de encargos com a presente contratação em mais do que um exercício económico.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Este ponto oito tem a ver com emissão de garantias bancárias no valor de quinhentos mil euros (500.000,00€) que tivemos necessidade de fazer e portanto estamos a ratificar e a convalidar, porque teve que ser feito um despacho por uma questão rapidez para esta situação, tendo em conta a Área de Acolhimento Empresarial e a questão que tem a ver com os terrenos. E portanto, a necessidade de prestar garantia bancária dos terrenos. Foi feito um ajuste direto à Caixa Geral de Depósitos, que o nosso banco preferencial com que trabalhamos. Posso vos dizer que no processo seguinte, na questão de preparar mais um milhão de euros (1.000.000,00€) de garantias bancárias para termos em carteira, já fizemos uma consulta ao mercado, portanto já não foi diretamente à Caixa Geral de Depósitos. E portanto eu julgo que até vai à próxima reunião de Câmara, se a memória não me atraiçoa, a atribuição, pelo menos para ultrapassar essa situação da questão de um milhão de euros. Mas esta, portanto estamos a falar de quinhentos mil euros e temos garantias bancárias, para fazer face à Área de Acolhimento Empresarial e à necessidade que temos de cumprir com as exigências do tribunal neste processo de posse dos terrenos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar a proposta apresentada, bem como convalidar todos os atos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto nove:** *Parecer Prévio – Prestação de Serviços de Transportes Escolares em Carreiras Públicas para o ano letivo 2013-2014 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 1208, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas, para o ano letivo 2013/2014; - Que, nos termos da alínea c) e d), do n.º 1, do artigo 13º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na educação; - Que, nos termos da alínea a), do n.º 3, do artigo 19º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, compete aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública, assegurar os transportes escolares; - Que, nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de*

11 de janeiro, bem como Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações, compete à câmara municipal no âmbito de organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, organizar e gerir os transportes escolares; - Que, nos termos do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo; - Que o I.M.T.T. – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres fornece a relação das empresas concessionárias de serviço de transporte público que operam na área do município; - Que o plano de transporte escolar já se encontra organizado e devidamente aprovado, através da Proposta de Deliberação n.º I/36757/2013; - Que, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, os cartões para os passes escolares serão requisitados anualmente pela câmara municipal às empresas transportadoras; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€/S/IVA) e ainda no que respeita à duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços ocorre durante o ano letivo 2013/2014), pelo que necessita da respetiva autorização/ parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e ao objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor global estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 578.773,59€ (quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de 231.509,44€ (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e nove euros e quarenta e quatro cêntimos) e para o ano 2014 (janeiro a junho) prevê-se uma verba de 347.264,15€ (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro euros e quinze cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2013 encontra-se cabimentado na rubrica 02021001, pela Proposta de Cabimento n.º 794 (I/44003/2013) e Registos de Enquadramento Financeiro n.º 1252, 1253 e 1254; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CPP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea e), do número 1, do artigo 24.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e

exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual; - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e GOP 2013 (I/106357/2012), encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2013, na rubrica 020210 – Transportes, cujo valor máximo para 2013 é de 824.360,00€, para 2014 é de 825.000,00€; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de “serviços de transportes escolares em carreiras públicas para o ano letivo 2013-2014”, por ajuste direto com convite à(s) entidade(s) que detenham a concessão, e respetivo documento comprovativo dessa atribuição, para os percursos respetivos (Caima Transportes, S.A.; Charline Transportes – Soc. Unipessoal, Lda. e Auto Viação de Souto, Lda.). Propõe-se ainda que o órgão executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar da necessidade de aprovar este parecer prévio, tendo em conta tudo estar preparado e pronto para o início do próximo ano escolar e portanto há que abrir este procedimento, tem a ver com os transportes escolares e como há a divisão de encargos em mais do que um ano carece de aprovação em sede de Assembleia Municipal e é isso que estamos a submeter à Assembleia. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados. =====

===== **Ponto dez:** *Inaplicabilidade de taxas por força do Licenciamento Zero – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
1) Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações (art.º 64.º n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 2) Compete à Assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) O DL n.º 48/2011, de 1 de abril, diploma legal que regula o denominado “Licenciamento Zero”, comporta no seu clausulado uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das autarquias locais; 4) O diploma pretende reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para atividades específicas; 5) Tal regime procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da administração pública com os particulares; 6) O referido diploma legal altera o regime de licenciamento dos horários de funcionamento, publicidade e ocupação do domínio público, deixando de ser necessário, qualquer autorização, validação ou ato permissivo do município; 7) As dúvidas e omissões dos diversos regulamentos devem ser resolvidas por deliberação do órgão – Câmara Municipal; 8) Nestes termos torna-se necessário adequar a Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais, atualmente em vigor, nomeadamente através da inaplicabilidade de várias taxas; Propõe-se a inaplicabilidade, por força da entrada em vigor do licenciamento zero (DL n.º 48/2011, de 1 de abril), as taxas seguintes:

Designação	Valor 2013
Capítulo VI	
Secção VIII - Venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda	
Taxa anual pelo licenciamento	NA
Secção IX - Realização de leilões em lugares públicos	
Sem fins lucrativos	NA
Com fins lucrativos, por dia	NA
Capítulo VIII	
Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços	

<i>Emissão/Renovação/Alteração de mapa de horário</i>	NA
<i>Alargamento – de horário:</i>	
<i>Segunda via do mapa de horário</i>	NA

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, com efeitos retroagidos à data da deliberação da reunião de Câmara de 04/06/2013.* =====

===== **Ponto onze:** *PI/7372/2011 – MULTIMOTO – Veículos e Acessórios, Lda. – Isenção do cumprimento dos lugares de estacionamento exigíveis;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Á Reunião de Câmara e Assembleia Municipal para aprovação do pedido de isenção do cumprimento dos lugares de estacionamento exigíveis.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de uma empresa que solicita e pede a isenção do cumprimento da questão dos lugares de estacionamento exigíveis. Estamos a falar da Multimoto. Estamos a falar de um edifício, para que todos percebam, ali na zona dos novos estaleiros da Câmara Municipal, junto à Peugeot, atrás do Lidl, para que ninguém se perca estamos a falar do ex-Velomercado. E portanto a legislação que está em vigor para um espaço de natureza comercial, exigia um conjunto significativo de lugares de estacionamento, por exemplo: um supermercado, uma área comercial precisa de ter aquele estacionamento para as pessoas estacionarem e poderem ir às compras e aqui as exigências também eram muito grandes do ponto de vista da criação de lugares de estacionamento. Nós estamos a falar de uma empresa que importa, vende, comercializa, veículos de duas rodas, ou seja, motos, motorizadas, motos-quatro. E portanto o que acontece é que o regulamento, também dizia: que caso não construísse estacionamento, teria que pagar à Câmara Municipal um valor relativamente a esse estacionamento. A isenção que é solicitada, é para isentarmos a empresa do pagamento do cumprimento desse pagamento, tendo em conta os argumentos: são obviamente do ponto de vista da criação da empresa; dos postos de trabalho; do contributo que a empresa já dá também ao Município de Oliveira de Azeméis e nós decidimos, em sede de Executivo, por proposta do Senhor Vice-presidente Dr.º Ricardo Tavares, que até atendendo à zona que tem facilidade de estacionamento, conceder esta isenção. Esta isenção está devidamente justificada do ponto de vista técnico e necessita de aprovação em sede de Assembleia Municipal e é isso que nós*

fazemos aqui nesta Assembleia Municipal propor essa mesma isenção aos Senhores da Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto doze:** Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos – Isenção de pagamento de taxas, tarifas e outras receitas municipais; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos é uma instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública; - O pedido de isenção de pagamento de taxas e tarifas apresentado pela entidade (E/12974/2013); - O regulamento e tabela de taxas, licenças e outras receitas do Município de Oliveira de Azeméis que no seu art.º 6º prevê isenções de taxas e outras receitas municipais previstas no citado 107 21 05 2013 regulamento às pessoas coletivas de utilidade pública; - O art.º 12º nº 2 da Lei das Finanças Locais-LFL que estabelece o regime de exceção, dando a possibilidade das Autarquias Locais concederem isenções totais ou parciais relativamente a outros tributos próprios, no caso em apreço taxas e tarifas de ramais de água, mediante deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (art.º 64º nº 4 alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações), propõe-se: - A aprovação da isenção do valor total das taxas e tarifas devidas ao Município, respeitante à ligação de ramal de águas, nomeadamente: · Taxa de ensaio de canalizações interiores; · Taxa de participação em condutas; · Taxa de reposição de pavimento; · Taxa de ligação de água; · Taxa de qualquer declaração; · Tarifa de ramal de água. - Que se remeta a presente proposta para aprovação na próxima Assembleia Municipal, dando cumprimento ao estabelecido no art.º 12º nº 2 da LFL.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de um formalismo que precisa de ser naturalmente efetuado. Como sabem, nós temos este princípio definido que as instituições particulares de solidariedade social estão isentas do pagamento destas taxas, foi isso que fez a instituição, neste caso concreto o Centro Social Dr.ª Leonilda Aurora Silva Matos,

nós já aprovamos esta isenção em Reunião de Câmara e temos que o fazer agora também em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a isenção do valor total das taxas e tarifas devidas ao Município pelo Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, respeitante à ligação de ramal de águas, nomeadamente: Taxa de ensaio de canalizações interiores; Taxa de participação em condutas; Taxa de reposição de pavimento; Taxa de ligação de água; Taxa de qualquer declaração; Tarifa de ramal de água. =====

*===== **Ponto treze:** Retificação do art.º 39º do Regulamento de Ocupação do Espaço de Domínio Público do Município de Oliveira de Azeméis; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art.º 53.º n.º 2 alínea a) e art.º 64.º n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações); 2) As deliberações dos órgãos autárquicos bem como as decisões dos respetivos titulares, destinados a ter eficácia externa, devem ser publicados em edital afixados nos lugares de estilo (art.º 91.º n.º 1 ab inicio da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações); 3) Quando a lei impuser a publicação do ato mas não regular os respetivos termos, deve a mesma ser feita no diário da república, ou na publicação oficial adequada a nível regional ou local, no prazo de 30 dias, e conter todos os elementos referidos no n.º 2 do art.º 123.º do CPA (art.131.º do CPA); 4) Os erros de calculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativos, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato; 5) A retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, tem efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado (art. 148.º do CPA); 6) O art.º 39.º do Regulamento de Ocupação do Espaço do Domínio Público do Município de Oliveira de Azeméis estabelece que o regulamento entra em vigor 15 dias após a publicação em Diário da República; 7) Dos considerandos anteriores resulta, que é suficiente a publicação do referido regulamento em boletim municipal, tendo havido portanto, um manifesto erro material na expressão da vontade, propõe-se a retificação do art.º 39.º do Regulamento de Ocupação do Espaço do Domínio Público do Município de Oliveira de Azeméis, e onde se lê “Diário da Republica” deve ler-se “Boletim Municipal”, nos termos e para os efeitos do art.º 148.º do CPA.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vice-presidente o uso da palavra, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, um cumprimento especial ao nosso anfitrião, Senhor Presidente de Junta de Macieira de Sarnes e aos demais Membros da Junta aqui presentes pelo acolhimento e pelas boas-vindas. Relativamente aqui ao ponto treze, esta retificação do Regulamento de Ocupação do Espaço de Domínio Público prendeu-se com a necessidade de entrar mais rapidamente em vigor este regulamento, devido à entrada em vigor do Regulamento de Licenciamento zero. Quando veio aqui à última Assembleia Municipal, a aprovação do Regulamento, constava do artigo 39º a publicação do mesmo no Diário da República. Ou seja, só com a publicação do Regulamento no Diário da República é que o mesmo passaria a entrar em vigor. Devido ao atraso na publicação e uma vez que o regime do licenciamento zero entrava em vigor em inícios de junho e como não é necessária a publicação no Diário da República, optou-se pela publicação do mesmo no Boletim Municipal, confere o mesmo direito e a mesma eficácia em termos de entrada em vigor. E por isso, vimos aqui retificar ou pedir a retificação deste artigo, para que passe a constar do artigo 39º que o mesmo entrará em vigor com a publicação no Boletim Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de postura de trânsito na freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alíneas a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar e disciplinar a circulação de trânsito de forma mais correta*

estabelecendo regras relativas ao ordenamento de trânsito. Que a presente proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, na segunda reunião da Comissão Municipal de Trânsito, realizada aos dezassete dias do mês de maio de 2013. Propõe-se: A aprovação da Postura de Trânsito de São Martinho da Gândara apresentada, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vice-presidente o uso da palavra, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Este tipo de postura de trânsito que nós vamos aqui aprovar é no fundo um novo tipo de postura de trânsito com vista a evitar que venha sucessivamente às Assembleias Municipais e às Reuniões de Câmara as alterações por vezes de sinalização que são decididas instaurara de novo em determinadas ruas e isto até por recomendação da Autoridade da Segurança Rodoviária, basicamente este tipo de posturas que esta no fundo é a primeira postura desse género de posturas que nós queremos implementar em todo o concelho, define sentidos de trânsito e define prioridades de vias, depois a sinalização em concreta para as vias, desde que respeite os sentidos de trânsito e esta prioridade, não carece de sucessivamente vir à aprovação. Portanto, o que nós queremos aqui definir com o consenso e neste caso aqui da postura de S. Martinho da Gândara, a elaboração desta postura foi feita em cooperação com uma comissão de trânsito local, da própria freguesia e também já foi objeto de apreciação da comissão municipal de trânsito que tomou posse este ano e que na 2ª reunião já teve oportunidade de apreciar este tipo de postura e portanto foi aprovado por unanimidade no seio da Comissão Municipal de Trânsito, foi feito em cooperação com a Junta de Freguesia e portanto penso que está em condições de obter o consenso da Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Alberto Fernandes Coelho e Alto da Fábrica – Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/ S. Tiago de Riba-Ul – Aprovação;*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “- Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços,*

redes de circulação (...)" (art. 64.º, n.º 2, alíneas a)); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito e o estacionamento de forma mais correta para garantir que as viaturas pesadas possam aceder às empresas localizadas na Rua Alberto Fernandes Coelho e Alto da Fábrica, da zona industrial de Oliveira de Azeméis – Santiago de Riba-Ul. Nesse sentido e tendo em conta as plantas, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Propõe-se: - Que a rua do Alto da Fábrica até ao entroncamento com a rua Alberto Fernandes Coelho, passe a ter só um sentido de circulação norte-sul, com forme o indicado na planta; - A implantação de uma linha amarela continua nos locais indicados na planta. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua implementação." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta sinalização em concreto é para uma rua que fica atrás da rua principal da zona industrial de Oliveira de Azeméis onde existem várias fábricas, vários pavilhões, que têm entradas para os respetivos pavilhões por esta rua. E há vários empresários que têm manifestado algumas críticas devido à impossibilidade ou aos constrangimentos do estacionamento e principalmente devido ao facto de nestas vias estreitas existirem dois sentidos de trânsito. Realmente trata-se de vias estreitas, onde há muito estacionamento de viaturas ao longo das vias e impossibilita a circulação e fluidez de viaturas pesadas nesta via. E portanto decidimos propor que, num troço dessa via passe a existir só sentido de trânsito e num outro troço duma via, passe a ser impedido o estacionamento de um lado da via para que as viaturas pesadas possam facilmente circular e fazer as respetivas manobras para aceder aos pavilhões industriais. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Proposta de postura de trânsito na Travessa Comendador Seabra da Silva, Rua Professor António Costeira, Rua Tomás Costa e Rua Artur Sousa Pinto Basto – Aprovação; =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alíneas a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de forma mais correta definindo as prioridades de circulação; - Que a comissão municipal de trânsito aprovou na terceira reunião, a colocação de um sinal de STOP, no entroncamento da Travessa Comendador Seabra da Silva com a Rua Professor António Costeira e um sinal de STOP no entroncamento da Rua Tomás Costa com a Rua Artur Costa Sousa Pinto Basto, propõe-se: Dois – sinais verticais B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamento). Estima-se um custo para a implementação da sinalização acima descrita de 120,00€. A sinalização deverá ser implantada nos locais indicados nas plantas, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a implementação.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Isto basicamente são colocações de sinais STOP, em duas vias. Uma que fica atrás do Arquivo e que vem desembocar à Rua do Calvário, no fundo, nessa via para se definir e para se ordenar a circulação viária vai-se colocar um sinal de STOP no final dessa via, que fica junto a um acesso para uma padaria que existe ali, é num local próximo do Hospital, mesmo do outro lado, por de trás do Arquivo e aí a colocação de um sinal de STOP. E o outro sinal de STOP, é junto ao Bairro de Lações, no cruzamento, quem vem da rotunda para o Bairro de Lações e desce, e vem apanhar a estrada do Lar Pinto de Carvalho, nessa descida também é necessário colocar um sinal de STOP. Basicamente são esses dois sinais com vista ao ordenamento da circulação viária. =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** *Correção material da planta de condicionantes do PDM 2013 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A informação técnica I/49095/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, oriunda da Divisão Municipal de Planeamento e Projetos, alerta para a constatação de um lapso efetuado por esses serviços à data da formalização das peças finais do PDM13, designadamente na Planta de Condicionantes, propondo a sua correção imediata mediante recurso legal previsto do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT. Considerando o conteúdo dessa informação, e atendendo ao facto de a correção necessária já deter o parecer favorável da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, desde 17 de Maio de 2012, propõe-se a aceitação da correção e o envio da Planta corrigida para aprovação em Assembleia Municipal, para cumprimento das disposições do artigo 97º-A do RJIGT.”* ===

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é a retificação de uma pequena mancha do PDM de uma parcela de terreno em S. Martinho da Gândara que, no âmbito da discussão pública, a RAN (Reserva Agrícola Nacional) autorizou fosse desclassificada como reserva agrícola nacional. Foi alterada nas plantas do PDM. Na carta de ordenamento essa correção foi feita mas, por lapso, não foi na carta de condicionantes. E portanto cria dificuldades no licenciamento em concreto e visa-se corrigir esse erro material.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “Ninguém se opõe a que seja discutido agora o ponto dezanove e depois o ponto?”* =====

===== *Tendo sido aceite por unanimidade a discussão do ponto dezanove ante do ponto dezoito, o Senhor Presidente da Assembleia informou que iria passar de imediato ao ponto dezanove.* =====

===== **Ponto dezanove:** *Relatório da Inspeção Tributária – Conhecimento e Apreciação.*

===== *Pela Câmara Municipal foi presente o relatório referido em epígrafe, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente a questão do ponto dezanove é dar conhecimento e apreciar um relatório da Inspeção Tributária, de uma inspeção que foi feita à Câmara Municipal e portanto, na sequência também de um pedido da Câmara Municipal, ou numa coincidência de um pedido da Câmara Municipal, relativamente a uma questão do IVA. E portanto a Câmara Municipal tem de dar conhecimento e apreciar, mas não necessitamos sequer de fazer qualquer tipo de votação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o Relatório da Inspeção Tributária.*

===== **Ponto dezoito:** *Contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais de Oliveira de Azeméis – Minuta;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - a aprovação em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2012 da minuta do contrato de concessão, a qual foi remetida à Entidade Reguladora de serviços de águas e resíduos (ERSAR), a 16 de janeiro de 2013; - Que foi recebido parecer da ERSAR em 14 de maio de 2013 (conforme anexo 1 desta proposta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que o referido parecer, apesar de obrigatório, não é vinculativo; - Que o mesmo apresenta algumas recomendações e sugestões de alteração à minuta do contrato; - Que a Câmara Municipal deu cumprimento a 83% das recomendações constantes do parecer da ERSAR, conforme fundamentação constante do ofício enviado a esta entidade, que constitui o anexo 2 da presente proposta, documento este que fica igualmente anexo ao livro de atas; - Que a Câmara Municipal pretende assegurar o cumprimento das metas do PEAASAR II, quanto ao abastecimento de água e drenagem e tratamento das águas residuais no Município de Oliveira de Azeméis durante os primeiros seis anos de vigência do contrato de concessão; - Que o cumprimento dessas metas, conforme resulta do caderno de encargos e da minuta do contrato de concessão, passará para além do financiamento direto, resultante da concessão, do financiamento derivado da atribuição de fundos comunitários do novo quadro comunitário, conforme resulta dos n.ºs 3 a 5 da cláusula 62.ª da minuta do contrato de concessão e Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio; - Que a Câmara Municipal, se recusa a alterar o caderno de encargos ou as cláusulas do contrato de concessão para impor, por via do financiamento direto da concessionária, o cumprimento dessas metas porque isso iria implicar um acréscimo muito significativo do valor da tarifa da água e saneamento o que se considera*

incomportável para as famílias Oliveirenses nos dias de hoje; - a Câmara Municipal não possui recursos financeiros próprios suficientes para assegurar em breve prazo o abastecimento de água e a drenagem e tratamento de águas residuais em todo o concelho nas percentagens que nos são impostas pelo PEAASAR II; - na nossa ótica não existe outra forma de assegurar os objetivos de abastecimento de água e a drenagem e tratamento de águas residuais, como via de promoção da qualidade de vida, qualidade ambiental e da preservação dos recursos hídricos, sem recurso à Concessão deste Serviço Público. Face ao exposto, e tendo em conta o teor do parecer da ERSAR, foram efetuados os ajustamentos considerados justificáveis à minuta do contrato (conforme lista de ajustamentos e respetivos fundamentos que constitui o anexo 3 da presente proposta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Propõe-se: - A aprovação final da minuta do Contrato do Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, de acordo com o estabelecido no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e posteriores alterações) e art.º 40 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (e alteração); prosseguindo os ulteriores termos processuais notificando-se o adjudicatário nos termos dos art.ºs 100.º e seguintes do Código de Contratos Públicos; - Submeta-se à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. E portanto, cá estamos a discutir uma vez mais esta matéria e a cumprir mais uma etapa naquela que é uma longa, ou aquilo que é uma maratona quando se decidiu optara pelo caminho da concessão. Só para se perceber e para contextualizar, foi no dia 21 de dezembro de 2010, em reunião do Executivo Municipal, que foi aprovado o programa de concurso e o caderno de encargos, ou seja, 2010, foi nessa reunião da Câmara Municipal que, depois naturalmente de uma equipa que esteve durante vários meses a preparar o programa de concurso e o caderno de encargos, em dezembro de 2010, foi aprovado portanto o programa de concurso. Convém também referir que nós partimos para esta concessão, neste caso concreto para a concessão de atribuição de exploração à Indaqua, com 70% de água e 42% de saneamento básico. E portanto, deixem-me dizer-vos que a discussão à volta deste tema, deve ser uma discussão serena, uma discussão tranquila e, em minha opinião e agradeço que a respeitem, não devia estar a ser usada certa terminologia e uma linguagem que não dignifica os intervenientes. Convém também, já agora, referir que este caminho da concessão, é um caminho que está a ser trilhado, percorrido em alguns municípios deste país e eu não tenho a menor das dúvidas que o futuro deste setor das águas e do saneamento básico

passa pelas concessões, não tenho a mínima dúvida que assim vai ser, tendo até em cima da mesa neste momento a própria privatização das Águas de Portugal e portanto este é o caminho por muito que se queira barafustar relativamente a esta matéria, mas este é mesmo o caminho. E este é o rumo que está definido por quem efetivamente quer colocar Oliveira de Azeméis na rota das metas do PEAASAR e quer também, naturalmente, conforme foi sempre dito ao longo deste processo, recuperar o tempo perdido. Reconheço, deixem-me dizer-vos, reconheço que este não é um caminho fácil, não é caminho fácil e foram talvez as dificuldades e as pedras na engrenagem que levaram a que, hoje, à data de hoje, nós ainda estivéssemos a discutir esta matéria. Porque se a opção pela concessão tivesse sido tomada quando outros municípios a tomaram, como por exemplo, aqui vem próximo de nós, Santa Maria da Feira o fez, seguramente que nós já estávamos com outras metas diferentes daquelas que eu anunciei no início desta conversa convosco de 70% de água e 42% de saneamento. Aqui chegados, o que é que importa fazer? Importa, fazer, fazer a rede, importa construir, realizar. E aquilo que nós dispensamos é a desinformação. Achamos que não é importante teorizar sobre esta matéria e importa também parar um bocadinho com a demagogia que não nos leva rigorosamente a lado nenhum. Aliás, deixem-me que vos diga, que não deixa de ser curioso a caracterização pelo Partido Socialista desta concessão de uma PPP, não deixa de ser curiosos. Ou seja, a família que é a principal responsável pelas desastrosas PPP que o país tem e que hoje estamos todos a pagar, seja ela a falar sobre essa matéria e a querer, naturalmente, confundir os oliveirenses e deliberadamente atacar as pessoas procurando confundir, repito, confundir, de forma clara e inequívoca, uma concessão, uma concessão com uma inexistente PPP. E portanto, nós não podemos distorcer os dados, nem alterar os factos. Ou seja, nós não podemos falar alto e grosso sobre esta matéria e falar muito na quebra de receita e na receita que o Município vai deixar de ter, sem ao mesmo tempo nunca falarmos de que o Município também deixa de pagar, como é exemplo as Águas de Douro e Paiva. Para que se perceba bem os dados, porque como é evidente há muito ruído lateral à volta disto, para que se perceba o que é que estamos a falar e é bom termos a noção clara do que é que estamos a falar: no ano de 2011, o Município teve de receita, no setor da água, dois milhões trezentos e trinta e cinco mil euros (2.335.000,00€) de receita. E portanto aquilo que eu tenho ouvido falar ao longo dos últimos dias com bastante insistência é: como é que o Município vai querer perder esta receita? E ninguém fala da despesa. Ou seja, o Município vai perder esta receita, mas também vai deixar de ter despesa e nos mesmos 2011, a Câmara Municipal pagou às Águas Douro e Paiva um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00€) que vai deixar de fazer também, naturalmente vai deixar de receber mas também vai deixar de pagar. E portanto se a este um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00€) nós somarmos os custos de amortização, e em 2011 estes custos foram setecentos e doze mil euros (712.000,00€), nós estamos a falar de entre a receita e a despesa, estamos a falar de dois milhões trezentos e trinta e cinco mil euros (2.335.000,00€) de receita, para dois milhões trezentos e doze mil euros (2.312.000,00€) de despesa. Aliás, deixem-me dizer-vos, recebi hoje, está aqui, esta é uma fatura das Águas Douro e Paiva á Câmara

Municipal de Oliveira de Azeméis, relativamente ao fornecimento de água do último mês, está aqui para pagar, ou seja, o Município vai ter que pagar e o total a pagar é 92.107.84€, ou seja, isto é água, as Águas Douro e Paiva forneceram à Câmara Municipal e a Câmara Municipal vai ter que pagar, está aqui a fatura, é deste mês e todos meses vem uma fatura deste género, às vezes é mais outras vezes é menos, isto tem a ver com os consumos naturalmente. Mas isto só para que se perceba, que é muito fácil falar permanentemente da receita que a Câmara Municipal vai deixar de arrecadar e nunca por razões que eu ainda não compreendi, não se fala da despesa que vamos deixar de ter. E em nenhuma circunstância também se fala, mesmo naqueles artigos de opinião que se fazem nestas alturas, ninguém fala numa renda que o concessionário Indaqua ficou de dar à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que são sete milhões e meio de euros (7.500.000,00€), portanto para também de acordo com o Caderno de Encargos e o Programa do Concurso. E portanto, a decisão do nosso Município de concessionar estes serviços, naquilo que diz respeito á distribuição de Água e Saneamento, foi tomada e na altura, como disse já do tempo de vista temporal, para que não subsistam dúvidas, foi tomada com base em dois pressupostos essenciais, ou seja: se por um lado se pretendia o cumprimento das metas mínimas definidas pelo PEAASAR, pelo PEAASAR 2007/2013, com vista a dotar o nosso Município das necessárias infraestruturas, naquilo que diz respeito ao abastecimento de água e de saneamento e águas residuais e, também, solucionar os graves problemas ambientais associados à inexistência de infraestruturas de tratamento de parte muito significativa das águas residuais coletadas e também, por outro lado e não menos importante, limitar as tarifas dos serviços de modo a serem socialmente comportáveis por todos os municípios. Portanto, aqui chegados, na fase de análise das propostas dos concorrentes á concessão, foi constatada a impossibilidade do cumprimento simultâneo destes dois pressupostos que acabei de enunciar. E portanto, perante essa situação e após uma profunda análise, não restaram quaisquer dúvidas que a única decisão que defende os interesses dos oliveirenses é proceder á adjudicação da concessão, única forma de serem assegurados a curto prazo importantes obras de investimento que irão garantir por um lado a despoluição das linhas de água do concelho e aumentar gradualmente as taxas de cobertura dos serviços tendo naturalmente como objetivo último o cumprimento das metas definidas pelo PEAASAR como disse no início da discussão deste ponto. E também, fizemo-lo tendo como primeira preocupação a limitação do aumento das tarifas, tornando-as, repito, socialmente comportáveis para os municípios. E portanto, eu, hoje, leio no calor da discussão, leio que a empresa Indaqua terá um lucro de 21.6 milhões de euros em 30 anos. E face a esta afirmação, assim desta forma e nunca em nenhuma circunstância se entra em conta com o valor do dinheiro no tempo, nem com o custo do dinheiro, nem com o risco que está associado nesta matéria a um prazo tão longo, estamos a falar de 30 anos. Já agora deixem-me dizer-vos que, qualquer gestor competente percebe, á data da apresentação das propostas para a concessão, por exemplo as taxas de obrigações do tesouro a 10 anos e é aquilo que normalmente é a referência para o custo do dinheiro, o lucro que se fala que era 21.6, o lucro seria e teria o valor real de 1.5, em 30 anos.

Mas nós não estamos aqui para discutir essas contas. Importa também, porque eu julgo que temos deixado andar um conjunto significativo de desinformação. Senhores Deputados, os Senhores se não ouvirem bem, depois vão falar, eu sei que os Senhores trazem as intervenções já feitas, eu estou a tentar dar uma explicação e gostava que ouvissem, eu sei que já está tudo definido e a gente nem precisava de discutir, os senhores já sabem que vão votar contra e isto era passar à votação. É assim, é que eu estou a falar, é que perturba, não sei se os Senhores sabem? Quando os Senhores também estão no uso da palavra, também não gostam de serem interrompidos. É que quebra o raciocínio. Isto é mais fácil escrever no jornal, porque não há contraditório, a malta escreve o que lhe apetece. Importa também contrariar o que é dito relativamente a não haver qualquer aumento de taxa de cobertura dos serviços com o investimento que é previsto pela futura concessionária. Onde nos primeiros anos a taxa de cobertura no saneamento vai ter um aumento de 100%. Quando se diz: Isto não se vai fazer nada. Eu quero dizer que, vai-se fazer e vai ter um aumento significativo. Importa também esclarecer e não confundir o que tem vindo a ser dito: que haverá aumentos brutais das tarifas. E deixem-me dizer que isso não corresponde minimamente à verdade. Os aumentos previstos são perfeitamente comportáveis e estão numa relação direta com o investimento previsto e posso garantir que, apesar desses aumentos, a fatura da água e do saneamento que os municípios vão pagar será inferior á generalidade da tarifa praticada pelos municípios vizinhos. Tanta gente que fala nos municípios vizinhos, também aqui importa fazer a diferença, relativamente aquilo que é o custo da água e do saneamento. Deixem-me dizer-vos também, que, agora, nesta fase, depois de conhecido o parecer do ERSAR. Este parecer do ERSAR e é bom referir e percebermos do que é que estamos a falar, é um parecer que é obrigatório mas não é vinculativo. Eu muitas vezes quando estamos aqui a analisar documentos sou confrontado com: basta uma imprecisão de um cêntimo de uma vírgula, de uma percentagem para imediatamente ser posta em causa o relatório, os critérios, é tudo porque falha isto. Hoje, o relatório do ERSAR é quase uma bíblia. E deixem-me dizer-vos que o relatório do ERSAR parte de um pressuposto completamente errado. E é bom que se perceba do que é que estamos a falar, ou seja, importa esclarecer e não confundir: que o valor de 18.9 milhões de euros, que é mencionado no estudo de viabilidade económico-financeira da concessão, datado de 3 de janeiro de 2011, corresponde à, capacidade máxima, capacidade máxima do município para investimento com capitais próprios em todas as áreas de competência do município, entre 2011 data do estudo e 2016. E o ERSAR diz no seu parecer e confunde que estas 18.9 milhões de euros disponíveis para investir pelo município de Oliveira de Azeméis parte do pressuposto que eram todos para investir em água e saneamento e portanto isto está no relatório do ERSAR e portanto está errado no relatório do ERSAR e a Câmara Municipal teve oportunidade de responder ao ERSAR a dizer: Os senhores têm um erro, brutal, de análise, relativamente às contas que fazem. E portanto, Oliveira de Azeméis não nenhum oásis, nem é uma ilha, onde acontece ou não acontece. O Município de Oliveira de Azeméis à semelhança de outros municípios do país, não dispõe de liquidez suficiente e acho que isso não é surpresa para ninguém, de liquidez suficiente para

executar investimentos significativos na área dos serviços da água e do saneamento. E portanto, para chegar a esta conclusão, que não temos orçamento e não temos capacidade de investimento, não é preciso ser um gestor competente porque uma pessoa normal rapidamente percebe que o parecer do ERSAR enferma de um tremendo erro e para quem gosta de extravasar, como o ERSAR gosta, as suas competências e, permitam-me também dizer-vos, sem qualquer receio, que o ERSAR enquanto entidade reguladora gosta muito também de fazer política, nomeadamente no setor da água e dos resíduos. E portanto, eu acho que aqui também não cumpriram com aquela que é a sua missão. Finalmente queria e quero aqui inequivocamente assumir que continuamos apostados em reunir as verbas necessárias à execução da totalidade do investimento que é necessário e que sabem que está quantificado já em 60 milhões de euros pelo cumprimento das metas mínimas previstas no PEAASAR II. E deixem-me dizer-vos também que estamos certos que a curto prazo iremos obter junto das entidades competentes a aprovação deste financiamento comunitário que é imprescindível, na nossa opinião, à concretização deste objetivo. E este caminho que escolhemos, portanto esta aprovação do financiamento comunitário, tem o propósito superior de garantir a todos os municípios de Oliveira de Azeméis o acesso a serviços públicos que são essenciais mediante o pagamento de tarifas também que sejam socialmente justas e aceitáveis. E portanto, convém também desde já esclarecer, convém desde já esclarecer a este propósito, que o quadro de referência estratégia, ou aquilo que se chamar, pode não ser QREN, mas a estratégia de financiamento para 2014/2020 está também o cumprimento das metas do PEAASAR e portanto podem naturalmente os oliveirenses estarem certos que nos próximos anos a cobertura integral de água e saneamento será uma realidade. Permitam-me também dizer-vos que, a este propósito, porque uma coisa é estarmos a falar e já por diversas vezes sobre esta matéria foi dito: mas qual é a garantia que o Quadro, que os fundos comunitários na estratégia 2014/2020, qual é a garantia que têm que haverá financiamento comunitário? A garantia que temos é que somos um país de bem e temos uma resolução de Conselho de Ministros que foi tomada em 20 de maio, que é a resolução de Conselho de Ministros 33/2013, que é relativamente à estratégia de financiamento para o país comunitário 2014/2020, onde garante de forma clara e inequívoca e irrefutável a utilização de fundos comunitários para o cumprimento das metas do PEAASAR. E portanto, esta também é uma nota que queria de alguma forma tranquilizar as pessoas mais preocupadas com esta matéria. E também dizer-vos que importa contextualizar e falarmos de factos concretos: Desde dezembro de 2010, quando a Câmara Municipal decidiu aprovar o programa de concurso, até ao dia de hoje, até esta Assembleia Municipal onde nós estamos, já passaram 30 meses. E as pessoas e os oliveirenses menos informados, menos atentos, podem perguntar: - épa, 30 meses? - Então não fizeram nada? - O que andaram lá a fazer? Importa nós situarmo-nos, eu não queria ser maçador, mas só para perceberem que tudo isto tem uma explicação: como eu disse, na reunião de câmara de 21 de dezembro de 2010, foi aprovado o programa de concurso; a 4 de fevereiro de 2011, foi enviado as minutas para a entidade reguladora; - a 15 de abril de 2011, recebemos o parecer do ERSAR sobre as minutas; a 2 de

agosto de 2011, foi feita a aprovação das peças processuais depois do parecer do ERSAR e, discutimos isto, em sede de Assembleia Municipal a 29 de agosto de 2011. Depois iniciamos a fase do concurso: a Assembleia Municipal foi a 29 de agosto de 2011 e, a 28 de setembro de 2011, passado um mês e um dia foi publicado o anúncio no Diário da República; a 31 de outubro de 2011, foi feita a prestação de esclarecimentos aos interessados; a 14 de novembro de 2011, foi a receção das candidaturas; a 30 de novembro de 2011, tivemos a primeira audiência prévia com os candidatos; a 23 de dezembro de 2011, foi feita a comunicação interna de qualificação. Findo 23 de dezembro de 2011, entramos na segunda fase do concurso: a 23 de dezembro, nesse mesmo dia, foi feito o convite para a apresentação de propostas; a 22 de janeiro de 2012, foi feito o último pedido de esclarecimento pelos concorrentes; em março, desse mesmo ano, mais concretamente a 29 de março, foi feita a prestação de esclarecimentos; a 18 de abril, foi feito os erros e as omissões reportadas: ou seja, foi feita a recolha e o balanço nesse último dia, daqueles que eram os erros e as omissões; e a 2 de maio, portanto a 2 de maio de 2012, foi dada a resposta aos erros e omissões que tinham sido reportados; a 22 de maio de 2012, foi a receção das propostas, aí é que os concorrentes apresentaram as propostas; e a 10 de agosto de 2012, foi feita a primeira audiência prévia; e a 22 de agosto do mesmo ano, foi feito o relatório final; a 30 de agosto, foi feita adjudicação à Indaqua, portanto a Indaqua teve conhecimento em agosto de 2012 que lhe tinha sido adjudicada esta concessão; a 13 de setembro foi-lhes comunicado, oficialmente e no dia 20 de setembro foi feita a entrega da documentação habilitante da Indaqua à Câmara Municipal; em novembro de 2012, a Indaqua entregou uma caução ao Município de Oliveira de Azeméis e, no mesmo dia, com a entrega da caução foi feita a adjudicação definitiva; em dezembro de 2012, foi aprovada a minuta do contrato e foi enviado a 16 de janeiro para parecer à ERSAR. A legislação diz que o ERSAR tem 30 dias para se pronunciar, dando aquele parecer que vai ser aqui hoje falado, que é o tal parecer que é obrigatório mas que não vinculativo e, nós pedimos a 16 de janeiro e recebemos a resposta do ERSAR a 14 de maio. Em vez dos 30 dias demorou 120 dias o ERSAR a responder. Demorou 120 dias e ainda por cima errou na resposta, porque nem sequer percebeu qual é que era o valor de investimento disponível para os próximos anos naquilo que diz respeito a água e saneamento. Em reunião de Câmara foi aprovada a minuta final, no passado dia 21 de junho e estamos hoje 28 de junho de 2013 estamos a discutir e aprovar em sede de Assembleia Municipal. E dirão os Senhores e as Senhoras Deputados: Mas, então, fica resolvido? Não, não fica. Não fica resolvido porque a partir do momento em que é aprovado em sede de Assembleia Municipal, estão criadas as condições para o Município assinar o contrato definitivo com a Indaqua, que segundo as indicações que tenho da própria Indaqua o quer fazer já na próxima semana porque naturalmente também tem pressa e quer começar com as obras de água e saneamento tão desejadas por todos os oliveirenses. Mas dirão os Senhores: - Então, a partir da assinatura do contrato da Indaqua esta resolvido? Não, não está. - Porquê? Não está, porque este processo tem que ter o visto do Tribunal de Contas. Portanto assinado que esteja o contrato é enviado para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas terá que visar, ou não visar, ou

fazer apreciações, ou mandar fazer alterações. Importa também que as pessoas se acalmem um bocadinho e que não procurem já hoje fazer juízos de valor e intenções sobre uma coisa que ainda vai ter que ir a Tribunal de Contas e vamos ver o que é que o Tribunal de Contas vai dizer. Não deixar de ser interessante e estamos a falar numa mera suposição, por aquilo que já ouvi até hoje e por aquilo que eu perspetivo ouvir, ainda hoje, se depois o Tribunal de Contas visar o processo. Vocês acham que o Tribunal de Contas visa algum processo que seja ruinoso para o Município, que seja atentatório disto e daquilo, que prejudique claramente, acham que o Tribunal de Contas vai visar? Eu tenho a certeza que não. Eu confio no Tribunal de Contas e acho que os Senhores também confiam. Agora, o Tribunal de Contas, é o Tribunal de Contas, não somos nós. Nós podemos ter a nossa opinião e portanto é pedir também algum recato às pessoas que têm opinião. Porque eu já vi em sede de Assembleia Municipal fazerem-se comentários relativamente a algumas coisas a dizer:- mas o senhor com isso está a pressionar isto, e está a pressionar aquilo. Eu também podia dizer, não vou dizer, mas também podia dizer, que, esta posição, também é uma forma de pressionar o Tribunal de Contas. Só que tenho a certeza absoluta que o Tribunal de Contas não é pressionável, nem pressionável nem impressionável e o Tribunal de Contas se tiver que chumbar este contrato, chumba e ponto final parágrafo. Agora, não vale a pena é nós estarmos aqui a antecipar cenários absolutamente catastróficos, relativamente a esta missão. E portanto, diria eu, só depois do visto do Tribunal de Contas e aí sim, volta o contador a zero e aí, começa a obra no terreno. Entretanto a Indagua já tem instalações em Oliveira de Azeméis, já tem um armazém em Travanca, já procura outras instalações dentro da cidade para abrir lojas para que as pessoas possam pagar a água, fazer a requisição dos contadores e portanto, a Indagua já está também naturalmente a fazer o trabalho de casa para que não seja confrontada depois de um dia para o outra a ter que fazer esses investimentos. Mas temos que aguardar serenamente que o Tribunal de Contas, e deixem-me dizer-vos isto porque é importante: O Tribunal de Contas é, hoje, um órgão e tem sido, pelo menos por aquilo que vamos lendo, tem sido, um órgão cada vez mais interventivo. E portanto, eu não tenho a menor das dúvidas que se o Tribunal de Contas perceber ou entender que esta concessão é ruínosa ou que isto é um erro gravíssimo, eu não tenho a menor das dúvidas que o Tribunal de Contas, chumba e ponto final parágrafo. Não estou a ver o Tribunal de Contas a visar um contrato dessa matéria. Portanto, repito, eu confio nas instituições, no seu regular, no seu bom e normal funcionamento e portanto acho que é isso que temos de fazer e não estarmos a procurar naturalmente confundir a opinião pública. Permitam-me só uma nota de rodapé, porque, ao lermos algumas coisas e ao ouvirmos algumas coisas relativamente a esta matéria, parece que foi o Município de Oliveira de Azeméis ou o Hermínio Loureiro que se lembro de inventar uma concessão. E portanto, só para que se perceba o que se passa hoje em Matosinhos, o que se passa na Trofa, o que se passa em Vila do Conde, o que se passa aqui ao lado em Santa Maria da Feira são alguns exemplos de municípios que optaram pelo modelo de concessão. Há vários modelos, é normal, já tivemos essa discussão aqui. Este modelo de concessão já está em vigor nestes municípios e que eu saiba, que eu saiba as coisas funcionam dentro daquilo que era

espectável. Permita-se, só para terminar, Senhor Presidente, nós podemos discordar deste modelo, mas, podemos apresentar outros modelos, mas não precisamos, na minha opinião, é a minha opinião, não precisamos de utilizar uma linguagem nem um registo tão excessivo relativamente a esta matéria, o que temos que constatar naturalmente é que o registo tem sido esse e portanto, nós não somos confrontados com um modelo alternativo, somos confrontados com este registo excessivo, mas não podemos dizer: olhe, nós fazíamos assim ou fazíamos assado. Faz-me lembrar, deixem-me dizer que eu acho que foi brilhante, a gestão política do António José Seguro, foi brilhante, relativamente à greve dos professores. Ou seja, toda a gente se pronunciou relativamente à greve dos professores e aqui dentro desta sala ninguém me sabe dizer o que o Dr. António José Seguro pensa sobre a greve dos professores, concordava com os professores se não concordava, se achava que os professores deviam ir aos exames se não achava. E portanto aqui é um bocadinho também, ninguém sabe qual é opinião, é assim: - Esta não serve. - Esta é ruínosa. - Esta é catastrófica. - Esta é um erro de gestão. - Esta é isto, é aquilo. Mas, então como é que se faz? Porque naturalmente os recursos são escassos. Nós queremos, todos, sem exceção dentro desta sala e a maioria dos oliveirenses, queremos água e queremos saneamento e queremos naturalmente que Oliveira de Azeméis cumpra as metas do PEAASAR e é para isso que nós estamos a trabalhar e portanto, citando o Prof. Cavaco Silva – “deixem-nos trabalhar.” Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Vieira Dias, Bruno Aragão, Marco Azevedo, Engº Filipe Carvalho, Dr. Fernando Pais Ferreira e José Campos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== É muito fácil aquilo que venho aqui fazer. As informações que eu aqui tive hoje, são, usando o termo, catastroficamente muito mais do que aquelas que eu recebi. Portanto, eu não me sinto em condições de poder responder com verdade a aquilo que me é pedido. Eu vinha com o propósito de representar o meu Partido e votar contra, mas não estava esclarecido, nem o meu partido estava esclarecido sobre muitas coisas que aqui foram ditas. Portanto, estamos a votar um assunto que não foi meditado e estudado em cada colégio de Partido, é o que devia ser. Na minha ideia eu posso-me abster que é uma atitude comoda, mas era melhor que estes pormenores que foram aqui ditos pelo Senhor Presidente da Câmara fossem esclarecidos em local próprio para depois aqui votar. Queira desculpar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Pedir-lhe também autorização para poder fazer uma projeção. E dizer Senhor Presidente que, falando de desinformação, estou absolutamente esclarecido com a desinformação que o Senhor conseguiu. Mas vou tentar naturalmente aquilo que o Senhor pediu, que é fazer uma discussão serena e tranquila e peço, muito seriamente, porque acho que o assunto é mais sério do que uma simples aprovação, se eu disser em algum momento uma informação que não seja factual, que possa estar errada, se eu apresentar alguma imagem que não corresponda ao centímetro, aos documentos que foram disponibilizados e aquilo que vamos aprovar, agradeço Senhor Presidente que me interrompa no momento. E nada aconteceu, como já dissemos hoje várias vezes. E nada aconteceu com prejuízo para todos nós, do território que temos de cuidar e que já dá muitos sinais de desgaste, do ambiente que estamos a perder, da qualidade de vida que vemos todos os dias ultrapassada pelos concelhos vizinhos e pelas populações e as empresas que ou não captamos ou vamos preterindo. E no leque todo, na história toda que o Senhor Presidente foi disponibilizando, relatando as datas uma a uma, dos vários passos até chegarmos aqui, faltou-lhe a primeira, que foi: - em 2009, Hermínio Loureiro promete, solenemente, que, em 4 anos, terá saneamento praticamente a 100% no concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente das duas, uma. Ou não sabia como é que esses processos funcionam, portanto mostra alguma ingenuidade; ou então se sabia fez exatamente aquilo que disse no início que a oposição fazia. Uma rede de abastecimento de água e de recolha de tratamento de águas residuais é, hoje em dia, um bem essencial á qualidade de vida e a preservação do ambiente, - todos comungamos deste pressuposto. Exatamente por isto, em 93, considerando as taxas deficientes deste serviço, foi definido como objetivo imperativo nacional a cobertura praticamente total do território com uma rede de água e saneamento básico o que veio originar anos mais tardes as tais metas do PEAASAR I e II, de 95% de cobertura de água e 90% de recolha e tratamento de águas residuais. Estávamos nessa altura, no concelho de Oliveira de Azeméis, com taxas conflagradas a este nível. Em 95, comparados com os concelhos vizinhos, mostrávamos já algum atraso na infraestruturação do território. Talvez por isto, este é um tema recorrente de campanhas, mandatos políticos, mas sobretudo é tema que cada um de nós sente todos os dias. Talvez por isto, estejamos ainda na segunda década do século XXI a discutir investimentos avultados em rede de água e saneamento e a discutir a ausência destas infraestruturas numa grande parte do nosso território. Numa análise do esforço para atingir as metas do PEAASAR I e II, 2000/2013, podemos ver, entre 1995e 2009, como fomos evoluindo e nos fomos posicionando: Em termos de recolha e tratamento de águas residuais, partimos de uma taxa reduzida, - Oliveira de Azeméis está aqui, como muitos concelhos e aumentamos para perto de 42%, em 2009: este é Oliveira de Azeméis, estes são os concelhos vizinhos: S. João, Santa Maria da Feira, Arouca, Ovar, Estarreja: 2009 – 2005; Na rede de abastecimento de água atingíamos em 2009, uma taxa próxima de 70%: Oliveira de Azeméis esta aqui, quando comparado com os concelhos vizinhos também, partimos daqui em 95 e fomos crescendo com algum investimento, em 99 estamos aqui claramente atrás dos outros municípios. Já nesta altura estávamos atrás em relação aos concelhos que nos rodeiam: São

dados do Pordata - Fundação Francisco Manuel dos Santos. O diagnóstico é claro e dados transparentes, é a realidade. E tanto foi realidade que em 2009, pelas eleições autárquicas de então, este foi um dos temas mais debatidos e uma importante bandeira de campanha. Considerando um problema sério e um sinal de atraso do concelho, o atual Presidente de Câmara, promete, de forma solene, clara e inequívoca, uma cobertura próxima dos 100% para os 4 anos seguintes. E não foi uma promessa no ar, de forma clara, conhecendo-se já em 2009 os constrangimentos financeiros apertadíssimos do município, sendo o clima económico desfavorável depois da crise de 2008, ainda assim, o então candidato Hermínio Loureiro dizia e cito: - “olhos nos olhos dizer-vos: é possível, para os próximos 4 anos, termos um concelho com uma taxa de cobertura de rede de água e saneamento próximo dos 100%, sermos um concelho de excelência também nesta matéria e vamos fazê-lo” - fim de citação. Não aconteceu. Estamos por isso, a meio de 2013, a discutir a rede de abastecimento de água para 30% da população que ainda não está servida e a discutir a rede de recolha e tratamento de água para 58% da população ou 77,5% se pensarmos no tratamento. Ou se não é isto que vamos discutir, pelo menos deveria ser. Mas não é. De forma desassomburada, sem qualquer tipo de paixão, dizer: - Basta de hipotecar Oliveira de Azeméis. O que nos propomos agora aprovar é mais do que um erro grosseiro de gestão para Oliveira de Azeméis e para os oliveirenses, que não resolve praticamente nada e que, à semelhança do que comprovamos noutros concelhos pelo país fora, poderá significar um negócio, e digo sem qualquer problema, absolutamente ruinoso. Ninguém poderá alegar, em algum momento, que não sabia o que se estava a aprovar, que não votou em consciência e que não foi esta a sua opção. Recordando: O estudo de viabilidade económica para a concessão dos serviços de abastecimento de água e rede de saneamento, então solicitado pela Câmara Municipal, apontava para um investimento de sessenta e dois milhões de euros (62.000.000,00€) para garantir uma cobertura da quase totalidade do concelho e das populações. Tendo em conta as dificuldades financeiras da Autarquia, em resultado de muitas outras más opções, que obrigaram a um plano de saneamento financeiro e atendendo ao volume de investimento necessário, entendeu o Executivo proceder a concessão do serviço a privados. Quando da discussão sobre o serviço e investimento a concessionar em Assembleia Municipal de 29 de agosto de 2011, após insistência do Partido Socialista, chegou-se a uma redação conjunta que garantia não apenas o cumprimento das metas do PEAASAR, 90 e 95, como deixava bem explícito que o investimento teria que abranger todas as freguesias do concelho, foi aprovado por unanimidade. Independentemente de concordarmos ou não com a metodologia de investimento público ou privado, já passamos essa fase, estava salvaguardada, para boa consciência de todos, a cobertura da quase totalidade do concelho, na verdade, o que realmente importa aos oliveirenses. Estou certo que todos os Presidentes de Junta sentiram por essa altura a satisfação de tanto esforço muitas vezes inglório e também eles hoje têm desse ponto de vista um valor acrescido na apreciação deste documento. Vejamos então, factualmente e peço novamente se em algum momento disser alguma informação que não seja verdade, que não esteja nos documentos que vamos aprovar, por favor interrompam: O investimento efetivo na

rede de água, não chegará aos dois milhões de euros (2.000.000,00€), dos atuais 69,8% de taxa de cobertura de água ficaremos com 70,1%, isto é o que está na proposta que vamos concessionar, isto é o que temos e aqui está no final 70,1%, é aqui Madail, temos 0,3%, isto é o que temos, isto é o que está; Olhando para o mapa a conclusão é também evidente, quase tudo que está para fazer assim continuará, nada aconteceu, nada acontece. No que se refere ao tratamento de recolha das águas residuais o investimento não ultrapassa cinco milhões de euros (5.000.000,00€) e cerca de metade irá para a construção da ETAR de Ul, novamente digo, isto são os documentos que estamos a provar. É este aliás o número que introduz algum ruído. A construção desta ETAR, permitira ligar 19,5% de rede de saneamento existente que não é tratada, elevando para 42% a taxa de cobertura de recolha e, tratamento, nem mais um metro do que existe até agora, continuamos exatamente com a mesma rede apenas toda será tratada deixando de drenar para os cursos de água. Temos 11 freguesias que não vão ver um cêntimo de investimento e 5 delas manter-se-ão sem um metro de rede: Macinhata, Madail, Palmaz, S. Martinho e Ul. Olhando para o mapa, a conclusão é também óbvia, nem mais um metro. Assim, se olharmos para o investimento a 30 anos, as taxas de cobertura existentes são as que se manterão: água; saneamento. O que era possível olhos nos olhos, em 4 anos, estará praticamente igual. Solicitada a pronunciar-se, a entidade reguladora é taxativa: Nem a concessão permitira atingir as metas do PEAASAR como deliberado em Assembleia Municipal, nem implicam um investimento superior à capacidade financeira do Município. Senhores, olhos nos olhos, dizer-vos que: - nem em 4, - nem em 10. Continuaremos sem resolver um problema central para o dinamismo do concelho. Nisto tudo, apenas o criticamos tão facilmente e que tem havido milhões de pessoas pelo mundo fora em muitas manifestações – lucros despropositados e acima de tudo sem correspondência com investimento efetivo. Lucros que todos nós pagaremos, mas nem por isso poderemos olhar para o concelho de uma outra forma, 21 milhões de euros de lucro em 30 anos sem um metro mais de rede. E tentando justificar o que é evidente diz, contrariando o que também justificou a concessão a privados, - que agora espera que os fundos comunitários resolvam a situação. Afinal, se tudo continua na mesma, o que estamos a concessionar? Qual a necessidade de transferir para o privado um investimento que de real pouco tem mais do que sete milhões (7.000.000,00€)? Esperamos fundos comunitários, para que necessitamos de concessionar o serviço? E se esses fundos não chegarem? Que garantias temos? Ninguém poderá alegar, como disse, em algum momento, que não sabia o que se estava a aprovar, que não votou em consciência e que esta não foi uma opção sua. De novo digo, olhos nos olhos, há erros que não tendo desculpa terão consequências muito graves. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Caro companheiro, Bruno Aragão, procurei fazer um esforço para não intervir conforme a sua solicitação, mas por respeito levei até ao fim e tive feliz

coincidência de poder intervir de imediato. É legítima a sua apresentação, mas tem graves erros. O primeiro e de forma intelectual, permita-me que, é uma desonestidade vir aqui falar de investimento sem contemplar o subsídio e depois vir aqui alavancar as receitas com o mesmo subsídio. Ou comparamos coisas iguais ou não comparamos. Você no seu quadro, permita-me, refere rentabilidade de vinte e um milhões, que é uma rentabilidade, está nos seus quadros, de 11% e isso corresponde a um investimento de duzentos milhões. Segundo ponto: Felicito-o pelo seu primeiro gráfico, felicito-o muito porque o município de Oliveira de Azeméis foi o que mais cresceu na rede de água e saneamento, se reparar nas suas taxas, o seu gráfico que aqui apresentou, irá ver as taxas de crescimento Oliveira de Azeméis está no top. Posto isto, o assunto é importante e devemos tratar com toda a importância económica e financeira e felicito desta forma o Executivo de nos trazer hoje, aqui, 28 de junho, para votarmos finalmente o contrato de concessão de água e saneamento. A Autarquia sempre teve uma clarividência de manter o rumo certo e firme, não abdicando nunca da defesa do interesse de todos nós oliveirense. Assim com o rigor que sempre nos habituamos deste executivo, pois não podemos esquecer que desde 2009 alterações estruturais dos mercados financeiros são imensas e levando sempre este município a bom porto as suas funções ultrapassa adversidades nunca antes previsíveis a data de 2009. Assim, estrategicamente pensando, dos 4 modelos de concessão possíveis para se realizar este investimento, que todos concordamos ser importante, poderia ser com fundos próprios, que muitas vezes são apanágio da Bancada do PS e eu pergunto: Bloqueávamos sobre o Município? Aguardo respostas? Outra possibilidade seria fazer com uma empresa de capitais mistos: mas na minha opinião pessoal, (não vou dizer que seja um excelente gestor, embora só o seja de formação) uma sociedade de capitais mistos a autarquia poderia ter o domínio do capital, mas dificilmente teria que ter domínio da gestão pelo que não ficava devidamente salvaguardado o interesse dos oliveirenses no aumento das tarifas do serviço prestado. Se entrássemos em empresas multimunicipais, então é melhor nem sequer falar pois os exemplos de dificuldades são mais do que evidentes, dificuldades financeiras das Águas de Portugal, portanto seria entrarmos num caminho sem regresso, sem obra e sem solução. Resta das 4 a concessão que hoje estamos aqui a analisar e que vamos votar. Este contrato, na minha opinião pessoal, cumpre dois objetivos: Aprovando as perspectivas de financiamento comunitários e do cumprimento das metas PEAASAR e permite também o controlo tarifário, inclusive além de controlar os respetivos aumentos, todos os anos temos a inflação e temos um período de investimento a 30 anos, poderá mesmo inclusive descer a tarifa da água nos primeiros anos. Mas, este rigor que este executivo teve durante estes 4 anos na gestão deste dossier, não seria um trabalho rigoroso que aqui hoje nos apresenta, outro trabalho não seria a nossa expectativa deste executivo. A verdade é que este município nestes 4 anos, se PS gosta de fazer julgamentos temporais de 20, eu gosto de me circunscrever com o executivo que tenho a minha frente: A dívida municipal desce drasticamente; O prazo médio de pagamento desce drasticamente; Aumenta as disponibilidades de financiamento, de liquidez, e tudo isto sem o município parar, sem abrandar e mantendo a linha de desenvolvimento e de crescimento. Pois

claro que é sempre muito mais fácil para alguns dizer que é ruinoso. Mas, este também, permita-me Senhor Presidente, seria o único momento para poderem dizer isso. Porque depois da deliberação do Tribunal de Contas, já a tarefa se torna muito mais difícil e pouco credível para todo o eleitorado. Gerir, por definição, trata-se de encontrar soluções para o desenvolvimento. Gerir, trata-se de maximizar os recursos disponíveis. E este Município consegue em condições uma capacidade de poder investir em água e saneamento de 110 milhões no município, salvaguarda o aumento das tarifas podendo descer nos primeiros anos. Para mim: ruinoso - trata-se de fazer escolas de luxo, mas sem ter dinheiro para as pagar; ruinoso - trata-se de fazer autoestradas, mas sem carros para circular; ruinoso - trata-se de aumentar salários em anos de eleições, sem se preocupar quem é que os vai pagar; e tanto mais poderia ficar aqui. Agora, gestão eficiente trata-se de criar condições para: investir; aumentar as taxas de cobertura; manter os preços controlados de tarifa de água; isto para mim trata-se de gestão de excelência. Depois, acontece e acontece isto tudo e mantem-se o município com as restantes atividades, as restantes dinâmicas: áreas sociais; desportivas; autarquias; juntas de freguesia. Quem disser que, tudo isto é ruinoso. Gostaria, muito sinceramente, de saber quais é que eram as alternativas propostas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng. Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Há 4 anos, atrás, o atual Presidente da Câmara Municipal prometeu aos oliveirenses que ao longo deste mandato iria criar as condições para que o nosso concelho ficasse dotado de 95% de abastecimento de água e 90% de saneamento básico tratado. Hoje é um dia histórico para Oliveira de Azeméis, pois finalmente os oliveirenses vêem que água e saneamento devidamente tratado deixou de ser uma promessa e passará a ser uma realidade. Tem havido por parte da oposição algum ruído de fundo, que visa intoxicar os oliveirenses com dados que não são corretos. Algumas vozes do Partido Socialista têm apregoado publicamente que esta concessão não prevê acréscimo de rede de abastecimento de água e saneamento. Ora, isso, não corresponde minimamente à verdade porque senão, vejamos: No início do mandato, isto é, aquando da realização do caderno de encargos, para o concurso de concessão, verificou-se que Oliveira de Azeméis tinha 69% de rede de distribuição de água e 22,5% de saneamento tratado e 19,5% de saneamento não tratado, perfazendo uma área de 42%. O saneamento tratado deriva diretamente para os cursos de água e para os campos, contaminando assim os lençóis freáticos. Neste momento verifica-se que o Concessionário investirá diretamente 17,3 milhões de euros para execução de rede pública de água e saneamento básico e para além disso resulta do contrato de concessão o recurso a fundos comunitários tendo sempre por fim o cumprimento das metas do PEAASAR. Este modelo de financiamento assegura duas situações importantes para os oliveirenses: Ponto um - Assegura o cumprimento das metas do PEAASAR; Ponto dois - Assegura o controlo das tarifas que nós oliveirenses teremos que pagar pelo

abastecimento de água e pelo saneamento básico tratado. Meus caros, não nos iludamos, a opção poderia ser outra. Mas se a Câmara Municipal definisse um modelo de financiamento direto e exclusivo pelo concessionário teríamos de pagar na íntegra esse financiamento o que obviamente aumentaria exponencialmente as tarifas. Mas não. A Câmara Municipal e este executivo, optou e bem, ter o controlo das tarifas durante os 30 anos de concessão preservando o interesse dos oliveirenses e nunca hipotecando a realização da obra. A perspectiva de recurso ao financiamento através de fundos comunitários sai reforçado com a publicação em 20 de maio, do presente ano, na Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2013, que refere objetivamente que no quadro comunitário 2014/2020 vai estar disponível uma verba significativa para o abastecimento de água e saneamento permitindo assim que os municípios possam finalmente cumprir as metas do PEAASAR. Podemos assim dizer que, nos próximos 6 anos, 2014/2020, seja por investimento direto do concessionário, seja também pelo recurso a fundos comunitários, neste quadro, temos garantido as metas do PEAASAR II em Oliveira de Azeméis. Por estes motivos o Partido Socialista não tem qualquer razão quando refere que: - Neste contrato de concessão o município não salvaguardou o cumprimento das metas do PEAASAR. Pois, é claro e transparente a cláusula nº 62, nos seus pontos 3,4,e 5 deste contrato que diz e passo a citar: “A Concessionária, sempre que possível, apresentará candidaturas a programas de financiamento público que estejam disponíveis para a execução de investimentos previstos no objeto da Concessão. 4 – A iniciativa de apresentação das candidaturas referidas no número anterior e a definição dos termos e condições das mesmas caberá à Concessionária, podendo, no entanto, o Concedente instá-la para efeito. 5 Sempre que a Concessionária obtenha fundos comunitários, a fundo perdido, para a realização de obras previstas no Plano de Investimentos, ou para obras que na presente data não se encontram previstas no Plano de Investimento e que permitam a tendencial aproximação às orientações estratégicas estabelecidas no PEAASAR II, haverá reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão, nos termos da cláusula 86ª, nº 4, c). A utilização dos fundos comunitários pela Concessionária respeitará o contrato de financiamento, bem como o que para o efeito vier a ser acordado pelas Partes.” Pelo exposto, penso que não deixa dúvidas a ninguém, isto se estivermos todos com o objetivo do melhor para o nosso Concelho. Terminado que está este processo, podemos concluir que a Câmara Municipal não discrimina os oliveirenses, isto é: não haverá oliveirenses de primeira e oliveirense de segunda, como pretendem alguns e até quiçá, se algum dia tivessem oportunidade, fazê-lo. Para terminar gostaria de colocar algumas questões, para tão ilustres personalidades: Se não concordam com este modelo, qual é objetivamente a vossa solução? Como executa-lo? Com que financiamento? Pretendem inverter o investimento global de 60 milhões aos oliveirenses? Que tarifas pagaríamos? Meus caros amigos, sem demagogia, podemos afirmar que, a Câmara Municipal trabalha de corpo e alma para que os oliveirenses sintam cada vez mais orgulho no nosso Concelho.=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Antes de mais, quero cumprimentar a Mesa, o Executivo, os meus colegas Membros da Assembleia Municipal e demais público aqui presentes e uma saudação especial à Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes que bem nos recebeu e que de facto se vê pelo acolhimento especial estas gentes são gentes hospitaleiras e há aqui um acolhimento especial e em meu nome pessoal e em nome da Bancada do Partido Socialista os nossos agradecimentos e saudações. Eu, o que estou a ouvir, aqui já ouvi várias coisas, algumas inverdades. Mas, eu antes de proceder à leitura do texto que tinha preparado, de facto há aqui diversas coisas que estão em completo desacordo e eu acho que há aqui uma situação clara que urje definir de imediato. É que, aquilo que nós aprovamos, não está aqui o Dr. António Rosa nem está aqui o Dr. Miguel Portela, mas, aquilo que nós aprovamos na Assembleia Municipal Extraordinária de 29 de agosto, não é o que estamos a aprovar hoje. Não é o que estamos a aprovar hoje. Eu tenho aqui um texto e tenho aqui várias citações dos membros do PSD e por razões que não vou citar aquilo que disse o Dr. António Rosa, não obstante o poder fazer, acho que por respeito ao facto de ele não estar presente e não se poder eventualmente defender, eu não irei aqui tecer qualquer comentário, nem irei ler como pretendia a intervenção do Dr. António Rosa, mas vou ler algumas intervenções feitas aqui. Portanto: Em 29 de agosto de 2011 ocorreu uma sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis, cujo único ponto da Ordem de Trabalhos era: - Concessão, Exploração e Gestão Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais de Oliveira de Azeméis. É no fundo um investimento numa atividade que, todos nós, sem exceção, consideramos uma atividade fundamental para o aumento da qualidade de vida dos oliveirenses. Sem dúvida um ponto importantíssimo de emanar uma posição clara e firme deste órgão, que não suscitasse qualquer tipo de dúvidas e possibilitasse delinear as linhas mestres com que o órgão Executivo pudesse dar corpo a este desiderato. Todos concordamos que a ausência de investimento, nesta parte, por parte dos executivos anteriores do PSD, era claramente preocupante e condicionante da qualidade de vida do nosso concelho. Na sua intervenção, o Senhor Presidente do Município foi claro e passo a citar: - “Portanto, este trabalho que aqui temos e estas peças processuais apontam para um trabalho, na questão da água e do saneamento, a ser feito em todas as Freguesias do Concelho, nas 19 Freguesias do Concelho, num prazo de obra a executar de 6 anos e um investimento total a rondar os 60 milhões de euros. Importa perceber qual o ponto de partida? Portanto, nós temos uma rede de abastecimento de água instalada com uma cobertura de 69,8%, ou seja, estamos muito próximo dos 70% de cobertura de distribuição de água, no nosso concelho. Temos uma rede de recolha de águas residuais de 42%, ou seja; rede instalada em baixa de 42%, mas só 28% desses 42% é que têm tratamento final. Portanto, há que inverter rapidamente esta situação colocando o Município de Oliveira de Azeméis dentro daquelas que são os valores e as metas do PEAASAR, como sabem, aponta para 95% de água, e 90% de*

saneamento. E portanto, este é o ponto de partida. Havia e houve intenção de cumprir com estas metas em 4 anos. Foi um compromisso eleitoral. E portanto, cá estamos, para dizer que feito o estudo, atendendo às circunstâncias e contingências económico-financeiras e não vale a pena estar aqui a explicar, porque, seguramente, todos perceberão e também seguramente que, não haverá dois pesos e duas medidas na avaliação da conjuntura financeira. Ou seja, não podemos ter perdão para alguns atrasos e algumas coisas a nível nacional e nível internacional e não podemos ser tão exigentes naquilo que diz respeito às políticas locais porque quando a crise nasce é para todos e portanto, todos temos de ter essa noção. Portanto, cá estamos hoje a assumir este compromisso de fazer a cobertura a 100%, quando se fala a 100%, estamos a falar de, como vos digo, é para que se perceba qual o objetivo. Portanto queremos, naturalmente, em seis anos, cumprir as metas do PEAASAR e queremos que isto seja feito também e por isso é claro no caderno de encargos, ou seja, nas 19 Freguesias. Portanto podem perguntar agora, por onde é que vai começar?” Ou seja, o Senhor Presidente da Câmara veio aqui estabelecer um compromisso, bem expresso no caderno de encargos e todos nós ficamos claros, até através de uma pequena discussão e conferência de líderes, que independentemente do que acontecesse, em 6 anos, nós, teríamos a cobertura a 100%. No uso da palavra, na Assembleia Municipal, o Senhor Deputado José Campos foi mais longe e claro, primou por maior clareza e na intervenção dele, ele diz assim: - “A cobertura em termos da rede de saneamento e de abastecimento de água foi desde o início definida como uma prioridade e um compromisso por parte deste Executivo. Hoje, com a discussão e aprovação da concessão dos sistemas de saneamento e distribuição de águas, é dado mais um passo significativo nesta matéria. Muitos são, naturalmente, os assuntos que dividem as forças políticas em Oliveira de Azeméis e é normal que assim seja. No entanto, estou em crer que, no que diz respeito a esta questão, mesmo ocorrendo divergências pontuais e técnicas, todos queremos que este processo avance. Será por isso também importante que todos nesta Assembleia, discutindo o mais possível o assunto de forma responsável, dêem um sinal claro aos munícipes sobre a relevância desta matéria. Convergem no objetivo traçado de, num prazo máximo de 6 anos, dotar a totalidade do concelho da cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento. Num contexto económico-financeiro.” E ele termina e diz assim: “A opção pela concessão parece-nos claramente a mais adequada para os interesses do Concelho. Com a concessão sabemos que, dentro de 6 anos, o Município atingirá a cobertura em 100% das redes de saneamento e abastecimento de água, cumprindo as metas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.” Ou seja, ficou claro entre nós que: a Concessão, Exploração e Gestão Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais fosse a efetuar tinha como objetivo único dotar o concelho de no prazo de 6 anos de uma taxa de cobertura de rede de saneamento que atingisse as metas preconizadas no PEAASAR. Esta garantia foi dada a todos os Membros na Assembleia Municipal e nessa medida foi deliberada a proposta. Todos nós recordamos que após acalorada discussão, mas sempre nos limites do debate democrático, a necessidade de garantia ser clara levou à alteração dos

artigos 20º e 47º do caderno de encargos que passaram a ter a seguinte redação: - Artigo 20º: “A realização de todas as obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária, que abrangerá todas as Freguesias que integram o Município de Oliveira de Azeméis, dentro do prazo previsto na alínea e) do nº 2 do artigo 47º. Seis anos. - Plano de Investimentos da Concessionária: “A execução das obras abrangidas na Concessão deverá obedecer ao Plano de Investimentos apresentado pela Concessionária com a sua Proposta, que para todos os efeitos se considera parte integrante do contrato, o qual deverá prosseguir os objetivos definidos no artigo 23º e a estratégia da Concessionária, nos termos preconizados pelo PEAASAR II, tendo em conta as áreas prioritárias.” Aqui se bem se lembram, foi aqui posta esta questão, porque nós queríamos saber o que eram áreas prioritárias e aqui no caderno de encargos ficou claro a questão das áreas prioritárias. Aqui ficou claro, que todas as propostas apresentadas têm de garantir as metas do PEAASAR II, no final dos primeiros anos do período de concessão. Clarinho. Ou seja: nesta reunião da Assembleia Municipal, esta concedeu autorização ao Órgão Executivo para o lançamento do Concurso da presente Concessão de serviços públicos, com especial referência ao objetivo do cumprimento dos 6 anos. Neste contexto, afigura-se-nos, face aquilo que nós estamos a votar hoje, o cumprimento daquelas metas deve ser entendido, e para nós foi claramente entendido, pelo menos para mim, como um parâmetro base das propostas a apresentar, só devendo ser pontuáveis de acordo com a grelha de avaliação do programa de concurso as propostas que satisfizessem esse requisito mínimo, na medida de em que o fator b) avalia as propostas dos concorrente quanto ao grau em que os seus planos de investimento atingem os objetivos na alínea e), do ponto 1, tal..., tal..., do artigo 23º, caderno de encargos. Ou seja, o que nós votamos aqui e entre outras coisas, eu já não falo nas tarifas e no plano tarifário, etc., deixo isso para o Bruno Aragão, confesso que ele tem a matéria melhor estudada que eu, em réplica ele fará essa distinção. Ou seja, estas obras, nos primeiros 6 anos, de acordo com o programa de concurso, eram para serem realizadas pela concessionária. E vocês dizem assim: - Não senhor. - O cumprimento das metas do PEAASAR, como eu agora ouvi na intervenção, - os senhores é que não perceberam isto, as metas do PEAASAR, vão ser cumpridas, nós não sabemos é quando e é com dinheiros de fora. Porque, o concessionário, se vier, não assume isso. E relativamente a essa questão Deputado José Campos, estou a olhar para si porque o Senhor está a sorrir, naturalmente satisfeito com a minha intervenção. Ao contrário, consta-se, que o anexo 23 ao caderno de encargos que define os pressuposto Macroeconómicos, Demográficos, Socioeconómicos e Fiscais são apresentadas taxas de cobertura para todo o período de concessão inferiores a aquelas metas. E por isso, incongruentes com os pressupostos acima identificados. As taxas de cobertura constantes da proposta do adjudicatário - Indaqua, 70,14% em abastecimento e 42% em drenagem e tratamento de águas residuais, ficaram muito aquém das metas mínimas do PEAASAR, durante todo o prazo de concessão, 30 anos. O que não se pode deixar, nós consideramos o cenário preocupante. E perguntam assim: e a pergunta é quase óbvia, quase elementar, eu direi, quase escolar, digamos: E então, o que é que vocês propõem? Nós, nunca dissemos que estamos em

desacordo com este modelo de concessão a privado. Nunca estivemos. Há outros modelos. Há outros modelos, Senhor Presidente. Mas este é um dos possíveis, não nestas condições. E já não é só o Partido Socialista que manifesta reservas sobre a natureza e a oportunidade deste negócio assim constituído. Através de um parecer, no nosso entendimento é absolutamente demolidor, embora o Senhor Presidente diga que há alguns erros de apreciação. A ERSAR vem agora confirmar todos os nossos receios e alerta o Município para o facto de o contrato de concessão não acautelar o interesse dos oliveirenses ao entregar a gestão das águas e saneamento a um concessionário que não está obrigado a cumprir as metas do PEAASAR. Nem para o caso de não surgir qualquer fundo comunitário, não há aqui nada que impunha à concessionária fazer ela própria o investimento e cumprir as metas do PEAASAR. E depois há aqui uma outra questão, Senhor deputado, de facto veio aqui falar do artigo 64º do caderno de encargos e leu alguma coisa que lá está. O Senhor leu, o que está lá. Mas a conclusão que nós tiramos, é uma conclusão absolutamente diferente. Até porque, o caderno de encargos, como o Senhor sabe, manda que a concessionária faça investimentos, já estou eu a repetir, outra vez, mas é bom que se repita, manda fazer investimentos que nos primeiros 6 anos cumpram aquelas metas estabelecidas no caderno de encargos e não diz que é com dinheiros, eventuais, futuros, incertos dos quadros comunitários. Então, qual é o espírito do 64º? O 64º diz: A entrada de fundo comunitários é bem-vinda, como é óbvio, mas deve destinar-se, no nosso ponto de vista, apenas ao financiamento de investimentos adicionais contemplados no Plano de Investimento de concessão. ou seja, para além das metas mínimas do PEAASAR. Ou seja, aquilo que vocês estão a incluir, no nosso entendimento, no claro favorecimento ao investimento que o privado vai deixar de fazer, esse investimento proveniente de fundos comunitários era para consolidar e para reforçar tudo aquilo que está definido para além das metas do PEAASAR, ainda há outras coisas para fazer, outros investimentos para fazer. Nos primeiros 6 anos é com investimento da concessionária. O PS considera, dentro deste ponto de vista, o Executivo tem duas hipóteses: Ou faz um novo caderno de encargos e assume, diz assim: - Nós vamos fazer um novo caderno de encargos com outros pressupostos. E vamos aprovar esta proposta com outros pressupostos, porque esta proposta é a que resulta do mercado; Ou então: aprovando a nossa proposta, entendemos, que, ela configura desde logo uma violação à deliberação aqui já tomada. É desproporcionada e porquê? Porque na nossa opinião é lesiva dos interesses públicos e pouco contribui. O investimento é um investimento que não satisfaz. Lesiva, porque dos interesses públicos pouco contribui para o melhoramento da qualidade de vida e, no nosso entendimento, ruínosa, porque quanto terá reflexos negativos, não para nós, mas para as gerações vindouras. Portanto, neste aspeto e neste enquadramento, para além de tudo o que o Bruno Aragão disse e em nada foi contrariado, é tudo matéria factual, nós entendemos que não temos condições nenhuma para votar a favor deste modelo. O Senhor Dr. Vieira Dias, naturalmente esteve atento e também formará a sua opinião. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD.* =====

===== *Muito boa noite a todos. Antes de mais e sem qualquer ponta de hipocrisia, queria agradecer ao Deputado Fernando Pais Ferreira o facto de me ter citado. As minhas palavras, da anterior intervenção da Assembleia Municipal que discutimos este tema, mantenho-as. Portanto, em 6 anos não vamos cumprir as metas do PEAASAR, é a minha convicção profunda. Também foi bom e já agora que me citou, permita-me também fazer uma citação mais recente, do seu discurso anterior, que para mim é uma novidade, confesso e penso que para uma grande parte das pessoas aqui presentes também: “É que ficamos a saber que o PS nunca esteve em desacordo com a concessão a privados.” Para mim, é uma novidade, confesso. É para mim um orgulho ser Membro da Assembleia Municipal nesta legislatura. É esta Assembleia Municipal que vai participar e aprovar um dos projetos mais importantes e estruturantes dos últimos anos do nosso concelho. Em minha opinião, um projeto responsável, competente, rigoroso e bem fundamentado. Investimento necessário de 60 milhões para atingir as metas de cobertura de rede de água e saneamento a que o município se propôs, com o objetivo de cumprir as metas do PEAASAR, é relevante, não podemos pois, se queremos de facto ser rigorosos, ambicionar ter um investimento de 60 milhões e não querer pagar nada por isso. Foi sempre perante este cenário que o executivo trabalhou e continua a trabalhar, ou seja, com a total consciência que acima de tudo os interesses dos oliveirenses teriam de ser acautelados, mas sem uma sobrecarga das respetivas tarifas da água e do saneamento. Também neste aspeto o projeto de concessão que está em cima da mesa, acautela, na nossa opinião, os melhores interesses dos munícipes. Debruçando-me em concreto sobre o relatório da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), parece-me desde logo fundamental perceber que a ERSAR ao considerar a premissa que a Câmara Municipal teria 18.9 milhões de euros de capitais próprios para investir entre 2011 e 2016, não percebeu que esse investimento deverá ser sempre aproveitado, em nome de uma gestão rigorosa, para o investimento nas mais variadas áreas da educação, da saúde e outras infraestruturas relevantes potenciadoras de investimento. A ideia de que a Câmara Municipal poderia investir todo o seu orçamento em água e saneamento é profundamente errada, pois revelar-se-ia lesiva para os oliveirenses. Ao considerar que o investimento que o concessionário desde logo se compromete a fazer é, apenas, 17.3 milhões de euros também nos parece uma ideia errada. Eu pergunto aos presentes se, nos dias que correm, haverá muitas empresas com disponibilidade e que se comprometam a investir 17 milhões de euros. Quanto ao cumprimento das metas do PEAASAR: taxa de cobertura de água e saneamento, respetivamente, de 95% e 90%, parece-nos hoje claro que, existindo a possibilidade já prevista vir a ser possível a candidatura a fundos comunitários para completar o investimento necessário, esta meta vai ser atingida, para desgosto de alguns. Aqueles que não defendem este modelo e que baseiam a sua tese de argumentação neste relatório esquecem-se também de referir que este relatório admite claramente que existem limites impostos aos valores das tarifas a cobrar pela*

concessionária no caderno de encargos que até pode ser um fator condicionante para a capacidade de investimento necessário. Quando alguns falam que esta concessão é um negócio ruinoso para os oliveirenses, esquecem que ruinoso para os oliveirenses era fazer um contrato de concessão sem acautelar devidamente o controlo tarifário com risco de se assistir a um aumento das tarifas exponencial, drástico e repentino. Contra algumas afirmações bastante nublosas e demagógicas importa, por exemplo, fazer o seguinte exercício, para percebermos de uma forma séria o controlo tarifário: Se tivermos como exemplo, o custo de pagamento de água e saneamento de uma família que consuma em média 6 metros cúbicos de água - essa família paga hoje cerca de doze euros e treze cêntimos (12,13€). Com a concessão, no ano seguinte, passará a pagar cerca de mais trinta cêntimos (0,30€). E apenas em 2043, ou seja, 30 anos mais tarde, uma família que consome seis metros de água, vai pagar o dobro dos iniciais doze euros e treze cêntimos. Estamos a falar em média de uma taxa de crescimento anual de 3,3%. Com seriedade e sem demagogia, era bom que todos refletissem sobre alguns argumentos e alguns números que têm sido lançados para a opinião pública, pois estamos a falar de um assunto muito importante para o nosso concelho. A principal preocupação do Executivo camarário foi e continua a ser, sempre, salvaguardar que a tarifa não aumente exponencialmente. Esta é uma decisão, bem pensada, bem estruturada e vital para Oliveira de Azeméis. Seria mais fácil para o executivo escudar-se na crise económica real, na falta de investimento e de apoios e não fazer nada. Talvez seja exatamente o facto de este não ter desistido perante as dificuldades e hoje estar em condições de vir aqui a esta Assembleia discutir este ponto que incomoda algumas pessoas. Ruinoso, para o nosso concelho, seria ficar parado sem fazer nada. Ruinoso, para o concelho, volto a repetir, seria avançar para o projeto rapidamente sem salvaguardar os interesses dos oliveirenses. O Executivo, certamente, quer cumprir com esta determinação, mas com responsabilidade, com rigor e não à custa dos oliveirenses. E já agora, se há Executivo que tem dado mostras desse rigor, é este. Como exemplo desse rigor, relembro a diminuição da dívida em largos milhões, nos últimos, contra as previsões de muitos Socialistas que há alguns anos atrás vaticinavam o contrário. Afinal, em Oliveira de Azeméis, aconteceu e acontece. Mas nós já estamos habituados a ver o PS, de Oliveira de Azeméis, a censurar continuamente as principais medidas estruturantes e os principais desígnios a que os executivos PSD se propõem e em época eleitoral esta forma de atuar acentua-se, mas tal não é nada de novo nada a que os oliveirenses também já não estejam habituados. Lamentavelmente o PS de Oliveiras de Azeméis, está empenhado na não concretização do saneamento básico em Oliveiras de Azeméis. Sem olharem aos problemas causados pela sua posição e apostados apenas no aproveitamento desta situação, estão a tentar sabotar uma obra desejada por todos oliveirenses e que vai contribuir decisivamente para a melhoria de qualidade de vida e bem-estar de todos nós. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====

===== *Algum Deputado quer usar mais da palavra? Não há mais questões para pôr? Eu digo isso Senhor Deputado, acho que a sua intervenção foi perfeitamente clara, concreta, ninguém o interrompeu em termos de discordar dos números que apresentou, portanto eu penso. Faz favor.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Tentando manter a serenidade e a tranquilidade e julgo que está a ser extremamente difícil, porque há aqui coisas que os senhores vão ter que justificar muito bem onde é que leram. Onde é que leram? Vão ter que dizer a página onde isso está. Mas, tentando manter a tranquilidade e a serenidade, Senhor Presidente, peço-lhe, isto é um assunto suficientemente sério, aliás, isto tem muito pouco de partidário, neste momento, muito pouco de partidário, isto é suficiente sério para o Senhor Presidente responder às questões e, tal como prevê o Regulamento, nós possamos, se sentirmos que não estamos esclarecidos voltar a questionar. Eu sei que o tempo passou, mas penso que o ponto merece, naturalmente, esta discussão. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Pegando nas palavras do Senhor Deputado, Bruno Aragão, julgo que é possível e mostramos isso mesmo, que é possível discutir esta matéria de forma séria, serena, determinada, empenhada e cada um defendendo convictamente aquilo em que acredita. Naturalmente que a política, procuramos convergência consensos e eu não tenho a menor das dúvidas que dentre desta sala e no espectro político de Oliveira de Azeméis, se há matéria, pode haver duas, que procura sempre e que tem todas as condições e que motiva a levar a atos de convergência, de concertação é, por um lado o Parque da La-Salette e por outro lado a Água e Saneamento. Porque, aliás, basta ver os programas eleitorais para percebermos que todos os partidos se comprometem em resolver o problema no espaço mais curto de tempo. Permitam-me também um segundo registo, porque tenho ao longo dos últimos meses, para não dizer anos, lido muito, muito, sobre esta matéria das concessões e ter estudado com alguma profundidade aquilo que se passou nos outros municípios. E não deixa de ser interessante. Aliás, só vem provar aquilo que nós temos vindo a defender, sobre esta matéria, que, em Oliveira de Azeméis discutimos muitas coisas sobre esta matéria mas a discussão central e fulcral, não é sobre o tarifário. E nos outros municípios, a discussão roçava sempre a questão do tarifário, é os aumentos brutais que vai haver na água e no saneamento a partir do momento em que a concessão entrar em vigor. Eu julgo que, nessa matéria, já todos percebemos, já todos percebemos que isso não vai acontecer. Aliás, basta fazer uma análise a*

todas as intervenções que foram feitas até ao momento e foram todas excelentes intervenções, bem preparadas, estudadas, não foram feitas ontem, têm sido feitas ao longo dos últimos tempos e por isso mesmo elas não focaram a questão da tarifa. Fico naturalmente satisfeito, por isso ter acontecido. Depois deixem-me dizer outra coisa, ainda pegando na questão da tarifa, que é essencial para o futuro, naturalmente, para que ela tenha valores socialmente comportáveis. Porque isto é muito simples e há aqui duas questões que nós temos se calhar até descontextualizar, daquilo que estamos a discutir, para se perceber objetivamente o que é que estamos a falar, que é se nós dissermos ao concessionário: - Oh meu amigo, na tarifa é - a la garder, você leva o que quiser. O concessionário investe muito mais do que aquilo que está a propor, mas naturalmente que ele diz: - Sim, senhor. - Então, deixe-me mexer na tarifa. - Deixe-me mexer na tarifa de forma como eu quiser, sem que os Senhores possam ter aqui alguma influência, e conforme o José Campos, afirmou, nos valores, deu exemplos de famílias em 2040, deu exemplo de quanto é que uma família vai pagar em 2040, portanto, a tarifa está controlada, mas se ela ficar descontrolada, obviamente que o concessionário, se ele poder levar o que lhe apetecer também vai investir mais. Essa é uma matéria fulcral, a questão do tarifário. Uma segunda é a questão dos fundos comunitários. E portanto, vamos ser factuais, eu há bocadinho se calhar até demorei algum tempo a fazer o relato, dos 30 meses, desde dezembro até ao dia de hoje. Há duas datas que eu ainda não referi e há mais datas, já agora, num exercício de cronograma, que eu vou ter que lá pôr, há mais datas que eu quero que fiquem referenciadas neste processo. A chegada da Troika, o pedido de resgate, as alterações das condições financeiras isso também é uma coisa que nós não podemos agora dizer que não existiu, porque existiu e condicionou a vida de todos nós e naturalmente condicionou também as concessões. E portanto o parecer do ERASR, que eu já disse que tem erros e que os Senhores também aceitam que tem erros, naturalmente, porque são factuais, tem data de 13/05/2013, eu estou a procurar contextualizar, ser factual, não estou aqui a fazer cenários, estou a dizer que o parecer do ERSAR tem data de 13/05 e chegou à Câmara a 16/05. Mas a Resolução do Conselho de Ministros, foi publicada a 20 de maio, é de 20 de maio. O que é que eu quero dizer com isto? O ERSAR quando demorou 120 dias a emitir este brilhante parecer, nem de propósito, leva logo poucos dias depois com uma Resolução do Conselho de Ministros. E a Resolução do Conselho de Ministros diz: “O abastecimento e saneamento de água é um sector crucial no domínio da eficiência e na utilização de recursos, constituindo um serviço básico e essencial para a vida das populações. Nas últimas décadas, o território nacional foi sendo dotado de uma vasta rede de infraestruturas neste domínio, permitindo abranger a maioria da população portuguesa ao nível do abastecimento de água. Em termos de saneamento de águas residuais a evolução foi igualmente positiva, não tendo, porém, sido ainda atingidas as metas do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR). Verificou-se também um progresso significativo na qualidade da água para consumo humano, em resultado dos investimentos feitos nesta área. Não obstante a evolução registada, persistem ainda assimetrias regionais relevantes no grau de cobertura do saneamento de águas residuais, sendo as regiões

do Norte e Centro e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores as que estão mais afastadas das metas definidas. A superação dos constrangimentos no sector das águas consubstancia-se assim num conjunto de intervenções a vigorar no período 2014-2020, visando prioritariamente a vertente do saneamento de águas residuais, com especial enfoque nas zonas sensíveis. Neste âmbito, deverão ainda ser adotadas medidas que visem a criação de sistemas individuais de saneamento nos casos em que a instalação de redes de drenagem convencionais não se revelar adequada, a reutilização de águas residuais tratadas, a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos de drenagens de águas residuais, bem como a operacionalização de sistemas adequados de gestão de lamas de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e Estações de Tratamento de Águas (ETA). No que respeita ao abastecimento de água, as prioridades deverão visar o reforço e melhoria da monitorização de consumos de água, a reabilitação dos sistemas públicos de distribuição e transporte de água (incluindo a redução de perdas), para além do desenvolvimento de origens de águas alternativas e não convencionais. Deverão ainda ser complementadas com medidas que assegurem a sustentabilidade dos serviços prestados às populações, que melhorem a eficiência operacional e ambiental do abastecimento de água e saneamento, e garantam uma progressiva recuperação de custos, assegurando que os preços não impeçam o seu acesso às populações”, acabei de ler a Resolução do Conselho de Ministros de 20 de maio, relativamente ao futuro dos fundos comunitários no que diz respeito a 2014/2020. É isto que está aqui. E portanto, acho que, quando, nas diversas intervenções, se constrói um cenário e se diz depois, constrói-se um cenário apocalíptico e depois diz-se assim: - Então e se os fundo comunitários não chegarem? E se não houver fundos comunitários? Eu posso perguntar o contrário, então e se chegarem os fundos comunitários? Está tudo resolvido. Se chegarem os fundos comunitários, está tudo resolvido. Portanto, a concessão é a opção correta. Precisamos de ter acesso aos fundos comunitários. Nos, enquadramo-nos perfeitamente nesta Resolução que acabei de ler e portanto nós temos capacidade de, em 6 anos cumprirmos as metas do PEAASAR, conforme estamos a dizer. E não vale a pena nós estarmos a dizer que a deliberação da Assembleia Municipal não vai ser cumprida porque, no anexo XII, está, no anexo II está freguesia a freguesia investimento a fazer na água e investimento a fazer no saneamento e vai ao pormenor de dizer que é a adutora de S. Roque a Nogueira do Cravo que vai ligar ao interceptor e ao coletor do Salgueiro que é a ligação dali e dacolá, do ponto x, do ponto y, e na questão da água vai ao ponto de dizer onde é que são construídos os reservatórios e nalguma freguesias onde é são construídas as mini ETAR'S para resolver o problema daquela freguesia porque não está em proximidade com nenhuma das ETAR'S que existem hoje, a do Salgueiro e a de Ossela e aquela que venha a ser construída na parte sul da cidade. A uma outra questão que queria dizer, também, com toda a tranquilidade, é o seguinte: Nós não podemos querer ter sol na eira e chuva no naval. E nós temos sido frequentemente, que nos perguntam e nos dizem assim: - Os Senhores não têm vergonha de ver esgotos a correr a céu aberto? Os Senhores não vêem que o rio A e o rio B está lá a descarregar? O que é que isto quer dizer, minhas Senhoras e meus Senhores? Quer dizer

que nós temos quarenta e dois por cento de rede instalada de saneamento básico, mas só temos vinte e poucos por cento que é tratada. Quando hoje se garante que nós próximos anos esta situação é resolvida definitivamente com a construção de uma nova ETAR e com coser de toda a malha que hoje existe, parece-me que as pessoas já desvalorizam. Ou seja, hoje, já não importa isso, o que importa são outras coisas. Portanto, vamos procurar naturalmente, eu sei que estas matérias, eu sei uma coisa que é muito mais importante e para todos nós que temos responsabilidades públicas e políticas cumprirmos e que o nosso concelho possa rapidamente atingir as metas do PEAASAR. Eu acho sinceramente, que é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide, com toda a sinceridade. Acho que é importante termos essa referência, porque às vezes podemos ser tentados a dizer assim: Os Senhores defendem a concessão, mas nós defendemos: ou Serviços Municipalizados, ou defendemos uma empresa mista. E aí, estamos a falar de conceitos, estamos a falar de opções relativamente aquilo que o mercado nos disponibiliza. Eu, com toda a sinceridade, acho que tendo em conta o ponto onde estamos, quer de rede que temos feita quer o ponto onde estamos do ponto de vista do financiamento e do ponto de vista do contexto económico-financeiro, esta é a melhor solução. Acredito sinceramente que esta é a melhor solução para o Município de Oliveira de Azeméis. Naturalmente, naturalmente, naturalmente que respeito, mas respeito mesmo, que tenha uma opinião diferente. E eu não preciso de insultar ninguém, nem preciso de chamar nomes a ninguém que tenha uma opinião diferente da minha, nem preciso de usar termos mais brejeiros, nem termos mais violentos, nem mais agressivos, não, na política nós podemos ter opiniões diferentes ninguém se zanga era o que mais faltava. Nós hoje estamos a dar um exemplo extraordinário de cidadania. Temos divergências? Temos: Estão claras, estão objetivas, factuais, com visões claras sobre a matéria, com percentagens, com powerpoints, com projeções. E portanto, agora, compete-nos decidir, tendo em conta as evidências que temos à nossa frente, o caminho a seguir é o da concessão. O caminho a seguir é rapidamente ultrapassar todos formalismos legais e ter a Indaqua na rua a rasgar vala, a rasgar estrada, a meter vala, a coser a malha, a fazer uma ETAR e, paralelamente, candidatar-nos a fundos comunitários cumprindo com esta Resolução do Conselho de Ministros. Vejam bem, por exemplo: Vamos aos fundos comunitários e vamos partir do pressuposto, que eu acredito sinceramente, que, a solução passa pelas candidaturas e pela aprovação das mesmas. A apresentar uma candidatura a fundos comunitários é fácilimo, nesta matéria, porque o trabalho está todo feito, todo feito, está registado lugar a lugar, freguesia a freguesia, o que é que é preciso fazer? Abrindo o Aviso. O Município, a Indaqua, o Município e a podem apresentar as candidaturas. Sendo aprovadas, vejam bem, quem é que entra com a contrapartida nacional nesta matéria? O Concessionário. A Indaqua. O Município de Oliveira de Azeméis cumpre as metas do PEAASAR em 6 anos, em 6 anos, que ninguém tenha dúvidas sobre isso. E portanto quando se tenta dizer, que a freguesia A é zero, que a freguesia B é – zero. Isso é assunto encerrado, já passou essa discussão, já tivemos aqui essa discussão, já tentaram pôr os presidentes, uns contra os outros, depois foram todos ao meu gabinete: - Mas onde é que

começa? Como todos dizem naturalmente: - Tem de começar pela minha freguesia. Eu já expliquei isto e volto a dizer, há uma área de investimento prioritária, que é até do ponto de vista da saúde pública, que é preciso resolver, então se nós vemos os esgotos a correr a céu aberto não vamos resolver esse problema? Então, isso não é prioritário? É prioritário, tenham lá paciência, seja onde for, seja em que freguesia for isso é prioritário. Não digam que não é? E não digam que fazer uma ETAR não é prioritário? De que é que me serve ter uma rede em baixa, se eu não tiver a ETAR para tratar? Portanto, acho que sobre isto, eu acho que já discutimos isto com muita profundidade a discussão de hoje é muito positiva, muito relevante, foi feita de forma serena, tranquila e naturalmente que, cada um terá que assumir as suas responsabilidades. E termino Senhor Presidente dizendo o seguinte: - Este processo não está encerrado. E portanto quando se diz: Os Senhores vejam lá, os Senhores vão votar uma coisa terrível, vão ficar na história, ainda hoje ninguém aqui acenou, mas ainda podem acenar – cuidado com a responsabilidade integratória, civil, criminal os senhores vejam lá. Ouça, uma coisa que vai a Tribunal de Contas, os Senhores acham que se isto for ruinoso o Tribunal de Contas dá o visto? Acham? Eu tenho a certeza que não dá. Agora, se for um negócio equilibrado para o Município, para a Concessionária, cumprindo todos os pressupostos de contratação pública, cumprindo as metas do PEAASAR, estando de acordo com aqueles que são os objetivos do país através desta Resolução do Conselho de Ministros, eu acredito sinceramente que o Tribunal de Contas vai viabilizar. E aquilo que nós queremos, é como disse - obra no terreno. E é isso que nós queremos que aconteça o mais rapidamente possível. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dizer que, obviamente, não foi prioritário, que não foi até agora e por isso é que tivemos neste mandato 378 mil euros de investimento nesta área. Falamos de prioridades. Mas, enfim, tentando novamente manter a calma e a serenidade, nós estamos a qui a conferir duas coisas. Neste momento não estamos a discutir se o modelo de concessão, ou se o modelo, enfim, para a obra é uma concessão ou se vai ser a autarquia a assumir a obra. Já ultrapassamos essa fase, com todo o respeito, podemos voltar a ela se quiser, teremos todo o gosto em debater, tenho a certeza que se o Senhor Presidente desafiar o candidato do PS à Câmara Municipal ele terá todo o gosto em debater isso consigo. O que nós estamos aqui a debater é, a concessão, esta concessão. Não é se há concessão ou se não há, se é privada ou se é pública. É esta concessão. E quanto a esta concessão, meus amigos, vão ter que me dizer em que documentos que nós estamos a aprovar que as tarifas da água vão descer, como aqui se disse, ou que não vão aumentar. Primeiro – Mostro-vos a página onde diz que, nos primeiros 5 anos, as tarifas de água aumentam 20%. Segundo - Mostro-vos a página onde diz que, o saneamento e o tratamento da água, aumentará 87%. Eu digo-vos onde está. Se conseguirem fazer o mesmo para aquilo que vocês disseram, eu retiro o que disse. Mais, não há

nenhum município neste país, não há nenhum, que controle as tarifas da água. Nenhum. Só há uma forma de controlar as tarifas da água, que é, o município, obviamente, absorver uma parte da despesa. A água tem um custo, o concessionário diz - custa tanto. Ou paga o Município ou paga o munícipe, isso é claríssimo. Aliás, isso foi o que gerou, se o Senhor andou a ler, neste momento discute-se exatamente o contrário, é novamente a municipalização destes serviços, não é a concessão, é isso que se está novamente a discutir. E posso-lhe mostrar os documentos. Mas vamos novamente aos números que ninguém debateu: Quanto ao aumento das tarifas, estão claras, estão no documento a concessionária diz: Primeiro ano 2%, mais 2%, mais 2%, mais 5%, mais 5% está lá e eu mostro, aumento sobre aumento sempre como é natural, dá 20% em cinco anos. É aumento está e eu mostro. (Eu agradecia que se pudesse mostrar novamente o powerpoint). Ninguém, ninguém, refutou isto e isto é que é sério, nós temos neste momento cerca de 70% de rede de abastecimento de água, continuaremos com 70%, ninguém refutou isto, porque isto é o que está no caderno que nós vamos aprovar. Desculpem. Se estiver em algum sítio o contrário, digam e eu retiro o que disse. A mesma coisa, não há o aumento de um metro em rede de recolha. O que há é tratamento, que é diferente do que falo. E mais, vamos então à capacidade de investimento do município, onde é que se vai buscar o dinheiro? As rendas que nós temos pago, por exemplo, dariam quase para fazer o investimento naquela ETAR e para recolher o que falta. Isto é que é aquela tal gestão competente, é dizer: meus amigos, eu não gastava aqui, porque gastava aqui. E quanto à Troika? Está em todo o lado, está neste concelho, está no concelho do lado, está em Santa Maria da Feira que também anda a tratar do saneamento, está em muitos concelhos deste país que continuam a subir níveis de qualidade, está em todo o lado. Há uma coisa que não está em todo lado, é um plano de saneamento financeiro que nos constrange e que limita as nossas opções. Mas iremos então por pontos: Primeiro os Senhores dizem assim: “Bem, não podemos garantir os fundos comunitários, não sabemos quando vem e se vem, ou qual é o valor. Se não sabemos, então o mais seguro é concessionarmos.” Concessionamos. E dizemos assim: “Olhe, não aumentamos a rede de água, não aumentamos a rede de saneamento, só aumentamos o tratamento. Mas, se vierem os fundos comunitários, como esperamos, então, talvez a gente possa candidatar-se e aí possa fazer isto.” E a minha pergunta é, meus amigos, o investimento efetivo que nós agora estamos a aprovar é de 7 milhões, os outros 10 milhões: 2 milhões são para os contadores, os caudolentos, dois milhões só para isso, uma parte dos outros 8 milhões que faltam são para a manutenção da rede existente como é natural. Ou acham que em 30 anos não manutenção nenhuma? Isso significa uma coisa muito simples, é que daqueles 62 milhões que nós dissemos que custava fazer isto, se retirarmos estes 7 milhões de investimentos, estão a ver quanto é que falta? Quase 50 milhões de euros. E a questão é esta, se os Senhores dizem e estão tão seguros que vem aí os fundos comunitários e que nós em 6 anos conseguimos fazer isto. Então, qual é a dificuldade do Município em ficar com essa percentagem dos fundos comunitários, poderá rondar até aos 85%, assegurar esta parte aqui que falta tem capacidade para isso e então fazer. Mas, neste momento, como disse, já nem é esse modelo a discutir. Neste momento, nós vamos por à aprovação uma

concessão. E continuo a dizer, se algum destes dados não estiver nos documentos que vamos aprovar e eu não o conseguir mostrar em todas as páginas que nos foram disponibilizadas, eu retiro o que disse. Mas, vão ter que me mostrar muitas das coisas que aqui foram ditas e onde é que as leram, vão ter que as mostrar. Não aumentamos um metro de rede de água. Não aumentamos um metro na recolha. Não aumentamos no tratamento, apenas tratamos o que falta tratar. Dizemos isto para 30 anos. Os Senhores podem não gostar de ver isto, mas como eu disse, isto não tem nada de partidário eu não quero saber em última análise se isto para os Senhores é melhor ou pior, há uma coisa que não vão dizer, é que o Partido Socialista é contra o saneamento em Oliveira de Azeméis porque há muitos anos que o reclama, há muitos anos que o reclama. E uma coisa eu garanto, se o Partido Socialista já estivesse na autarquia, com certeza não estava assim. Isso os Senhores não podem dizer. Peço, novamente, a atenção porque acho isto realmente extremamente importante. Isto é aquilo que nós estamos a aprovar, é aquilo que o concessionário neste momento por 17 milhões se compromete. Não tem nada a ver comigo, meus Senhores. É isto. É dizer assim, neste momento: - Os senhores em Oliveira de Azeméis, têm 69,8 de taxa de abastecimento de água, ficarão em 30 anos com 70,1; - Os senhores têm neste momento uma taxa de recolha de 42 e ficarão em 30 anos com 42, é isto que nós estamos a votar, não há nada em nenhum sítio que diga que vamos ter fundos comunitários, quando é que vão ser, quantos é vão ser, nem qual é sequer a dotação orçamental desse quadro de apoio para esta área, não há nada que diga isso infelizmente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== O debate está caloroso, começou a estar caloroso. Mas eu só queria fazer duas ou três questões quer aos Deputados, a todos eles que estiveram aqui presentes e também ao Executivo camarário. Quando em 29 de agosto se aprovou o caderno de encargos, algum de vocês pensava em fundos comunitários? Respondo: - Não. Nós aprovamos o caderno de encargos, tendo em atenção o cenário que naquela altura surgia. E todos nós votamos em consciência o cumprimento das metas do PEAASAR, não ficou nenhuma, nada em desacordo. O que agora nos propõem é, de facto um investimento, como o Bruno Aragão diz, é um investimento exíguo e muito inferior aquele que estava previsto e de facto, aí, os tarifários aumentarão, aumentarão claro, mas não aumentarão se calhar o valor que deviam aumentar se o concessionário tivesse feito o investimento. Temos de ter também esse respeito intelectual. De qualquer maneira, eu acho que toda e qualquer proposta independentemente dos quadros comunitários de apoio, que eu já disse, servem para complementar e não par incluir ou substituir o investimento ao privado. O privado teria naturalmente que respeitar e teria que naturalmente que fazer uma proposta contemplando, ele, nos 6 anos, o cumprimento das metas do PEAASAR. É este o nosso objetivo. Eu fico satisfeito porque, de facto, todas as nossas posições, aqui, do Partido Socialista, resultaram claras, apesar de a questão ser um bocadinho

técnica, quer com a minha intervenção, quer com a do Bruno Aragão, acho que para toda a gente ficou claro e poderá formar a sua convicção de acordo com a sua consciência. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Peço desculpa e é muito rápido. É só o seguinte: Gostei muito da sua intervenção, mas também para continuar no raciocínio de clarividência intelectual, eu concordo com a posição do PS desde que também aceite e considere que se quiserem que fique salvaguardado 100% de rede, sem eventualmente recurso a fundos comunitários, só há uma posição possível e financeiramente exequível que é: quanto é que aceitam que aumente a fatura de água? 100%? 200%? Uma fatura de 20,00€, passa para 40,00€ ou 60,00€, é a única solução. Mais ainda, mesmo com fundos comunitários, mesmo com fundos comunitários concordo com a posição do PS desde que assuma claramente e que aceitam e concordam com o aumento da fatura da água de 200%. Se querem isso? Tudo bem. Outra salvaguarda que este contrato permite é que, na garantia de fundos comunitários, há sustentabilidade financeira para o município poder agarrar sem hipotecar todo o resto do investimento feito. Havendo fundos comunitários, fica o privado que investe e salvaguarda o município para manter toda a sua atividade, caso contrário seria bastante mais complexo manter a dinâmica de desenvolvimento do município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu não vou nem eternizar a discussão, nem naturalmente estar aqui a contra-argumentar. Aliás, o interesse dos Senhores Deputados do Partido Socialista já não é nenhum para aquilo que estou a dizer, portanto eles também já tinham a opinião formada, por muito que a gente estivesse aqui a explicar. Eu percebo a incomodidade é que esta última intervenção do Marco Azevedo, é clarinha como a água, é clarinha como a água. Ou seja, para o concessionário investir mais, o resultado desse maior investimento é o aumento da tarifa. Quem é que paga a tarifa? É o povo. E portanto, isto é clarinho como a água. Nós quando estamos no uso da palavra, temos que ter a noção daquilo que estamos a dizer. Quando eu ouço aqui a dizer, eu sei que no plano de privatizações das empresas em Portugal, e por acaso aí eu não sei se o PS está de acordo, acho que o PS não está de acordo, nomeadamente, o atual líder António José Seguro e portanto justiça seja feita, eu parece-me que ele não está de acordo, mas no plano de privatizações, no plano de privatizações está as Águas de Portugal para privatizar, está definido pelo Conselho de Ministros que uma das empresas para privatizar é as Águas de Portugal. Senhor Deputado Bruno Aragão, como é que o Senhor vem aqui dizer que o caminho do futuro é municipalização. Não disse. O Senhor

deputado não disse isso? Eu também já não faço mais nenhum comentário. O último comentário que faço, para rematar, é que, e acho que posso concluir isto depois destas duas últimas intervenções do Senhor Deputado Bruno Aragão e do Senhor Deputado Fernando Pais que são duas intervenções importantíssimas para memória futura, é que: O PS concorda com a concessão, só não concorda é com esta. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia no uso da palavra disse: =====

===== Senhor Deputado Bruno Aragão faz questão de vir aqui esclarecer, acha que as pessoas não estão esclarecidas? Faz, favor. Eu exijo respeito aqui, por enquanto é a Mesa que manda, portanto não admito essas faltas de respeito, nem de um lado nem do outro. Vamos respeitar todos e temos que nos respeitar para sermos respeitados. E aqui a minha posição, não é o Dr. Jorge, é o Presidente da Assembleia Municipal que fala e institucionalmente exijo que seja respeitada a Figura. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço-lhe a oportunidade, sei que a discussão já vai longa, mas este assunto é talvez um dos assuntos mais importantes destes 4 anos e deste mandato. É óbvio, que, sem os fundos comunitários, o concessionário poderia fazer o investimento total. O que nós agora aqui estamos a fazer é dizer assim: Os Senhores assumem a rede que já está construída, porque não vão construir mais como nós já vimos, acho que ninguém refutou, e isso tem um custo. É isso que o concessionário se está a comprometer. Ele diz assim: - Eu para isso tenho que afetar um conjunto de meios. Que ele também diz quais são e isso tem um custo, que é este. Naturalmente, se eu aumento a rede, eu vou precisar de mais meios, mas também vou ter mais receitas. Está a perceber? É muito simples. Aliás, ele diz qual é a quantidade de unidade por território que vai custar isto, é tão simples quanto isso. Isto foi aquilo que nos estava a desafiar. Isto é o que acontece. Há um custo por unidade do território, esse custo está neste caderno de encargos que o concessionário poderia ter estendido. Mas, mais, continuo a dizer, neste momento, meus senhores nem é metodologia que estamos a discutir, poderia ser a concessão se os senhores assim entendessem, é esta concessão. E esta concessão não está no respeito daquilo que nós defendemos na tal Assembleia Municipal e esta concessão não trás vantagem para o município de Oliveira de Azeméis e isso é que está em questão. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

=====
 Vamos ver o seguinte: Só quero partilhar convosco uma ideia e muito rapidamente, que eu não era para intervir, nem queria intervir mais. O Senhor Deputado veio aqui dizer o seguinte: - Se os senhores quiserem que o concessionário faça 90% e 95%, têm que pagar mais. Tem mais investimento. Tem que pagar mais. Agora, pergunto-lhe assim, agora vou-lhe perguntar de forma inversa, ou seja, ele está a fazer este investimento e com base neste investimento vai receber o tarifário xpto, vem o dinheiro dos fundos comunitários e ele vai cobrar mais, mais rede, há o alargamento da rede, sem investimento. Sem investimento. Os custos operacionais não são investimento fixo. Ou seja, o privado vai beneficiar através do tarifário e através do alargamento que é substancial, que nós já vimos, vai beneficiar do investimento fixo feito pelos fundos comunitários para rentabilizar e para proporcionar um ganho substancialmente superior ao que tem. =====

=====
 Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi dito: =====

=====
 Vou exigir que se acalmem, não permito que haja mais “remates”. Estão perfeitamente definidas as posições do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS/PP, portanto eu penso que estão reunidas as condições para em consciência podermos votar. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar, de acordo com a votação abaixo, o contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais de Oliveira de Azeméis: - a favor: vinte e quatro votos do PSD; - contra: onze votos do PS; - abstenções: uma do CDS/PP e uma do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, para fazer declaração de voto: =====

=====
 Boa noite a todos. Eu tive alguma dificuldade nesta votação, porque desde logo eu sou contra a privatização da água. Já não me repugna nada a privatização das águas residuais, dos emborro. Agora a água custa-me muito admitir a sua privatização. Portanto é uma questão de princípio. Mas, para além desta do princípio eu quero saber, já ando há quatro anos, porque eu fui nesta nova candidatura um bocado iludido na resolução do saneamento, eu quero saber a partir de segunda-feira, terça e quarta onde é que nós continuamos a deitar as águas residuais? Nós, estamos a ter problemas, fazemos filas parece terceiro mundo, a despejar, é o nosso trator, é o trator de Nogueira do Cravo, é o trator de Macieira de Sarnes nós fazemos fila na ponte Alfredo Henriques e o Presidente da Junta ainda há bem pouco tempo dizia: - Epá, tenham cuidado, vocês tenham cuidado, façam os possíveis mas tenham cuidado. Nós, os cuidados que

nós temos é tentar despejar nunca depois das nove horas porque estamos a agredir uma unidade comercial que está ali mesmo à beira. Eu não gostaria de ter o meu comércio lá e com certeza nenhum de nós gostava. Noutra ponto que também está autorizado para fazer as descargas, o proprietário diz: - Olhe que eu vou fechar aquilo. Senhor Manuel deixe mais uma semana. Senhor Manuel deixe mais um mês. Senhor Manuel deixe mais três meses. E são os vizinhos também a pressionar: - Vocês, cuidado. – Vocês tenham vergonha. Os tratores na estrada. Isto é terrível, para além do desgaste, porque eu vi que Nogueira do Cravo tem dificuldade com a cisterna, nós temos dificuldade com a cisterna, isto dá cabo dos materiais, dá cabo do equipamento. Portanto, eu peço desculpa este desabafo, eu quero este problema resolvido com certeza como todos nós queremos este problema resolvido independentemente da figura, da forma, Presidente vamos resolver isto de uma vez. Mas pelo que eu estou a ver isto vai demorar mais três, quatro, cinco meses de certeza absoluta. Espero bem que não. Obrigado. =====

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Rui Fonseca. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Rui Fonseca, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite a todos os presentes. Os moradores do loteamento de S. Marcos, em Fajões, aqui representados pela Associação de Moradores, vêm comunicar a todos que são possuidores de licença de utilização das suas habitações emitidas pela Câmara Municipal, mas estão impedidos de acesso às infraestruturas do loteamento, nomeadamente e de forma mais aflitiva da possibilidade de celebrarem contratos definitivos de energia elétrica. A situação é insustentável e não pode ser mais protelada. Da nossa análise ao processo verificamos que a Câmara Municipal aprovou o loteamento, tendo o loteador hipotecado os lotes 17 a 30 como garantia de execução das infraestruturas. Foram emitidas licenças de obras e de utilização pelo Município, as infraestruturas não foram executadas e foi declarado a caducidade do alvará do loteamento. As entidades financeiras executaram Niaricar e parece-nos que os lotes não foram reclamados e o Tribunal ordenou a venda desses bens. A Câmara Municipal já devia ter concluído as infraestruturas há muito tempo, isso não aconteceu e julgamos, nem sequer estar previsto. Mas a Associação de Moradores, já sem paciência para mais desculpas, não pode esperar mais e espera deste Órgão decisões concretas sobre a resolução definitiva deste caso, nomeadamente, sobre a execução e receção das diferentes infraestruturas. Assim aconselhamos que num prazo de 30 dias, a Câmara Municipal apresente a calendarização para a adjudicação e execução dos trabalhos em falta. Agradecemos a atenção dispensada e desejamos que a

conclusão deste processo seja o mais pacífico possível, pois não é assobiando para o lado que os problemas aparecem solucionados, mas sim com coragem e determinação. Muito obrigado. =

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Queria agradecer a todos a postura, a serenidade e a paciência que tiveram num dia destes, de 30 e muitos graus e desejar a todos um bom fim-de-semana. Muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====